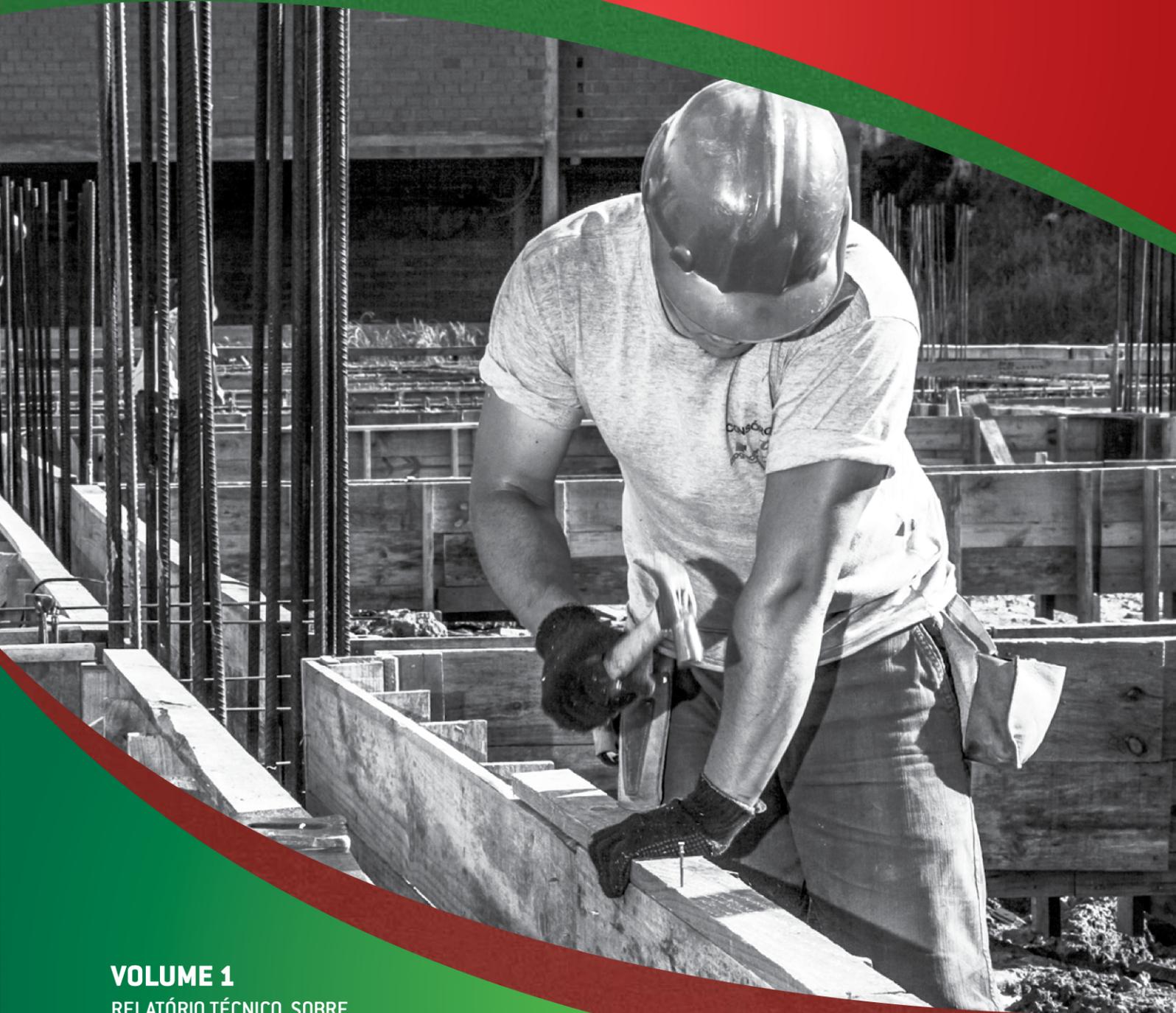


# 2013 | ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL



## VOLUME 1

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE  
A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Secretaria  
de Estado da  
Fazenda  
Diretoria de  
Contabilidade  
Geral - DCOG



**2013** | ESTADO DE SANTA CATARINA  
**BALANÇO GERAL**



SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

**Antonio Marcos Gavazzoni**

DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

**Adriano de Souza Pereira**

ASSESSOR DO DIRETOR

**Vagner Alonso Pacheco**

GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

**Graziela Luiza Meinheim**

GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

**Flávio George Rocha**

GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

**Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco**

GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

**Vera Lúcia Hawerroth Santana**

GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

**Michele Patrícia Roncalio**

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação – SEF/SC

Consultoria de Assuntos Econômicos – SEF/SC

Diretoria Administrativa e Financeira – SEF/SC

Diretoria de Administração Tributária – SEF/SC

Diretoria de Auditoria Geral – SEF/SC

Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública – SEF/SC

Diretoria de Gestão dos Fundos – SEF/SC

Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF/SC

Diretoria do Tesouro Estadual – SEF/SC

Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. – CIASC

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL

**Graziela Luiza Meinheim**

**Heber Lima da Costa**

**Janice Vilsélia Pacífico da Silveira**

**Paulo Rodrigo Capre**

**Rafael Almeida Pinheiro da Costa**

**Rogério Felipe Pereira**

**Rosangela Della Vechia**

FOTOS CAPAS, ROSTOS E ABERTURA DE CAPÍTULOS: FELIPE CARNEIRO

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis

[geinc@sefaz.sc.gov.br](mailto:geinc@sefaz.sc.gov.br)

(48) 3665 2773 – (48) 3665 2710

**Secretaria  
de Estado da  
Fazenda**

*Diretoria de  
Contabilidade  
Geral - DCOG*

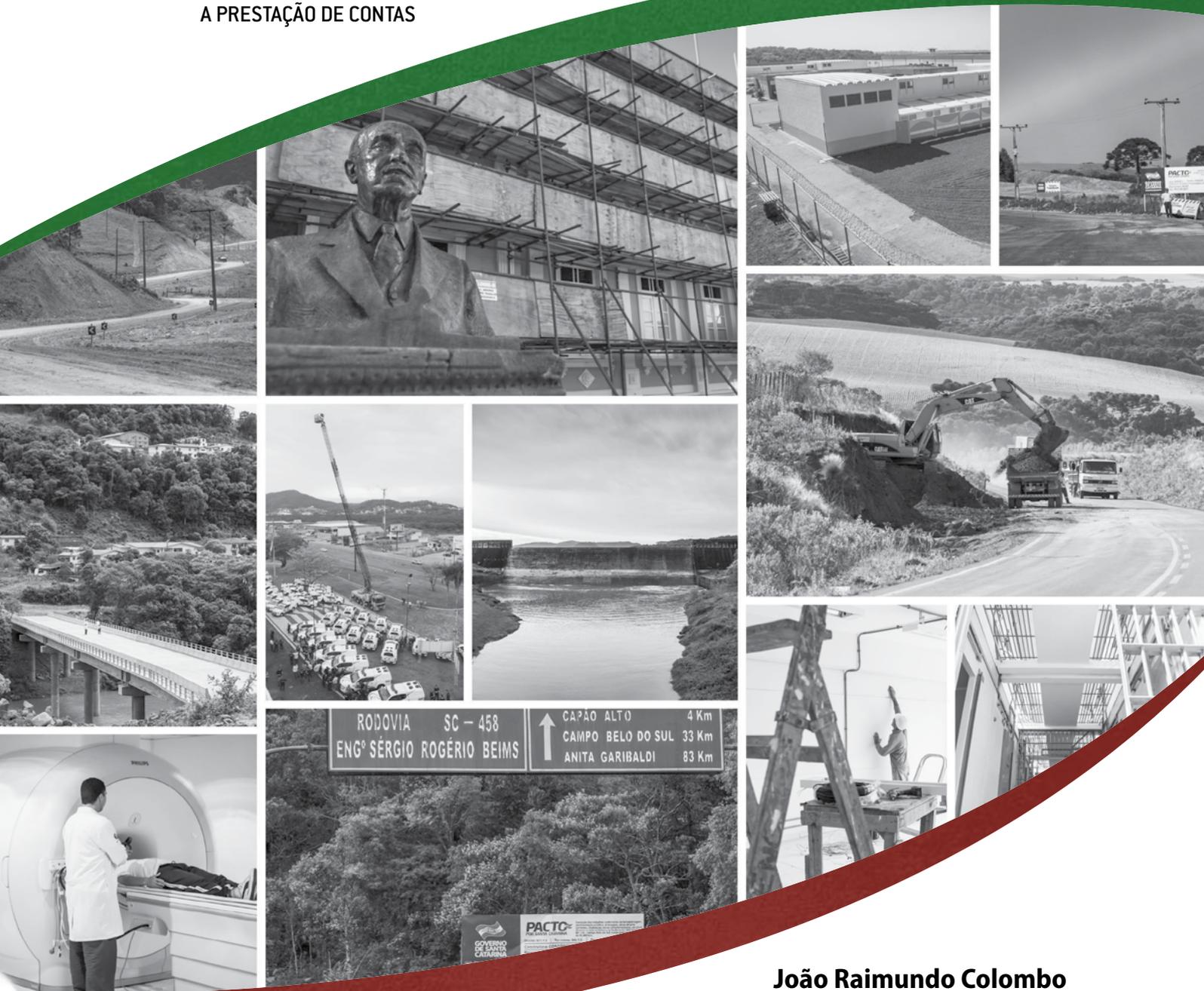


Centro Administrativo do Governo  
Rodovia SC 401 – Km 5, n.º 4.600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC

# 2013 | ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL

## VOLUME 1

RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE  
A PRESTAÇÃO DE CONTAS



**João Raimundo Colombo**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**Antonio Marcos Gavazzoni**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

**Adriano de Souza Pereira**  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRC-SC N.º 25.111/O-7

## Pacto de honra

Melhorar a vida dos cidadãos deve ser o lema de todos os gestores públicos. Com essa premissa, o ano de 2013 foi marcado pelas ações do Pacto por Santa Catarina, um programa de obras com uma estratégia clara de desenvolvimento integrado.

**O maior compromisso do Pacto** é garantir que os R\$ 10 bilhões de recursos captados pelo Executivo Estadual cheguem lá na ponta. Porque projeto bom é aquele que sai do papel e transforma positivamente o dia a dia das pessoas. Por isso, o retorno para a vida dos catarinenses dos recursos aplicados é o que tem guiado os nossos investimentos.

Ainda estamos no início da caminhada. O Pacto é um programa de longo prazo, que projeta investimentos até 2016. Mas já temos resultados que nos trazem boas perspectivas. Fechamos o primeiro ano do programa com 21% dos recursos liberados, 42% das ordens de serviço entregues e 47% dos editais de obras lançados. Revitalizamos rodovias, reformamos escolas, ampliamos presídios e começamos obras de ampliação de hospitais. São dados que dão ao Governo a certeza de que o Pacto por Santa Catarina está cumprindo seu objetivo. Uma certeza que também se evidencia em números.

Em 2013, o investimento consolidado bateu recorde histórico no Estado, chegando a R\$ 1,496 bilhão. Outro indicador do forte desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina é o número de vagas de trabalho criadas em 2013. No setor industrial, o Estado liderou o

ranking nacional elaborado pelo Ministério do Trabalho, com a criação de mais de 20 mil postos.

É um indicador que se soma a outros que tanto orgulham quem vive em Santa Catarina: temos a maior longevidade do País, o menor índice de mortalidade infantil e a menor taxa de analfabetismo. O Governo do Estado quer manter essa liderança e melhorar ainda mais os índices. E, para isso, entende que o desenvolvimento econômico e social precisa ser feito em parceria com as administrações municipais. Seguindo essa lógica, foi lançado em 2013 o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), que vai distribuir um total de R\$ 576 milhões as 295 Prefeituras catarinenses.

Com essas e muitas outras ações, o Governo do Estado está transformando Santa Catarina em um lugar ainda melhor para se viver. É um compromisso que assumiu com todos os catarinenses, especialmente quando batizou seu programa de investimentos de Pacto por Santa Catarina. A palavra pacto presume um contrato, um acordo entre partes, neste caso, entre o Governo e o cidadão catarinense - que confiou à atual gestão a missão de governar Santa Catarina. É por isso que esse é um pacto de honra.

## Foco nos resultados

2013 representou a colheita de muitas ações iniciadas nos primeiros anos de Governo. Santa Catarina consolidou sua posição de liderança em indicadores de diversas áreas e foi o único Estado da região Sul que fechou o ano com dinheiro em caixa.

**Contrariamos o pessimismo** da conjuntura econômica e superamos largamente as metas orçadas, arrecadando R\$ 14 bilhões com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, um crescimento de 10,44% em relação ao ano anterior. A cada ano que passa, Santa Catarina depende mais de seus recursos próprios para atender as crescentes demandas. Os recursos da arrecadação e o programa de investimentos Pacto por Santa Catarina deram novo fôlego ao desenvolvimento do Estado, que hoje é um canteiro de obras.

Um trabalho paralelo de gestão de dívida permitiu que o Governo gastasse um valor 30% menor que o gasto no ano anterior. Duas medidas contribuíram para isso: a captação de recursos junto ao Bank of America Merrill Lynch para quitação e amortização de dívidas com a União; e a quitação de parte da dívida com o BNDES, a partir de um novo empréstimo. Ambas melhoraram a trajetória da dívida pública do Estado, reduzindo os juros em mais da metade e ampliando os prazos.

Apesar dos excelentes resultados, foi um ano de muitos desafios – entre eles o equilíbrio entre os gastos com folha de pessoal e a Receita Corrente Líquida. Estivemos ao longo de todo o ano muito próximos ou acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, por conta da concessão de reajustes para diversas categorias e do inevitável crescimento vegetativo. Ainda assim, o crescimento dos gastos com folha de pagamento do Poder Executivo em 2013 foi de 9,21% - menor que o registrado em 2012, de 15,57%.

Trabalhamos com total consciência de que o bom desempenho na gestão fiscal do Estado reflete diretamente na vida dos cidadãos na ponta. Além das obras, melhorias e serviços prestados diretamente pelo Estado, em 2013 as transferências de recursos do Estado para os Municípios totalizaram R\$ 5,4 bilhões, um incremento de R\$ 400 milhões em relação ao ano anterior.

Por tudo o que foi conquistado, as perspectivas para o ano corrente são de muito trabalho, mas com a confiança de estarmos no rumo certo.

---

**ANTONIO MARCOS GAVAZZONI**  
Secretário de Estado da Fazenda

---

## APRESENTAÇÃO

# Transparência, informação e prestação de contas

O Balanço Geral do Estado demonstra os resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2013 e se constitui na prestação de contas do terceiro ano de mandato do Governador do Estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual.

A apresentação do Balanço à Assembleia Legislativa e à sociedade catarinense busca subsidiar o processo de avaliação das contas públicas do Estado de Santa Catarina, em benefício da transparência da gestão fiscal e do controle social.

**O Balanço Geral** foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, e das Resoluções do Tribunal de Contas do Estado (TCE) n.ºs TC - 16/94, TC - 06/01 e TC - 11/04, as quais regulam e normatizam a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao TCE.

As informações contábeis que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e contemplam os dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em obediência ao art. 56 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Balanço Geral foi dividido em dois volumes:

### **I – Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2013**

Apresenta os aspectos sociais, econômicos, administrativos e financeiros do Estado de Santa Catarina, o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas explicativas.

### **II – Anexos do Balanço Geral do Estado**

Contém os anexos exigidos pela Lei Federal n.º 4.320/64 e pelas demais normas legais, o acompanhamento físico e financeiro dos programas de Governo, assim como o Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública e o Relatório da Diretoria de Auditoria Geral.

As informações sociais, econômicas e administrativas têm por base os materiais produzidos pelos Órgãos do Governo Estadual, assim como dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e da mensagem anual do Governador enviada à Assembleia Legislativa do Estado.

A análise dos aspectos sociais, econômicos e administrativos demonstra a evolução do Estado, com a melhoria dos índices de desenvolvimento, educação, qualidade de vida e segurança, assim como o crescimento do agronegócio estadual, das indústrias e do comércio exterior. Demonstra também que o Governo do Estado de Santa Catarina vem ao longo dos anos desenvolvendo políticas públicas de investimentos que assegurem o desenvolvimento regional e promovam a redução de desigualdades, o incremento no trabalho e na renda e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços públicos ofertados à sociedade.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compõem o Balanço, buscam reunir informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado, fornecendo indicadores que permitam avaliar o equilíbrio das finanças públicas ao verificar sua aplicação e seus resultados, que vão desde a obediência aos diplomas legais até a demanda por uma postura transparente que permita o controle social da gestão estadual.

A análise do resultado fiscal do exercício evidencia o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, demonstrando o equilíbrio das finanças públicas e refletindo uma gestão fiscal responsável.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no Portal de Transparência do Poder Executivo ([www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br)) e em meio impresso na Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade catarinense possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governador do Estado.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, mas, sobretudo, ao cidadão, como meio de transparência e prestação de contas à sociedade catarinense.

## **Diretoria de Contabilidade Geral**



## SUMÁRIO

### SANTA CATARINA | PERFIL, ASPECTOS ADMINISTRATIVOS, SOCIAIS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Perfil	14
Aspectos Administrativos	16
Aspectos Sociais	26
Aspectos Econômicos	40
Aspectos Financeiros	50

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Orçamentário - Consolidado Geral	70
Balanço Financeiro - Consolidado Geral	74
Balanço Patrimonial - Consolidado Geral	76
Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado Geral	78
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Consolidado Geral	79
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado Geral	80



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis	85
2. Resumo das Principais Práticas Contábeis	86
3. Caixa e Equivalentes de Caixa	89
4. Clientes	91
5. Créditos Tributários a Receber	92
6. Dívida Ativa Tributária	92
7. Empréstimos e Financiamentos Concedidos	93
8. Demais Créditos e Valores	94
9. Investimentos e Aplicações Temporárias	96
10. Estoques	97
11. Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs Pagas Antecipadamente	97
12. Investimentos	97
13. Imobilizado	99
14. Intangível	103
15. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	105
16. Empréstimos e Financiamentos	105
17. Fornecedores e Contas a Pagar	108
18. Obrigações Fiscais	108
19. Provisões	108
20. Demais Obrigações	110
21. Resultado Diferido	111
22. Ajustes de Exercícios Anteriores	111
23. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	111
24. Caixa e Equivalentes de Caixa (DFC)	112



## ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ANÁLISE	115
1. Indicadores do Balanço Patrimonial	117
2. Análise da Execução Orçamentária	119
3. Análise do Balanço Financeiro	120
4. Análise das Variações Patrimoniais	121
5. Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	121

## ANEXOS INDICADORES DA GESTÃO FISCAL

1. Receita Bruta Arrecadada	125
2. Receita Tributária – Comportamento da Arrecadação do ICMS	126
3. ICMS – Mês a Mês	127
4. Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal	128
5. Pagamento da Dívida Pública e Empréstimos	129
6. Transferências Voluntárias Realizadas pelo Estado	130
7. Despesas com Inativos e Pensionistas	131
8. Despesas do Estado por Grupo de Natureza – Consolidado Geral	132
9. Despesas por Grupo de Natureza – Poder Executivo	133
10. Folha de Pagamento por Função de Governo – Consolidado Geral	134
11. Folha de Pagamento por Função de Governo – Poder Executivo	135
12. Custeio por Função – Consolidado Geral	136
13. Custeio por Função – Poder Executivo	137
14. Investimentos por Função – Consolidado Geral	138
15. Investimentos por Função – Poder Executivo	139







# Santa Catarina

Perfil, Aspectos Administrativos,  
Sociais, Econômicos e Financeiros



## Desenvolvimento equilibrado

Localizado na região Sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina possui área de 95.736,165 quilômetros quadrados<sup>1</sup>, limitando-se com os Estados do Paraná (ao Norte) e Rio Grande do Sul (ao Sul), além do Oceano Atlântico (a Leste) e da Argentina (a Oeste).



**SANTA CATARINA** é formada por 295 Municípios. Capital e sede do governo catarinense, a cidade de Florianópolis tem seu território dividido entre a totalidade da Ilha de Santa Catarina e uma parte continental menor. Inteiramente ao Sul do trópico de Capricórnio, localizado na zona temperada meridional do planeta, o Estado possui clima subtropical. Em termos históricos, sua colonização é, principalmente, de imigrantes europeus: os portugueses açorianos colonizaram o litoral no século XVIII; os alemães colonizaram o Vale do Itajaí, parte da região Sul e o Norte catarinense em meados do século XIX; e os italianos colonizaram o Sul do Estado no final do mesmo século. Já o Oeste catarinense foi colonizado por gaúchos de origem italiana e alemã na primeira metade do século XX.

Segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Santa Catarina possuía população de 6.634.254 de habitantes e densidade populacional de 69,30 habitantes/km<sup>2</sup> em 2013. As cidades mais populosas de Santa Catarina são: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Chapecó, Itajaí, Lages, Criciúma, Jaraguá do Sul e Palhoça.

O Estado possui agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, que ocupa posição de destaque no Brasil. Santa Catarina é o maior produtor nacional de maçã e cebola e o segundo de arroz, alho e fumo.

O setor agroindustrial funciona de forma integrada, com o fornecimento do pacote tecnológico por parte da indústria (animais selecionados, ração e assistência técnica), em troca da exclusividade para a compra do produto dos agricultores. Esse modelo de integração/parceria leva tecnologia de genética, produção, manejo e oportunidade ao produtor rural empresário e vem ga-

1 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



mantendo a capacidade competitiva da agroindústria de Santa Catarina frente às maiores indústrias do mundo no setor agropecuário, especialmente na comercialização de aves, suínos e pescados. No agronegócio, o Estado é líder nacional na produção de suínos, ocupa o segundo lugar na produção de aves e tem destaque, ainda, na indústria de leite.

Com um modelo que confere ao Estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões, a economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos: metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa concentração por regiões, muitos Municípios estão desenvolvendo vocações diferenciadas, fortalecendo vários segmentos de atividade. A indústria de base tecnológica, além de estar presente na Grande Florianópolis, também se destaca em Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville.

O equilíbrio e o dinamismo da economia catarinense refletem-se nos elevados índices de desenvolvimento humano, crescimento, alfabetização, expectativa de vida, emprego e renda per capita, muito superiores à média nacional, bem como em uma das menores taxas de mortalidade infantil, violência, desigualdade econômica, pobreza e analfabetismo do Brasil.

Informações mais detalhadas sobre a geografia, a história, a colonização, o povo, a cultura e os atrativos turísticos do Estado de Santa Catarina podem ser visualizadas no sítio do Estado (<http://www.sc.gov.br>).

### Em nível nacional, Santa Catarina destaca-se em primeiro lugar nos seguintes quesitos:

- » maior expectativa de vida: 76,8 anos.
- » menor número de óbitos infantis: 9,2 (menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos).
- » menor taxa de desemprego: 3,59% (população de 16 anos ou mais, economicamente ativa, desocupada).
- » menor percentual de crianças pobres: 9,7% (crianças de 0 a 14 anos nas famílias com renda mensal baixa e muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o rendimento).
- » menor taxa de pobreza extrema: 3,23% (domicílios com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo).
- » melhor destino turístico nacional pela 7ª vez consecutiva em oito anos.
- » maior produtor brasileiro de suínos, maçã, cebola, ostras e mexilhões.
- » maior sensação de segurança nos bairros e cidades: 79,1% e 68,3% (respectivamente).
- » melhor desempenho do ensino médio (IDEB 4,3) e das séries finais do ensino fundamental (IDEB 4,9).
- » maior percentual de professores do ensino médio com formação maior ou igual a nível superior: 99,78%.

## Planejamento estratégico de longo prazo

O terceiro ano de mandato do Governador de Estado, João Raimundo Colombo, foi marcado pelas ações do Pacto por Santa Catarina, um programa que reúne obras e aquisições para atender às principais demandas da sociedade nas áreas de Educação, Saúde, Infraestrutura, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Defesa Civil, Agricultura, Proteção Social, Inovação, Saneamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

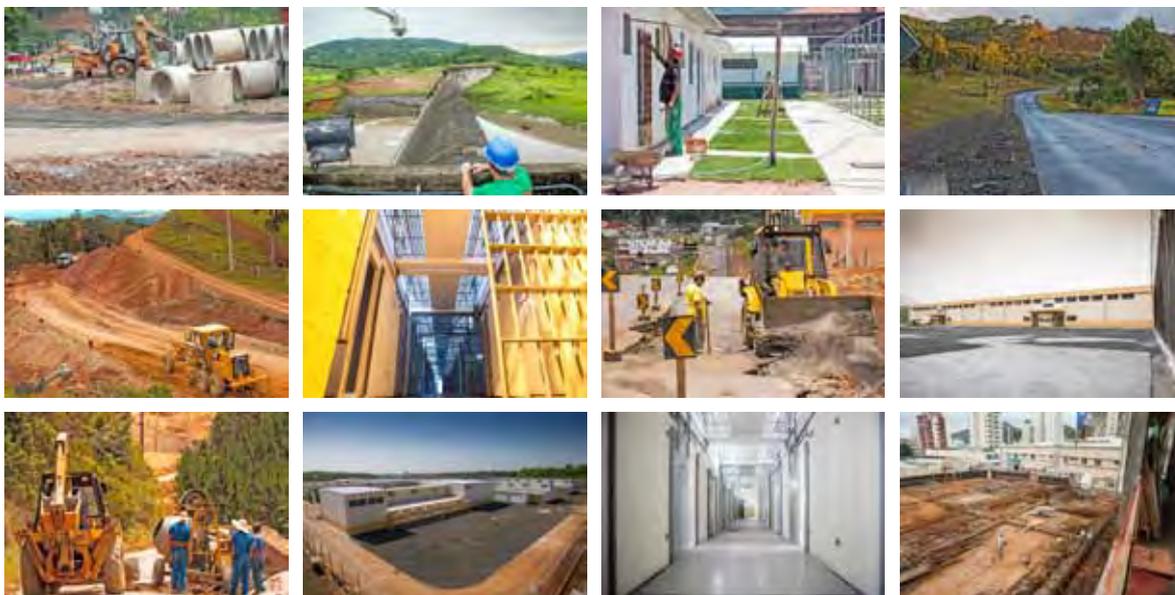
Também teve importância a instituição do Plano de Gestão da Saúde, um programa criado para melhoria estrutural dos serviços de saúde pública prestados, assim como a criação do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM), que tem o objetivo de promover o desenvolvimento de todas as cidades catarinenses mediante apoio financeiro.

Destacam-se, ainda, as ações voltadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, ao fortalecimento da transparência e do governo eletrônico e à apuração de custos, que estabelecem a transição para a Contabilidade Gerencial no Governo do Estado, conforme detalhamento a seguir.

### **Pacto por Santa Catarina**

O Pacto por Santa Catarina foi instituído pelo Decreto n.º 1.064, de 17 de julho de 2012, e posteriormente alterado pelo Decreto n.º 1.537, de 10 de maio de 2013. A criação desse programa fundamenta-se em um novo modelo de gestão, mais eficiente e proativo, buscando derrubar barreiras burocráticas, reduzindo o tempo de resposta às demandas da sociedade e tornando o serviço público mais eficiente.

Os recursos captados pelo programa Pacto por Santa Catarina totalizam R\$ 10 bilhões e serão investidos em diversas áreas consideradas estruturantes e prioritárias pelo Governo, a fim de garantir o rápido avanço e o desenvolvimento do Estado. Do ponto de vista econômico, os investimentos em infraestrutura de logística e competitividade buscam melhorar a malha viária esta-



**O objetivo do Pacto é investir em obras de infraestrutura rodoviária e portuária e também na construção, reforma e ampliação de hospitais, policlínicas, penitenciárias, unidades de segurança pública, barragens, sobre-elevações e instrumentos para contenção de cheias, unidades escolares, centros de eventos e cultura, centros de proteção social, centros de inovação, obras de saneamento, entre outras.**

Fotos: Obras do Pacto por Santa Catarina/Felipe Carneiro/SECOM

dual que liga os grandes eixos e os Portos. Já, na área social, os objetivos são que os serviços de saúde estejam mais próximos das pessoas, que a rede de ensino público seja incrementada e que sejam ampliados o sistema prisional e a rede de proteção da assistência social.

Todos os investimentos do Pacto foram concebidos a partir de planejamento estratégico de longo prazo, de caráter multissetorial, integrado e alicerçado em bases sustentáveis de desenvolvimento.

O foco do programa é investir em obras, tanto na área de infraestrutura rodoviária e portuária, que representa quase 40% do total dos recursos, quanto em construções, reformas e ampliações de hospitais, policlínicas, penitenciárias, unidades de segurança pública, barragens, sobre-elevações e instrumentos para contenção de cheias, unidades escolares, centros de eventos e cultura, centros de proteção social, centros de inovação, obras de saneamento, entre outras.



**PACTO**  
POR SANTA CATARINA

A fim de instrumentalizar as Secretarias, complementar as obras do programa e propiciar uma melhor infraestrutura para o desenvolvimento de pequenos negócios, o Pacto por Santa Catarina investirá também em máquinas e equipamentos para os hospitais e policlínicas, radares meteorológicos, equipamentos de segurança e proteção individual, veículos, viaturas e embarcações, ambulâncias, mobiliários, cisternas e distribuidores para o combate à seca, entre outras ações planejadas para o Pacto, conforme a **tabela 1**.

**Tabela 1** | Pacto por Santa Catarina - Ações Planejadas

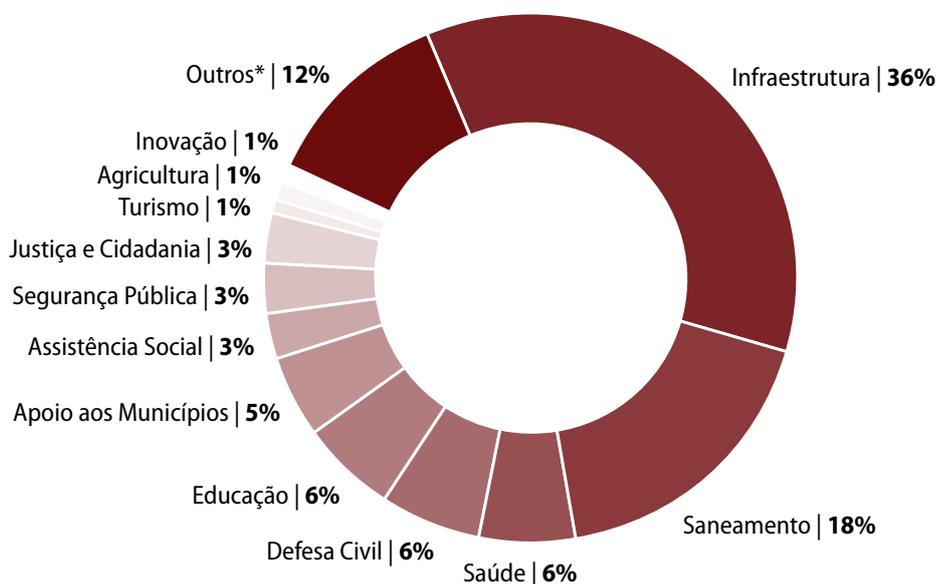
ÁREA	AÇÃO
<b>Infraestrutura</b>	Pavimentação e revitalização de rodovias; construção de contornos viários; intervenções nos Portos de Itajaí e Navegantes com a nova bacia de evolução e a derrocagem de lajes no Porto de São Francisco visando garantir mais competitividade à economia catarinense. As obras permitirão melhor escoamento da produção agrícola e industrial, incentivo ao turismo e mobilidade urbana.
<b>Saúde</b>	Ampliação de hospitais, construção de dez policlínicas (Araranguá, Içara, Tubarão, Grande Florianópolis, Itapema, Blumenau, Joinville, Mafra, Caçador e São Miguel do Oeste) e fornecimento de equipamentos para outras 11 policlínicas no Estado.
<b>Defesa Civil</b>	Ações para contenção de cheias com sobre-elevação das barragens de Taió e Ituporanga, construção de oito barragens, aquisição do radar meteorológico e melhoramentos de rios no Vale do Itajaí.
<b>Educação</b>	Revitalização de cerca de 300 escolas, construção de 30 novas escolas, oito centros profissionalizantes e 52 quadras esportivas.
<b>Segurança Pública</b>	Aquisição de aproximadamente 1.600 veículos para o Instituto Geral de Perícia (IGP), Polícias Militar e Civil, veículos de combate a incêndio e de socorro, equipamentos de proteção individual, pontos de videomonitoramento, além de construção de novas estruturas para atender a população, como delegacias, quartel da Polícia Militar, Detran e sede do IGP.
<b>Justiça e Cidadania</b>	Ampliações de presídios com criação de novas vagas no sistema carcerário do Estado. Construção de novas estruturas para jovens infratores em Chapecó, Lages e Criciúma, além do Centro de Atendimento Socioeducativo na Grande Florianópolis.
<b>Assistência Social</b>	Construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e Centros Dia para atender idosos; aquisição de veículos; e incentivo à criação de emprego e profissionalização dos catarinenses.
<b>Agricultura</b>	Instalação de cisternas para consumo animal e a aquisição de distribuidores de adubo orgânico líquido que, acoplados em tratores, levam água potável onde caminhões pipas não têm condições de trafegar, para mitigar os efeitos das estiagens no Estado.
<b>Inovação</b>	Construção de Centros de Inovação em Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, Joaçaba e Chapecó. O objetivo é promover o desenvolvimento regional por meio do apoio à inovação e ao empreendedorismo, buscando beneficiar empreendedores, pesquisadores, estudantes, docentes, núcleos de inovação tecnológica e a comunidade.

Além de obras e aquisições, o Pacto por Santa Catarina procurou ampliar a capacidade de investimentos futuros do Estado, executando as seguintes ações em 2013:

- » amortização de dívidas da CELESC, representando uma redução significativa no pagamento de juros do Estado;
- » capitalização do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), subsidiando e incentivando a economia catarinense;

» criação do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM) com o objetivo de descentralizar R\$ 576 milhões para aplicação direta pelos Municípios em obras e bens de capital.

As ações relacionadas ao Pacto por Santa Catarina podem ser acompanhadas no Mapa do Pacto, disponível na Internet (<http://www.pactoporsc.sc.gov.br>). Dividido em sete regiões – Grande Florianópolis, Sul, Vale do Itajaí, Serra, Norte, Meio-Oeste e Oeste – o mapa contempla todos os Municípios do Estado com informações sobre andamento das obras, investimentos e fotos.



**Figura 1** | Distribuição por área dos investimentos do Programa Pacto por Santa Catarina

\* **Outros:** Renegociação da dívida da Celesc, Capitalização do BRDE e FUNDAM

## Plano de Gestão da Saúde

O Plano de Gestão da Saúde (PGS) é uma força tarefa conduzida pelas Secretarias da Saúde, Fazenda e Administração, com participação de uma consultoria internacional, para a viabilização de melhores condições de trabalho e de atendimento nos hospitais públicos. As principais frentes de trabalho do Plano são: repasse de novos recursos para as prefeituras; remuneração dos médicos e diretores de hospitais por produtividade; e criação de centrais reguladoras regionais para organizar o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Plano contempla os médicos de todas as especialidades, além dos diretores e gerentes dos 14 hospitais públicos estaduais e as áreas de compras da Secretaria de Estado da Saúde.

Desde o início do Plano, foram ouvidas cerca de 700 pessoas, entre diretores e servidores dos 14 hospitais públicos estaduais, especialistas de outros Estados e dirigentes das principais entidades catarinenses com

alguma ligação ou influência na área da Saúde, como Associação Catarinense de Medicina (ACM), Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (Simesc), Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis (Sindsaúde), Ministério Público Estadual (MPSC) e Tribunal de Contas do Estado (TCE). O trabalho ainda tomou como referência hospitais públicos e particulares de todo o Brasil.

O objetivo central do PGS é aumentar significativamente o número de consultas, exames e cirurgias e diminuir as filas de espera. Com a evolução do modelo de gestão das pessoas e dos recursos, o Governo busca uma saúde mais eficiente.

Por meio do Plano de Gestão da Saúde foram instituídos programas para a produtividade médica no Estado (Pró-Atividade), profissionalização da gestão dos hospitais públicos estaduais (Pró-Gestão), institucionalização

de mutirões permanentes (Pró-Mutirão) e agilidade das compras efetuadas pela Secretaria de Estado da Saúde. A meritocracia implantada pelo Pró-Atividade considerava a duração e complexidade dos procedimentos realizados. Conforme o cumprimento das metas, os médicos podem receber até o dobro do que é pago pela tabela do SUS. Dessa forma, o Plano estabelece uma nova forma de trabalho para médicos, baseada em meritocracia: quem produz mais, ganha mais. Para se chegar a esse modelo, foram estudados casos em todo o Brasil e ouvidos diversos especialistas do setor. O objetivo é aumentar a produtividade e diminuir as filas, garantindo que os recursos aplicados efetivamente beneficiem usuários e trabalhadores.

Já o Pró-Mutirão está programado para funcionar aos sábados, domingos e feriados e pode acontecer nos 14 hospitais públicos estaduais, para cirurgias de curta permanência. Os mutirões atenderão com prioridade as cirurgias com maiores filas de espera no Estado. A remuneração adicional por hora trabalhada em mutirão está prevista para médicos e demais profissionais de Saúde.

Com o Pró-Gestão foi estabelecido um perfil para os dirigentes dos hospitais públicos estaduais, que deverão cumprir requisitos mínimos para ocupar as funções, dedicar-se integralmente ao cargo e cumprir metas por hospital. Também se prevê remuneração variável para os dirigentes, dependendo das metas.

Paralelamente, o Governo planeja investir até trinta centavos mensais, por habitante, para que os Municípios catarinenses ampliem a realização de consultas e exames de média complexidade. O princípio é simples: resolver os casos menos complexos nos postos de saúde, para não superlotar os hospitais. O resultado serão cerca de 200 mil consultas e 70 mil exames anuais nos Municípios.

Ainda, por meio do Plano, está prevista a criação de oito centrais reguladoras regionais para organizar as interações hospitalares, consultas e exames dos catarinenses usuários do SUS nas macrorregiões Nordeste e Planalto Norte, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Foz do Rio Itajaí, Sul, Serra Catarinense, Meio-Oeste e Grande Oeste. Para ampliar o atendimento, as regionais de saúde vão definir os Municípios que, em cada região, têm melhor estrutura para atender a população. Futuramente, essas consultas e exames serão feitos nas dez policlínicas que o Estado vai construir e nas outras 11 que vai reformar com recursos do Pacto pela Saúde em diferentes regiões do Estado.

Outro foco do Plano é a reorganização das funções de Compras e Logística dentro da Secretaria de Estado da Saúde, diminuindo a complexidade e agilizando os processos de compras, tornando-as mais inteligentes. Com o novo modelo, a área de Compras e Logística fica concentrada numa única superintendência.

Com todas as pontas da saúde pública estadual alinhadas, além do incremento significativo no número de consultas, exames e cirurgias realizados no Estado, será possível medir o desempenho dos hospitais por meio de indicadores, que darão à Secretaria da Saúde um controle minucioso da aplicação dos recursos. Como benefício adicional, o Estado deverá economizar na compra de medicamentos e equipamentos para os hospitais públicos, podendo direcionar os recursos para melhorias no setor.

As medidas são passos concretos e importantes na reestruturação do setor, pois vão exigir maior comprometimento dos servidores da saúde e dirigentes de hospitais públicos, melhorar a eficiência na gestão das compras de remédios e equipamentos e dar novo fôlego aos Municípios para reforçar o atendimento local.

## Criação do FUNDAM

Em 2013 foi criado o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM) com o objetivo de promover o desenvolvimento de todas as cidades catarinenses mediante apoio financeiro. Instituído pela Lei Estadual n.º 16.037, de 24 de junho de 2013, e regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 1.621, de 03 de julho de 2013, o FUNDAM vai distribuir R\$ 576 milhões aos 295 Municípios do Estado e deve se concretizar como uma ação de desenvolvimento da economia catarinense.

Os recursos poderão ser utilizados nas áreas de infraestrutura referente à logística e mobilidade urbana; construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social; construção de centros integrados nas áreas de desporto e lazer; saneamento básico; aquisição de equipamentos e veículos destinados às atividades finalísticas dos serviços de saúde e educação públicas; e para a compra de máquinas e equipamentos rodoviários destinados às atividades operacionais das prefeituras.

A gestão do FUNDAM é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda. Seu agente mandatário é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que realiza a análise técnica dos projetos. A Secretaria de Estado da Casa Civil é a responsável pela celebração dos convênios com os Municípios.

Até o momento, o BRDE recebeu para análise 257 projetos, no valor total de R\$ 365,7 milhões. Desses projetos, 51% se referem à pavimentação (794 ruas), 21% à aquisição de equipamentos e 8% a construções.

## Fortalecimento da Transparência e do Governo Eletrônico

O Governo do Estado também tem reforçado a transparência de sua gestão. O Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina ([www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br)) superou 1,4 milhão de acessos em 2013. Grande parte das visualizações (71%) foi na área de gasto público, na qual é possível pesquisar os salários dos servidores estaduais, as diárias concedidas, as despesas realizadas, os valores pagos a fornecedores, os investimentos, os repasses de convênios, dentre outras consultas e relatórios. O portal também traz informações sobre a receita pública e a gestão fiscal, entre outros assuntos relacionados à administração dos recursos públicos estaduais.

Além de atender a Lei Federal de Acesso à Informação<sup>2</sup> e a Lei Estadual da Transparência<sup>3</sup>, o Portal se tornou o canal oficial de prestação de contas do Governo à sociedade e desde seu lançamento, em maio de 2012, obteve cerca de três milhões de acessos, equivalentes a um acesso a cada 21 segundos.

Em 2013, também foram lançados os aplicativos Transparência Móvel-SC e Indicadores SEF-SC, que permitem acessar de forma rápida no celular ou tablet todas as informações do Portal da Transparência, bem como informações, atualizadas mensalmente, sobre o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação (ICMS), Folha de Pagamento, Aplicação Constitucional em Saúde e Educação, Despesas, Repasse aos Poderes, Dívida Ativa, Previdência, Precatórios e Dívida.

Outra ferramenta que demonstra a transparência da gestão pública é o Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas (Sicop), que reúne informações das obras desde a assinatura do contrato com a empresa executora até a inauguração. Pelo endereço <http://www.sicop.sc.gov.br/mapavivo/>, é possível saber a si-

<sup>2</sup> Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011

<sup>3</sup> Lei Estadual n.º 15.617, de 10 de novembro de 2011

tuação de momento de determinada obra, quanto foi gasto, qual órgão contratou, qual empresa foi escolhida, o período de execução, entre outras informações.

Além disso, foi criado o Portal SCtransferências, que consolida informações e orientações sobre as transferências de recursos realizadas de forma voluntária pelo Estado, onde o proponente poderá realizar seu cadastro, enviar propostas, realizar a prestação de contas, consultar as informações das propostas enviadas e dos instrumentos celebrados, entre outras ações.

Quanto ao fortalecimento do governo eletrônico, merece destaque o aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que é o sistema oficial de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade do Estado de Santa Catarina, conforme segue:

- » intensificação de rotinas automáticas, visando a diminuição do tempo de trabalho dos usuários e a utilização de dados de outros sistemas, tais como: vale-alimentação da Polícia Militar; pagamento de precatórios pelo Tribunal de Justiça; pagamento aos advogados da Defensoria Dativa; pagamentos dos médicos do plano SC Saúde; e pagamento de diárias pelo Tribunal de Justiça;
- » aperfeiçoamento do módulo de Transferências Voluntárias, importante para a execução do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), visando à consecução de convênios. O módulo permite o cadastro de contratos de apoio financeiro e subvenções sociais para formar uma base de dados consistente que dê subsídios à geração de informações gerenciais sobre o repasse de recursos públicos a Municípios, entidades sem fins lucrativos e pessoas físicas;
- » aperfeiçoamento do módulo de Gerenciamento de Contratos, que facilitará o controle de contratos de materiais e serviços firmados pelo Governo Estadual. O módulo terá utilização obrigatória a partir de 2014 e possibilitará: a emissão de relatórios gerenciais e de

acompanhamento; o rastreamento e o acompanhamento físico e financeiro dos contratos; a realização de comparativos entre o valor unitário de itens contratados; e a identificação do detalhe da despesa pública. Além disso, auxiliará num maior planejamento financeiro do Estado e de seus órgãos, assim como na previsão dos contratos vigentes para anos futuros. O módulo também permitirá a publicação da informação no Portal da Transparência, permitindo o controle social sobre os contratos firmados pelo Poder Executivo;

- » aperfeiçoamento do módulo de Acompanhamento Físico-Financeiro das Ações do Governo, que tem o objetivo de melhor definir a aplicação dos recursos e acompanhar a execução das atividades e dos projetos do Plano Plurianual (PPA) que gerem bens e serviços para a sociedade;
- » construção do módulo de Captação de Recursos que possibilitará a criação de um banco de projetos. A ideia é gerar um portfólio de projetos para a definição das prioridades do Governo. Outra funcionalidade do módulo de captação de recursos é a disponibilização de um banco de oportunidades que busca reunir as fontes de recursos não onerosas que podem ser obtidas junto a terceiros para prover os projetos de recursos para executá-los. Estas fontes são as transferências voluntárias da União (SICONV), transferências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de outras oportunidades, como recursos de patrocínios, de fundo perdido de instituições financeiras e de organismos internacionais. Com projetos estruturados e fontes de recursos definidas busca-se atender de forma mais eficiente a aplicação dos recursos; e
- » aperfeiçoamento do SIGEF com a finalidade de convergir a contabilidade estadual às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, incluindo a implementação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assim como a adequação de rotinas e relatórios existentes.

## Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Dando um passo importante no processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – International Public Sector Accounting Standards), em 2013, o Estado de Santa Catarina implantou o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A iniciativa atende de forma antecipada a Portaria n.º 634/2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, que determina a adoção do PCASP pelos entes da federação até o final do ano de 2014. Santa Catarina, ao lado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Bahia, está entre os primeiros Estados a implantar o novo PCASP já em 2013.

Além do PCASP, o Estado de Santa Catarina já implementou outras ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas, o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber de ICMS e IPVA; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); o reconhecimento de ativos de infraestrutura; o Balanço Geral contendo notas explicativas e a demonstração do fluxo de caixa; e a implantação de um projeto experimental de apuração dos custos do serviço de educação do Estado.

## Contabilidade Gerencial

As bases para a implementação da contabilidade gerencial foram fortalecidas em 2013, com a criação das áreas temáticas de Custos, Informações Gerenciais e Patrimônio<sup>4</sup>, trabalho que está sendo realizado de forma gradual e será intensificado no ano de 2014.

Cada Contador da Fazenda Estadual em exercício nos órgãos do Executivo Estadual atuará em uma das áreas temáticas e desenvolverá seus trabalhos de forma a interagir com os demais colegas de sua temática, sob a coordenação da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda. Na sequência os trabalhos que devem ser desenvolvidos em cada área temática:

- » Patrimônio: coordenar os trabalhos relacionados ao reconhecimento, mensuração e evidênciação de bens móveis, imóveis, de infraestrutura, intangíveis e estoque, interagindo com a Secretaria de Estado da Administração – SEA e com o Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA;
- » Custos: estudos para a apuração de custos dos serviços públicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual (custo por aluno, por preso, por atendimento hospitalar, etc.) e disponibilização das informações aos gestores públicos, para subsidiar a tomada de decisão, e à sociedade para fins de controle social;
- » Informações Gerenciais: elaborar relatórios gerenciais e indicadores de gestão conforme a demanda de cada gestor, visando subsidiá-lo na tomada de decisão e aperfeiçoar o Portal de Transparência do Poder Executivo Estadual, mantido pela Diretoria de Contabilidade Geral, com vistas a promoção do controle social.

<sup>4</sup> Instrução Normativa SEF n.º 002, de 15 de dezembro de 2013, estabelece, no âmbito da Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda, a atuação dos Contadores da Fazenda Estadual em exercício nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual nas áreas temáticas “Patrimônio”, “Custos” e “Informações Gerenciais”. Disponível em <http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/dcog/contabilidade-aplicada-ao-setor-publico>.

## Apuração de Custos

Em 2013 foi desenvolvido um Projeto Experimental de Apuração de Custos do Serviço de Educação do Estado de Santa Catarina, tendo por objetivos conhecer os custos da atividade-fim da prestação do serviço de educação em 30 unidades básicas de educação pública, bem como subsidiar a implementação de um sistema gerencial de controle e avaliação de custos das atividades estatais, na forma determinada pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em seu art. 50, §3º, observando, ainda, as regras trazidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 16.11, que trata do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) e normativos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial a Portaria STN n.º 437/2012, alterada pela Portaria STN n.º 753/2012.

Para o desenvolvimento dos trabalhos foi criado o Grupo de Apuração de Custos - GTCUSTOS, por meio do Decreto Estadual n.º 1.365, de 1º de fevereiro de 2013, que irá atuar na implementação de medidas que visam:

- » apurar os custos dos serviços públicos de órgãos e entidades do Poder Executivo (custo por aluno, por preso, por hospital, por atendimento médico, etc.);
- » adaptar a contabilidade de custos da administração pública estadual às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP);
- » adaptar os sistemas de gestão do Poder Executivo ao Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, para fins de apuração dos custos;
- » disponibilizar a informação de custos dos serviços públicos, mediante relatórios padronizados e ferramentas de tecnologia da informação, aos gestores públicos para a tomada de decisão e à sociedade para fins do controle social.

As escolas que participaram do Projeto Experimental de Apuração de Custos foram eleitas a partir do critério de porte (grande, médio e pequeno porte, a depender do número de alunos matriculados), levando em consideração as informações referentes ao ano de 2012. O universo avaliado foi de 32.401 alunos, o que representou 5,76% da totalidade de alunos matriculados em 2012 na rede pública estadual, distribuídos pelas 30 escolas eleitas (2,37% do total de escolas da rede pública estadual).

O total de recursos consumidos em 2012 pelas 30 unidades participantes do Projeto foi de R\$ 94,62 milhões. Desses, R\$ 79,70 milhões (84,23%), corresponde a folha de pagamento. Os outros cinco elementos de custo que tiveram uma participação relevante no consumo total de recursos foram: gêneros alimentícios (merenda), cerca de R\$ 5 milhões (5,28%); transporte escolar, com R\$ 2,83 milhões (2,99%); subvenções às APPs, com R\$ 2,73 milhões (2,89%); e pessoal terceirizado, com R\$ 1,5 milhão (1,59%). Juntos, esses cinco elementos de custo tiveram uma participação de 97% no total de recursos consumidos. Os demais elementos de custo tiveram uma participação individual inferior a 1%. O custo médio anual por aluno em 2012 de todas as 30 unidades de educação ficou em R\$ 3.065,08.

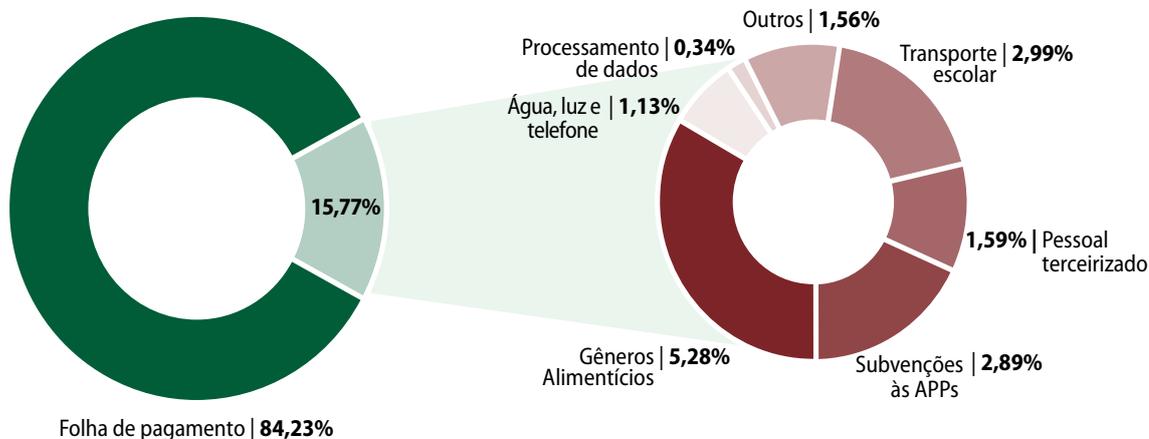


Figura 2 | Composição do Custo Médio por aluno

### Composição do Custo Médio Anual por Aluno

Ao analisar o custo por aluno de cada escola, considerando seu porte (grande, médio e pequeno), verificou-se que o número de alunos matriculados foi a principal variável que influenciou nesse resultado, haja vista que o custo tem uma relação inversamente proporcional à quantidade de alunos matriculados por unidade escolar.

O estudo comparou o desempenho em termos de custo das escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e pela análise não verificou relação direta entre o custo por aluno e o desempenho da escola avaliada pelo IDEB, tendo em vista que as escolas que apresentaram custo por aluno elevado não obtiveram os mais elevados índices do IDEB.

Em 2014, pretende-se estender o Projeto Experimental de Apuração de Custos para outras unidades de educação e para outras áreas do Governo, visando o cálculo do custo de atividades finalísticas, tais como: custo médio por paciente dos hospitais da rede pública estadual e o custo médio do detento nos presídios estaduais. Essas experiências servirão de arcabouço para a evolução do Sistema de Informações Gerenciais de Custos do Setor Público (Módulo do SIGEF) que se encontra em desenvolvimento.

### Pagamento de Dívida com a Defensoria Dativa

Acordo firmado entre o Governo do Estado e a regional da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB-SC) deu início, em 2013, ao pagamento dos honorários da Defensoria Dativa, dívida estadual acumulada há 17 anos, pelos serviços prestados pelos advogados para defender pessoas carentes.

O valor integral da dívida somava, aproximadamente, R\$ 100 milhões e contemplou todas as certidões protocoladas na OAB-SC até 05 de abril de 2013, por 6.541 advogados. Para efetuar este pagamento, as certidões emitidas pelos magistrados e apresentadas pela OAB/SC em favor dos advogados dativos foram auditadas com o objetivo de garantir a fidedignidade dos valores pagos.

Do total da dívida, R\$ 40 milhões foram pagos em dezembro de 2013 e o restante será pago em outras seis parcelas de R\$ 10 milhões cada, no primeiro semestre de 2014.

## Foco nas prioridades

As pessoas são a razão de um Governo. Tudo o que se faz deve ser pensado de forma global e coletiva. As ações precisam estar entrelaçadas para que o conceito de um projeto se transforme em um serviço à população. Pensando nisso, o Governo do Estado criou o Pacto por Santa Catarina, um programa focado na promoção da cidadania e na proteção das pessoas, para as áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública.

**COM A CRIAÇÃO** do PACTO, o sistema educacional catarinense está sendo revisto. Há uma nova escola em curso focada em compartilhar o conhecimento, onde a educação nasce na intersecção entre escola, família e comunidade.

A saúde pública por sua vez está sendo reconstruída com o Plano de Gestão da Saúde, um conjunto de ações articuladas que agem na perspectiva de fazer mais com menos, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

A assistência social está sendo trabalhada em três eixos: proteção social e garantia de direitos; trabalho, qualificação e geração de renda; e erradicação da extrema pobreza.

Estrutura, mobilidade policial, equipamentos de proteção individual e ampliação do sistema de vigilância eletrônica são a base da segurança pública em Santa Catarina.

Investimentos em infraestrutura, com obras estratégicas para o desenvolvimento integrado do Estado, também foram prioridade do Estado de Santa Catarina no ano de 2013.

Na sequência, mais informações a respeito das principais ações do Estado em educação, saúde, assistência social, segurança pública, infraestrutura, defesa civil e turismo no ano de 2013.

## Educação

O Governo de Santa Catarina aplicou, em 2013, mais de R\$ 911 milhões (despesas de custeio e investimentos) na revitalização e manutenção da estrutura física da rede pública estadual de ensino, proporcionando mais conforto e qualidade de ensino aos quase 546 mil alunos que estudam em uma das 1.266 escolas estaduais. Um total de 107 obras de reforma e ampliação de escolas foram iniciados neste ano, além de 18 novas escolas e 52 quadras de esportes.

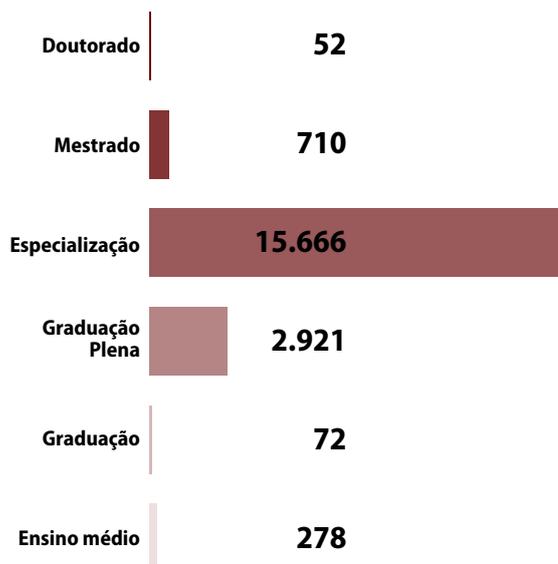
O quadro do magistério estadual é composto de 19.699 professores efetivos, dos quais 79,5% possuem especialização, conforme **figura 3**. Além desses profissionais, o Estado contrata outros professores temporariamente, conforme a necessidade.

O Estado possui 99,78% dos professores do Ensino Médio com formação maior ou igual a nível superior, o que o coloca em primeiro lugar em nível nacional (a média do Brasil é de 92,55%).

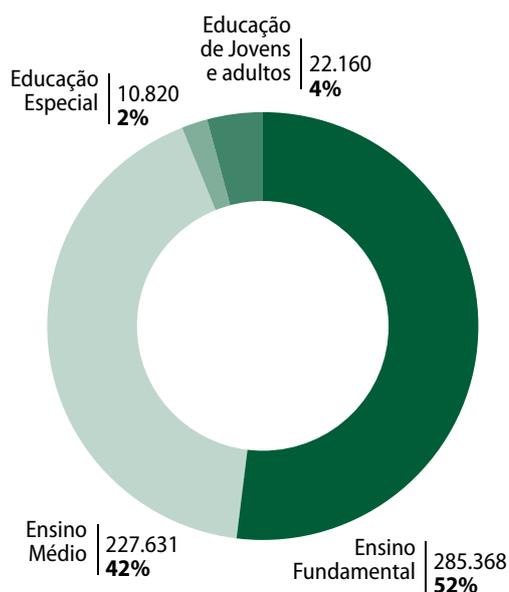
Em 2013, foram nomeados por concurso público 1,6 mil professores e mais 3,2 mil foram chamados para iniciar suas atividades em 2014, totalizando 4,8 mil profissionais graduados para renovar o quadro do magistério e melhorar ainda mais a qualidade do ensino catarinense.

A Educação Básica contava, em 2013, com 545.979 alunos, distribuídos como está na **figura 4**.

Durante 2013, o Estado investiu no fortalecimento do Ensino Médio e na ampliação de vagas, aumentando o número de matrículas em 16.787 (8,4% a mais em relação a 2012). Para evitar a evasão escolar, as escolas estaduais oferecem diferentes modalidades de ensino que ampliam o tempo dos estudantes na escola: o Inte-



**Figura 3** | Nível de formação dos professores efetivos do Estado de Santa Catarina  
**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação



**Figura 4** | Número de Alunos da Educação Básica da Rede Estadual em 2013  
**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação

gral e o Profissionalizante são os destaques. Em Santa Catarina, 92 escolas optaram pelo Ensino Médio Integral e oferecem a 13.060 alunos (5,7% do total matriculado no ensino médio), no contraturno escolar, disciplinas optativas que estimulam a criatividade e a inovação dos currículos. A meta do Estado é ter 50% dos estudantes de Ensino Médio em período integral até 2020.

Os alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio Inovador e do Ensino Médio Regular ainda têm a oportunidade de cursar aulas técnicas, com a carga horária de oito horas semanais no SESI, SENAI e SENAC. A iniciativa integra o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Quem também oferece esta modalidade de ensino são os Centros de Educação Profissional de Santa Catarina (CEDUPs). As aulas são voltadas para o desenvolvimento sustentável e produtivo de cada região.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) é outra modalidade oferecida pelo Estado de Santa Catarina. O objetivo é desenvolver projetos que contemplem as áreas do conhecimento científico e de formação tecnológica. O EMIEP agrega eixos tecnológicos como gestão em negócios, informação e comunicação, recursos naturais, hospitalidade e lazer, infraestrutura, produção alimentícia, controle e processos industriais, ambiente, saúde e segurança.

Em 2013, 45.945 estudantes da rede estadual (20,24% do total) fizeram cursos profissionalizantes<sup>5</sup>. A meta, até 2020, é chegar a 30%.

Para qualificar e ampliar a oferta de Ensino Médio, o Estado está investindo na infraestrutura escolar. O Programa Mais Escolas está com 10 novas escolas de Ensino Médio em construção, 18 em licitação e uma inaugurada em setembro de 2013. Além dessas, oito novos CEDUPs também estão em fase final de construção.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado e divulgado a cada dois anos, demonstra a evolução na qualidade do ensino em Santa Catarina, que superou as metas previstas para o ano de 2011 (último ano com informação disponível) e foi destaque nacional no ensino médio e nas séries finais do ensino fundamental. Os catarinenses mantiveram a liderança do ranking nacional, com média de 4,9 nas avaliações entre alunos de 5ª a 8ª séries.

Na avaliação do Ensino Médio, Santa Catarina também passou a ocupar a liderança, com IDEB de 4,3. Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, que corresponde de 1ª a 4ª séries, os catarinenses conseguiram importante avanço. No IDEB 2011, Santa Catarina alcançou o 2º lugar nacional, com 5,8, ficando depois apenas de Minas Gerais (5,9).

5 Fonte: Secretaria de Estado da Educação. Disponível em <http://sc.gov.br/index.php/mais-sobre-educacao/5001-novas-perspectivas-no-ensino-medio-ajudam-no-combate-a-evasio>. Acesso em 24/01/2014.

**Tabela 2** | Comparativo do IDEB por Região

Região/UF	IDEB 2007			IDEB 2009			IDEB 2011		
	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio	4ª Série	8ª Série	Ensino Médio
Norte	3,4	3,4	2,9	3,8	3,6	3,3	4,5	3,8	3,4
Nordeste	3,5	3,1	3,1	3,8	3,4	3,3	4,2	3,5	3,2
Centro-Oeste	4,4	3,8	3,4	4,9	4,1	3,5	5,2	4,2	3,6
Sudeste	4,8	4,1	3,7	5,3	4,3	3,8	5,5	4,4	3,8
Sul	4,8	4,1	3,9	5,1	4,3	4,1	5,5	4,4	4,0
<b>Santa Catarina</b>	<b>4,9</b>	<b>4,3</b>	<b>4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,5</b>	<b>4,1</b>	<b>5,8</b>	<b>4,9</b>	<b>4,3</b>

A Educação Superior também merece destaque. Em 2013, a UDESC foi considerada pelo Ministério da Educação (MEC) a quarta melhor universidade estadual do Brasil e a 18ª no *ranking* geral entre 192 instituições avaliadas. A posição em evidência indica a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e ex-

tensão, oferecidas pela educação superior catarinense. A UDESC conta com 48 cursos de graduação em 12 unidades da instituição, distribuídas em 10 cidades de Santa Catarina. A Universidade fechou 2013 com 14.192 alunos de graduação e 1.024 alunos de pós-graduação.

## Saúde

A saúde pública sempre foi prioridade para o Governo do Estado, e, em 2013, as aplicações de recursos nesta área chegaram a R\$ 2,239 bilhões, representando um acréscimo de 12,61% em relação ao ano de 2012.

Santa Catarina conta com 76.304<sup>6</sup> profissionais de saúde atuando na área, sendo quase 30 mil de nível superior. Possui 244 hospitais, que somam 17.065 leitos. Os leitos complementares, no qual estão inseridas as várias modalidades de UTIs, somam 1.349 leitos.

Além disso, o Estado dispõe de 43 Centros de Especialidades Odontológicas em funcionamento, os quais, até outubro de 2013, realizaram 121.174 procedimentos, uma média de atendimento de mais de 95% em relação à meta estipulada para o ano.

De janeiro a novembro de 2013, o Estado registrou, em seus hospitais, o menor percentual de óbitos<sup>7</sup> da região Sul do Brasil, conforme verifica-se na **tabela 3**.

**Tabela 3** | Morbidade Hospitalar de janeiro a novembro 2013

Unidade da Federação	% de óbitos hospitalares
Paraná	36,4
<b>Santa Catarina</b>	<b>20,7</b>
Rio Grande do Sul	42,9

**Fonte:** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS): morbidade hospitalar do SUS por local de internação. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/niuf.def>. Acesso em 16/01/14.

Na área de transplante de órgãos, Santa Catarina liderou a lista nacional de transplantes pela sétima vez em oito anos, com 1.175 receptores de órgãos beneficiados. Os órgãos mais transplantados são os rins, com 269 procedimentos, seguido do fígado, com 116 transplantes. O tecido mais transplantado foi a córnea, com 504 procedimentos. No número de doadores por milhão de habitantes o Estado também se destaca com 26,8 doadores por milhão, mais que o dobro da média nacional que é de 13 doadores por milhão.

O Estado é destaque nos cuidados à mulher gestante e às crianças até 2 anos, apresenta o maior índice de lon-

gevidade em relação aos demais Estados brasileiros, com média de 76,8 anos de vida, além de ser o Estado com menor número de óbitos infantis<sup>8</sup> (11,2 para cada mil).

O Estado também é referência nacional no teste do pezinho, tendo 89% de abrangência, o que faz com que a cobertura do Estado seja a melhor do País (a média nacional é de 82%). Atualmente, este teste contempla sete exames, destes, seis fazem parte do programa nacional e um é realizado somente em Santa Catarina (verificação da galactosemia para detectar doença hereditária ou erro metabólico que pode gerar deficiência mental e, em alguns casos, a morte).

Dentre os principais investimentos estaduais em saúde, no ano de 2013, destacam-se:

» **Hospital Florianópolis:** reforma e ampliação do Hospital, que passou a atender, em média, 5 mil pacientes por mês em 50 leitos de internação e 10 leitos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Após a reforma, o Hospital passou a ter pronto-atendimento clínico, pediátrico e ortopédico de média e alta complexidade, emergência e cirurgia geral. Além dos leitos de internação e UTI, o Hospital conta ainda com quatro leitos de recuperação pós-anestésica e centro cirúrgico com três salas. O atendimento é feito 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Hospital Florianópolis conta com 590 funcionários, dentre os quais 165 médicos e 225 enfermeiros.



^  
**Hospital Florianópolis reformado**

Foto: Claudio Thomas/SECOM

6 De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES  
7 Fonte: Sítio do Departamento de Informática do SUS – DATASUS – <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&Vobj=htp://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/ni>

8 menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos

**Hospital Regional do Oeste, de Chapecó, >  
e Hospital e Maternidade Tereza Ramos,  
em Lages (abaixo)**

Fotos: Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó  
e Secretaria de Estado de Comunicação

As obras da reforma duraram quatro anos e a atual estrutura do Hospital é um reforço para desafogar as filas do Hospital Regional de São José, além de dividir com ele o título de referência em ortopedia na região.

- » **Hospital Regional do Oeste – Chapecó:** início das obras de ampliação e readequação do Hospital, com nova área de 9.360 m<sup>2</sup>, abertura de dez leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, sete leitos para UTI coronária, dez leitos para UTI pediátrica, 27 leitos para recuperação pós-cirúrgica, 56 leitos para oncologia de longa duração, 36 leitos para quimioterapia de curta duração, bem como implantação do novo centro cirúrgico com aumento de 12 salas.
- » **Hospital e Maternidade Tereza Ramos – Lages:** ampliação e readequação do Hospital com nova área de 16.000 m<sup>2</sup>. Abertura do serviço de emergência, centro de diagnóstico por imagem, aumento de 92 leitos de internação, centro cirúrgico e UTI (em andamento).
- » **Serviço Móvel de Urgência (SAMU):** aquisição de 51 veículos, dez unidades de suporte avançado, 29 unidades de suporte básico e 12 unidades de suporte avançado especial 4x4, para utilização do SAMU.
- » **Ampliação da Rede de Atenção à Urgência e Emergência:** 22 hospitais de 17 Municípios do Estado assinaram um termo de compromisso de adesão e receberão R\$ 63,9 milhões por ano para atendimentos de urgência e emergência, bem como qualificação dos leitos de UTI.
- » **Rede Cegonha:** os cuidados à mulher gestante e às crianças até 2 anos, oferecidos pela Rede Cegonha, foram destaque em 2013. O Estado firmou parcerias com 24 hospitais das redes pública, privada e filantrópica de Santa Catarina, garantindo o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os recursos para custeio da iniciativa nos hospitais são de R\$ 28 milhões.



- » **Atenção Básica:** a cobertura populacional da Estratégia de Saúde da Família da Atenção Básica, em Santa Catarina, no ano de 2013, atingiu 75,15% e está entre as melhores do Brasil. O Estado destaca-se como o de maior cobertura no País. Atualmente, o Estado conta com 1.526 equipes de Saúde da Família atuando, além de 950 equipes de saúde bucal.
- » **Assistência Farmacêutica:** o Estado investiu, no ano de 2013, cerca de R\$ 236 milhões na aquisição de medicamentos. Deste montante, R\$ 28 milhões foram para a assistência básica dos Municípios e para o programa de insumos para diabetes. A quantia restante foi investida em remédios de alto custo para pacientes do SUS, para tratamento principalmente de doenças como mal de Alzheimer, hepatites virais, doença de Parkinson, artrite reumatóide e também para pacientes transplantados que utilizam imunossuppressores. Além disso, mais de 13 mil catarinenses foram atendidos por determinação judicial, superando R\$ 141 milhões de gastos.

- » **Aumento no quadro próprio de pessoal:** 806 novos profissionais foram incorporados, em 2013, ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, somando atualmente 10.550 servidores ativos.
- » **Mutirão de Cirurgias:** foram realizados 28.336 procedimentos de janeiro a novembro de 2013, ultrapassando a meta de 20 mil cirurgias estabelecidas para o ano. As cirurgias realizadas são as de menor gravidade, como catarata, vesícula, hérnia e varizes, que são feitas em hospitais filantrópicos e municipais que realizam atendimento pelo SUS. Desde o início do programa, a Secretaria de Estado da Saúde já investiu R\$ 47,2 milhões em parceria com o Ministério da Saúde.
- » **Telemedicina e Telessaúde:** em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, a telemedicina tem um investimento anual aproximado de R\$ 900 mil e possibilita o envio de exames e emissão de laudos por especialistas sem que estes estejam no local do exame. São eletrocardiogramas, exames dermatológicos, análises clínicas, raios-x digitais, ultrassonografia, entre outros serviços realizados em 287 Municípios catarinenses que, em 2013, somaram mais de 166,6 mil investidos em exames. Além da Telemedicina, o Telessaúde oferece o serviço de teleconsultoria que é o suporte clínico virtual para médicos e enfermeiros, o qual possibilita a troca de informações e a discussão de casos de forma instantânea.

**No final de 2013, 253 veículos >  
foram entregues às áreas de assistência  
espalhadas por todo o Estado**

Foto: Jaqueline Noceti/Secom

## Assistência Social

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), realizou várias ações voltadas à área de assistência social em 2013, dentre as quais, destacam-se: início das ações do Pacto por Santa Catarina – Proteção Social; capacitação 5,8 mil profissionais; chamada de 220 servidores do concurso público, dos quais 49 para a área de assistência social; e atuação de maneira intersetorial na construção do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Os valores aplicados em assistência social superaram R\$ 97 milhões em 2013. Deste valor, destacam-se R\$ 31 milhões destinados à assistência comunitária e R\$ 28 milhões à assistência à criança e ao adolescente.

Em 2013, também iniciaram as ações do Pacto pela Proteção Social, contemplando três eixos:

- 1 - proteção social e garantia dos direitos sociais;
- 2 - trabalho, qualificação e geração de renda;
- 3 - erradicação da extrema pobreza.



**Trabalhadores recebem orientação e encaminhamento ao mercado de trabalho no Sine Móvel - Florianópolis, 30/4/2013**

Foto: Cláudia Marcelo de Lima / SST



## Eixo 1

### Proteção Social e Garantia dos Direitos Sociais

No Eixo Proteção Social e Garantia de Direitos Sociais foram licitados e contratados 61 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com investimento previsto de R\$ 23,8 milhões. No Estado, há 342 CRAS em 270 Municípios. No total, Santa Catarina terá 403 CRAS.

Também, foram licitados e contratados 20 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) dos 27 previstos, com investimentos de R\$ 13,6 milhões, aproximadamente. Atualmente, o Estado possui 86 Creas em 82 Municípios. No total, Santa Catarina terá 113 Creas até o fim de 2014, tornando-se um dos Estados com maior cobertura de CRAS e Creas do País.

Em 2013, iniciou-se o processo para a licitação da construção de 12 Centros Dia para idosos, com investimentos de R\$ 14,7 milhões, aproximadamente. O Estado é pioneiro na construção destes espaços. Os Centros evitam que os idosos fiquem em asilos e auxiliam as famílias carentes que não têm onde deixá-los durante o dia para ir trabalhar. Neles os idosos podem passar até 12 horas por dia.

Ainda, na área de proteção social, em dezembro de 2013, foram entregues 253 veículos para a área da assistência, sendo 229 para as prefeituras e 24 veículos para: o suporte operacional da Secretaria; os 13 Centros de Trabalho, Emprego e Renda; a Escola de Ofícios Dom Jaime Câmara, em Palhoça; e o Centro Educacional São Gabriel, em São José.

Os veículos, de uso exclusivo da Assistência Social, ajudam a dar suporte para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Os veículos entregues aos Municípios são destinados à busca ativa e à proteção social. A busca ativa refere-se à localização, inclusão e o encaminhamento aos serviços de proteção dos cidadãos que desconhecem seus direitos. Dentre os programas que as famílias podem ser incluídas estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC) idoso – que concede um salário mínimo às pessoas acima de 65 anos sem condições de se sustentar e o BPC para as pessoas com deficiência. O objetivo é atender a todas as pessoas idosas e com deficiência que têm o direito a receber o benefício. Além disso, as famílias podem ser cadastradas para programas de transferência de renda como o Bolsa Família, do Governo Federal, e o Santa Renda, do Governo Estadual.

## Eixo 2

### Trabalho, emprego e renda

No eixo Trabalho, Emprego e Renda, o Estado investiu em ações na área do trabalho e da qualificação profissional. No Estado, a SST coordena a articulação entre os Municípios e as instituições que oferecem os cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Por dois anos consecutivos (2012 e 2013), Santa Catarina ocupou a segunda posição no País em relação ao percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único (instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda).

Em 2012, foram 20 mil vagas, 20 mil alunos matriculados e investimentos de R\$ 32 milhões do Governo Federal em 237 diferentes cursos. No total, 245 Municípios aderiram ao programa. Em 2013, foram 69 mil vagas, 36,9 mil alunos matriculados e investimentos de R\$ 59 milhões em 270 diferentes cursos em 284 Municípios.

Em Santa Catarina, há 120 postos de atendimento do Sistema Nacional de Empregos (SINE), dos quais 22 são de execução direta do Estado por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação. Outros 98 postos são em convênio com as prefeituras.

Os postos do SINE prestaram atendimento para intermediação de mão de obra a 1,12 milhão de trabalhadores de dezembro de 2012 a dezembro de 2013. Este número superou, em cerca de 50%, a meta de atendimento estipulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que era de 552 mil no período. O sistema disponibilizou, ainda, 78 mil vagas e encaminhou 169 mil pessoas ao mercado de trabalho.

O aumento no número de Escolas de Ofícios, criadas para oferecer cursos gratuitos de qualificação profissional, também está entre as metas do Estado. Em 2013,

foi inaugurada a Escola que fica no Centro Educacional Dom Jaime Câmara, em Palhoça. No local, foram realizados 23 cursos do Pronatec em seis diferentes áreas: costura, mecânica, padaria, informática, marcenaria e gráfica. No total, 823 alunos, divididos em 33 turmas, frequentaram as aulas.

### **Eixo 3** **Eradicação da extrema pobreza**

No terceiro eixo, o de erradicação da extrema pobreza, o Estado investiu, em 2013, no programa Santa Renda, que é um programa estadual de complementação de renda que beneficia as pessoas que já recebem o recurso do programa federal Bolsa Família. O programa Bolsa Família paga o mínimo de R\$ 70,00 mensais por pessoa. O Governo do Estado entra com outros R\$ 10,00 para atender as famílias com crianças e adolescentes entre zero e 15 anos, o que eleva a renda mínima para R\$ 80,00 mensais por pessoa.

A previsão é de que o programa Santa Renda atenda a 33.073 famílias (em torno de 132.292 catarinenses) que estejam em situação de extrema pobreza até o final de 2014. No Estado, 141.210 famílias (564.840 pessoas) recebem o benefício federal. A meta é erradicar a extrema pobreza no Estado até 2015.

Também, objetivando erradicar a extrema pobreza, o Estado está investindo na construção de cisternas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a captação e o armazenamento da água da chuva, para atender as famílias da região Oeste do Estado, que sofrem com a seca. Até o final de 2013, cerca de 400 cisternas estavam em fase de construção e, até o final de 2014, o Estado pretende construir mais 4.508 cisternas.

#### **< Municípios da abrangência da SDR Maravilha assinam contratos para construção de cisternas em abril de 2013. O total dos investimentos é de R\$ 2,3 milhões**

Foto: Carla Trentin / SDR-Maravilha



## Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas

O ano de 2013 também foi de trabalho intersetorial no enfrentamento às drogas com a participação de técnicos de cinco secretarias de Estado: Assistência Social, Educação, Saúde, Segurança Pública e Justiça e Cidadania, além da participação de secretarias municipais destas áreas e da sociedade civil.

No ano foram organizadas sete oficinas regionais de mobilização intersetorial de políticas públicas sobre drogas com o objetivo de elaborar propostas para o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas. As oficinas contaram com a participação de 3.000 profissionais.

A partir de fevereiro de 2014 serão compilados os resultados das oficinas para a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e o resultado será encaminhado à Assembleia Legislativa para que seja transformada em lei.

Em paralelo, mantém-se o diálogo permanente com os colegiados regionais para efetivação, acompanhamento e monitoramento das ações previstas pelas equipes técnicas.



^  
**Primeira Oficina Regional de Mobilização Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas, realizada em Lages, em novembro de 2013**

Foto: <http://drogasvencer.blogspot.com.br/>



## Programa Reviver

O Programa Reviver (Rede Estadual de Atenção a Dependentes Químicos), concebido em 2013 pelo Estado de Santa Catarina, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (Fapesc) e com a Comissão de Prevenção e de Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, habilitou, inicialmente, 43 comunidades terapêuticas para acolhimento imediato de 430 dependentes químicos. No total serão disponibilizadas para a comunidade 900 vagas para adultos e 300 para adolescentes. Entre as ações previstas pelo Programa, também estão o diagnóstico e o cadastramento de comunidades terapêuticas, capacitação de profissionais destas comunidades, elaboração de protocolos de prevenção, pesquisa de avaliação do cuidado e da reinserção familiar e elaboração de material instrucional.

O projeto integra as ações do Programa Crack - É Possível Vencer, e envolve as Secretarias de Estado da Justiça e Cidadania; da Segurança Pública; da Educação; e da Assistência Social, Trabalho e Habitação e também integrará as ações do Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

## Segurança

A segurança no Estado se destaca pela atuação com inteligência. Em 2013, os investimentos foram concentrados em estrutura, mobilidade policial, equipamentos de proteção individual e ampliação do sistema de vigilância eletrônica, que amplificaram e interligaram a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar.

Durante o ano foram aplicados mais de R\$ 1,794 bilhão na segurança pública catarinense. Deste montante, R\$ 1,317 bilhão foi destinado à folha de pagamento, R\$ 372 milhões à manutenção dos serviços públicos em segurança e R\$ 105 milhões para investimentos.

Dos investimentos em segurança pública, destacam-se:

- » aquisição de 1.260 veículos para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Secretaria de Segurança Pública e Instituto Geral de Perícias;
- » aquisição de um caminhão de combate a incêndios e resgate para o Corpo de Bombeiros Militar;
- » aquisição de três conjuntos de consoles de rádio comunicação para Centrais de Emergências de Santa Catarina;
- » aquisição de 108 kits para detecção de drogas em urina e sangue, dois vídeos comparadores espectrais de documentos, 58 kits de material de reagentes de DNA, um sistema de cromatografia para pesquisa e quantificação de etanol e outros voláteis em sangue e demais fluídos biológicos, bem como um cromatógrafo gasoso de massa espectral para o Instituto Geral de Perícias;
- » aquisição de equipamentos policiais de proteção individual, contendo: pistolas (7.860), coletes balísticos (5.269), algemas (4.013), cintos (7.263) e tonfas (5.013);
- » aquisição de 1.218 equipamentos de trânsito, tonfas e cintos de guarnição;

- » aquisição de uma auto-escada mecânica, para o Corpo de Bombeiros Militar;
- » modernização do sistema de comunicação da Segurança Pública com a implantação do sistema de comunicação digital troncalizado, integrando as Secretarias da Segurança Pública, Defesa Civil e Justiça e Cidadania, em todo o território catarinense; e
- » nomeação de 1.263 policiais militares, dentre eles, 71 oficiais e 1.192 soldados, que atuarão em todo o Estado de Santa Catarina, assim como nomeação de 154 escrivães e dois agentes de Polícia Civil.

Cabe destaque também à aquisição de equipamentos, veículos, um sistema de radiocomunicação troncalizada digital e um helicóptero por meio do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP), abrangendo os 82 Municípios catarinenses integrantes da faixa de fronteira. O Programa ENAFRON objetiva o fortalecimento da presença estatal na área de fronteira e o desenvolvimento de projetos, com o intuito de evitar o tráfico ilícito de entorpecentes, o tráfico internacional de

### Novos veículos foram adquiridos > para a Polícia Militar

Foto: Fabio Fontana / SDR-Curitibaanos



### A recém construída Penitenciária Sul, de Criciúma >

Foto: Felipe Carneiro/SECOM

armas de fogo, munições e explosivos, o contrabando e a pirataria, a evasão de divisas, a exportação ilegal de veículos, os crimes ambientais, a imigração ilegal de estrangeiros pela fronteira seca do Brasil e tráfico de pessoas.

Além disso, em 2013, o Estado estruturou o Programa Bem-Te-Vi de Segurança por Videomonitoramento. Além das 51 cidades que já contam com sistema de videomonitoramento urbano, contempladas pela primeira etapa do Programa Bem-Te-Vi, o Estado lançou a segunda etapa do Programa, que prevê investimentos de R\$ 10 milhões na instalação de mil câmeras de vigilância em 100 Municípios catarinenses. O objetivo do Programa é a segurança e a vigilância sistemática dos espaços públicos, agregando tecnologia eficaz na prevenção criminal, repressão e investigação de delitos, com parceria municipal. As imagens são compartilhadas com a Polícia Civil, o que facilita o trabalho de investigação e de identificação de criminosos. Com essa ação, mais da metade dos Municípios catarinenses terão cobertura pelo sistema de videomonitoramento. Além disso, Santa Catarina será o único Estado do País a promover o acesso integrado das imagens entre as diversas cidades monitoradas.



^ **No Complexo Penitenciário da Canhanduba, em Itajaí, os presos trabalham, estudam, ocupam celas limpas e recebem refeições adequadas**

Foto: Felipe Carneiro/SECOM



## Sistema Prisional

Em 2013, houve reestruturação no sistema prisional catarinense, com ampliações do Presídio de Itajaí, da Penitenciária Sul, em Criciúma, e da Penitenciária Industrial de Joinville, contabilizando 624 novas vagas no sistema carcerário do Estado.

O Pacto pela Justiça destinou R\$ 265 milhões para o sistema prisional e socioeducacional do Estado, que tem uma política de ressocialização dos presos.

Em 2013, considerando todo o sistema catarinense, 48% dos presos (8,3 mil) estavam trabalhando, exercendo atividades laborais por meio de 200 convênios firmados com empresas privadas. É a maior média do País, segundo um levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

O percentual de presos estudando foi de 11,7% (1,8 mil<sup>9</sup>), também superior à média nacional, que é de 8,7%. Além disso, 1.039 presos participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2013.

O sistema prisional catarinense conta com 1,6 mil agentes penitenciários. Em 2013, foram realizadas 48 mil escoltas, entre audiências judiciais, transferências, tratamento de saúde e atividades sociais.

A evasão, índice de presos beneficiados com saída temporária e que não retornam ao sistema prisional, caiu de 4,5% em 2012 para 3,5% em 2013. E o número de fugas caiu de 194 em 2012 para 140 em 2013, uma redução de 28%. Considerando as 525 fugas registradas em 2011, a redução no ano passado foi ainda mais significativa, de 73%.

9 Neste indicador específico não estão incluídos os detentos do regime aberto.

## O porto de Itajaí, segundo maior do Brasil >

Fonte: [www.portoitajaí.com.br](http://www.portoitajaí.com.br)



## Infraestrutura

Santa Catarina conta com malha viária de mais de 62 mil quilômetros de estradas federais, estaduais e municipais. Dentre as mais importantes rodovias destacam-se a BR-101, principal via de ligação entre Santa Catarina e os demais Estados pelo litoral; a BR-116, que corta o interior do Estado no sentido Norte-Sul, e o liga aos Estados vizinhos; a BR-282, que cruza transversalmente o Estado, ligando Florianópolis à Argentina. Além destas rodovias, o Estado conta ainda com as seguintes rodovias federais: BR-153, BR-158 e BR-163 (sentido Norte/Sul); BR-280, BR-283 e BR-285 (sentido Leste/Oeste); BR-386 (sentido diagonal); e BR-470, BR-475, BR-477, BR-480 e BR-486 (rodovias de ligação). Em Santa Catarina está a sexta maior frota de automóveis e a quinta maior frota de caminhões do País<sup>10</sup>.

O Estado dispõe de dois aeroportos internacionais (Florianópolis e Navegantes), nove aeroportos regionais (Joinville, Chapecó, Joaçaba, Caçador, Lages, Blumenau, Forquilha, Dionísio Cerqueira e Xanxerê), além de 21 aeródromos públicos e 47 aeródromos privados<sup>11</sup>.

A estrutura portuária estadual é formada pelos Portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá, por onde escoam grande parte de sua produção, e pelo Porto Laguna, que tem atuação voltada à pesca. Juntos os Portos catarinenses movimentam anualmente cerca de 18 milhões de toneladas. O Porto de Itajaí é o segundo do Brasil (e 13º na América Latina e Caribe) em movimento de contêineres, sendo que os Portos de São Francisco do Sul e Imbituba também figuram entre os principais Portos brasileiros com maior movimentação de contêineres.

Santa Catarina conta também com 1.365 quilômetros de ferrovias. O serviço ferroviário é realizado por duas empresas concessionárias: a) Ferrovia Tereza Cristina – com 164 quilômetros, liga as cidades de Criciúma e Imbituba, transportando especialmente carvão; b) América Latina

Logística – opera a ferrovia ALL – com 1.201 quilômetros, é utilizada, principalmente, para o transporte de grãos e liga as cidades de Herval d'Oeste, Porto União, Mafra e São Francisco do Sul, assim como Lages a Mafra.

No Programa Pacto por Santa Catarina, para a área de infraestrutura, serão destinados R\$ 3,4 bilhões, aproximadamente, para as rodovias e R\$ 170 milhões para a modernização dos Portos. Esses recursos serão usados em obras estratégicas para o desenvolvimento integrado do Estado.

Em 2013, houve grandes avanços na expansão da rede de gás, na retomada da geração de energia pela Celesc, na instalação de redes subterrâneas de energia, na recuperação da malha viária, com a correção de pontos perigosos nas estradas e reconstrução de rodovias, além do melhoramento da eficiência no desempenho dos Portos catarinenses. O Porto de São Francisco do Sul teve sua capacidade de embarque e desembarque de mercadorias ampliada em 20%, com investimento de cerca de R\$ 30 milhões.

Os projetos de modernização da infraestrutura estão alinhados com as exigências ambientais. Exemplo disso é a duplicação do acesso ao aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, que teve cronograma alterado para atender exigências ambientais. No Sul do Estado, a ligação rodoviária entre Praia Grande e Cambará do Sul (RS) teve seu orçamento duplicado em respeito à natureza. O Estado entende que esta é a forma de dar suporte aos investimentos e atrair outras empresas para Santa Catarina dispostas não apenas a gerar emprego e renda, mas empenhadas em usar a tecnologia e o conhecimento para promover o desenvolvimento das pessoas.

<sup>10</sup> Fonte: Anfavea - Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2013. Estimativas.

<sup>11</sup> Fonte: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

## Defesa Civil

Para as pessoas que moram em regiões consideradas críticas no Vale e Alto Vale do Itajaí, o Estado está construindo um sistema de proteção com o objetivo de preservar a vida e a tranquilidade dos cidadãos catarinenses.

Dentre as principais medidas de prevenção, destacam-se:

- » medidas de redução no escoamento da vazão dos rios da Bacia do Rio Itajaí, por meio da preservação e melhoramento da função de contenção das águas na bacia da planície aluvial;
- » medidas para o uso eficiente das instalações hidráulicas existentes e instalação de novos dispositivos de regulação das enchentes;
- » medidas de alargamento de calha dos rios da bacia e construção de diques, com intuito de escoar enchentes de porte com segurança;
- » medidas relacionadas à implantação de sistema de transmissão de dados meteorológicos e hidrológicos, com aquisição de um radar meteorológico, sistema de alarme, mapeamento de áreas de risco, melhoria de plano de ação para evacuação e regulamentação do uso do solo; e
- » medidas estruturais para elevar o grau de segurança em locais sujeitos a escorregamentos, com possibilidade de agravantes de ordem social e econômica.

## Turismo

O turismo em Santa Catarina é uma grande área da atividade econômica, representando significativa fatia do PIB do Estado e impactando a vida de, aproximadamente, 600 mil pessoas.

Destino tanto para o verão quanto para o inverno, Santa Catarina recebe turistas do País inteiro e de diferentes locais do mundo. Os 500 quilômetros de praias e a Serra Catarinense são pontos turísticos que garantem movimento no Estado ao longo de todo o ano. Essa diversidade de cenários fez com que Santa Catarina recebesse, em 2012, mais de 6 milhões de visitantes, sendo 195 mil deles, estrangeiros.

O Estado participa do Programa SC Rural, programa que tem por objetivo aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares catarinenses, com foco no turismo rural.

As famílias envolvidas com o turismo rural são apoiadas com recursos do Programa e têm como premissa o compromisso de buscar nos produtos e nos processos locais a principal fonte de insumos e serviços para o desenvolvimento da atividade.

Em 2013, foram realizados oito seminários em oito regiões turísticas do Estado, mobilizando e sensibilizando em torno de 500 pessoas que serão multiplicadoras na região. Também foram realizadas reuniões com 300 agricultores, aproximadamente, com fornecimento de informações técnicas sobre como o turismo, linhas de financiamento e apoio ao desenvolvimento de ações do turismo rural na agricultura familiar.

As ações e os investimentos no Turismo fizeram com que o Estado recebesse, em 2013, pela sétima vez consecutiva, o prêmio de melhor destino turístico do Brasil<sup>12</sup>. Essa premiação consolida o Estado como maior vencedor da categoria desde sua criação, em 2001.

12 Prêmio Viagem e Turismo, "Melhor Destino Turístico do Brasil". Premiação concedida pela Revista Viagem e Turismo, da Editora Abril.

## Produção e qualidade de vida

Santa Catarina é um Estado diferenciado, tem uma economia equilibrada e diversificada, assim como um povo trabalhador.

**A economia estadual** se baseia na indústria (principalmente agroindústria, têxtil, cerâmica e metal-mecânica), no extrativismo (minérios) e na pecuária. No agronegócio, nosso Estado é líder nacional na produção de suínos, ocupa o segundo lugar na produção de aves e tem destaque, ainda, na indústria de leite e no cultivo de maçã.

A economia catarinense ganhou um forte incremento em 2013. A exportação da carne suína para o exigente mercado japonês consolidou um ciclo de crescimento na região Oeste. A assinatura de contratos de longo prazo garante estabilidade à atividade econômica. Com a venda assegurada, os produtores ampliam seus negócios e movimentam a cadeia produtiva da região.

A conquista do maior mercado comprador de carne suína do mundo – os japoneses importam 1,2 milhão de toneladas por ano – é uma amostra do que é possível fazer para manter o crescimento econômico exponencial e articulado de Santa Catarina. Esse resultado não se deve apenas à qualidade de nossa produção, mas a um conjunto de ações desenvolvidas pelo Governo do Estado que envolvem condições sanitárias, recuperação da malha viária e eficiência no desempenho dos Portos catarinenses.

Indicadores econômicos e sociais mostram a evolução do crescimento do Estado. O Estado possui o quinto maior PIB per capita do País e o primeiro da Região Sul. Santa Catarina é também um dos Estados brasileiros com melhor qualidade de vida.

Mais informações a respeito do setor industrial, do comércio exterior, do mercado de trabalho e do produto interno bruto de Santa Catarina são apresentadas a seguir.

## Setor Industrial

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguindo-se o de artigos têxteis.

Os principais centros industriais de Santa Catarina estão em Joinville e Blumenau. O primeiro tem caráter diversificado, com fábricas de tecidos, de produtos alimentícios, fundições e indústria mecânica. Blumenau, por sua vez, concentra sua atividade na indústria têxtil, metal mecânica e na de softwares, além da recente eclosão de cervejarias artesanais. No interior do Estado, existem numerosos centros fabris de pequeno porte, ligados tanto à industrialização de madeira, quanto ao beneficiamento de produtos agrícolas e pastoris.

O Nordeste do Estado (eixo Joinville-Jaraguá do Sul) destaca-se na produção de motocompressores, autopeças, refrigeradores, motores e componentes elétricos, máquinas industriais, tubos e conexões. No Sul do Estado, por sua vez, concentram-se as principais fábricas de cerâmica de revestimento do Brasil. Ao Norte do Estado, destaca-se a cidade de São Bento do Sul, que é o maior polo exportador de móveis do Brasil, sendo reconhecida como a capital nacional dos móveis.

As matrizes dos principais frigoríficos do País se encontram no Meio-Oeste e Oeste do Estado. Nessa região também estão as principais indústrias madeireiras de Santa Catarina, que fazem com que o Estado seja o maior exportador nacional de portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras. A indústria madeireira do Estado está entre as maiores do País em produção de portas de madeira.

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC<sup>13</sup>, Santa Catarina é líder na América Latina em produção de cristais e a quarta no mundo em cristal Overlay. É líder no continente latino-americano na produção de troféus e medalhas, em matrizes para a indústria cerâmica, em produtos para telefonia, em construção de embarcações e rebocadoras, em vendas de impulsores de partida para veículos, na produção de tubos de PVC e conexões, em produtos de Poliestireno Expandido, em elementos de fixação (parafusos, porcas, etc.), com base no faturamento, em fechaduras eletromagnéticas e no processamento (corte e gravação) a laser de materiais orgânicos. Em Santa Catarina está a segunda maior indústria do mundo na produção de etiquetas tecidas e uma das grandes *players* globais em motores elétricos. O Estado possui uma das maiores e mais modernas indústrias gráficas da América Latina, também a única fabricante, do continente latino-americano, de óxido, hidróxido e carbonato, todos de magnésio e a segunda maior cerâmica em faturamento.

Em Santa Catarina está a maior indústria do mundo no segmento de blocos e cabeçotes para motor, com base no faturamento, e a única fabricante mundial de painéis cerâmicas refratárias atóxicas resistentes a choques térmicos. Santa Catarina é líder nacional nos itens citados acima e ainda em produtos voltados ao gerenciamento de imagem, centrais condominiais, segurança eletrônica, *switches* para pequenas e médias empresas e em telefonia, em usinagem e na tecnologia do ferro vermicular e na produção de travessouros. Está em segundo lugar no Brasil em caixas acústicas e amplificadas, em papéis kraft e sacos industriais e em descartáveis plásticos (copos, pratos, etc). Ocupa o terceiro lugar na fabricação de alto-falantes e em tintas da linha moveleira.

<sup>13</sup> Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial. - Florianópolis: FIESC, 2013.

## Comércio Exterior (Importações e Exportações)

As exportações de Santa Catarina, em 2013, foram de US\$ 8,68 bilhões, representando uma queda de 2,6%, se comparadas ao ano de 2012 (US\$ 8,92 bilhões). No total exportado pelo Brasil, em 2013, a queda foi 0,2% em relação ao ano anterior. As importações catarinenses, por sua vez, totalizaram US\$

14,7 bilhões, em 2013, com um crescimento de 1,6% em relação a 2012.

O resultado da Balança Comercial do Estado, no ano de 2013, foi negativo em US\$ 6,09 bilhões (US\$ 5,6 bilhões em 2012). Já, o resultado nacional foi um superávit em US\$ 2,5 bilhões, conforme apresentado na **tabela 4**.

**Tabela 4** | Balança comercial (US\$ milhares)

	<b>Exportações 2013</b>	<b>Variação 2012/2013</b>	<b>Importações 2013</b>	<b>Variação 2012/2013</b>	<b>Saldo da Balança</b>
Santa Catarina	8.688.839	-2,6%	14.778.889	1,6%	-6.090.050
Brasil	242.178.649	-0,2%	239.620.905	7,4%	2.557.744

Fonte: FIESC 2013

### Principais Empresas Exportadoras

A BRF – Brasil Foods S.A. foi a empresa do Estado que mais exportou em 2013, totalizando US\$ 1,11 bilhão, seguida pela Weg Equipamentos Elétricos S.A., com US\$ 740,56 milhões e pela Seara Alimentos Ltda, com

US\$ 673,1 milhões. A exportação das dez principais empresas exportadoras de 2013 representa 56,3% da exportação total do Estado, conforme informação apresentada na **tabela 5**.

**Tabela 5** | Principais empresas exportadoras catarinenses – Anos 2012 e 2013

	<b>Empresa</b>	<b>2013</b>		<b>2012</b>		<b>Variação 2013/2012 %</b>
		<b>US\$ F.O.B.</b>	<b>Participação no Total Exportado %</b>	<b>US\$ F.O.B.</b>	<b>Participação no Total Exportado %</b>	
1	BRF – Brasil Foods S.A.	1.114.548.708	12,83	601.776.432	6,75	85,21
2	Weg Equipamentos Elétricos S.A.	740.565.046	8,52	753.787.156	8,45	-1,75
3	Seara Alimentos Ltda	673.102.606	7,75	739.791.144	8,29	-9,01
4	Whirlpool S.A	532.408.206	6,13	625.219.156	7,01	-14,84
5	Tupy S.A.	441.725.585	5,08	467.886.645	5,24	-5,59
6	Cooperativa Central Aurora Alimentos	412.202.376	4,74	311.532.926	3,49	32,31
7	Souza Cruz S.A.	396.985.040	4,57	449.374.182	5,04	-11,66
8	Bunge Alimentos S.A	278.742.648	3,21	200.382.172	2,25	39,11
9	Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda	161.288.423	1,86	185.143.533	2,08	-12,88
10	Pamplona Alimentos S.A.	141.702.508	1,63	172.292.228	1,93	-17,75
<b>TOTAL DAS 10 MAIORES EXPORTADORAS</b>		<b>4.893.271.146</b>	<b>56,32</b>	<b>4.507.185.574</b>	<b>50,53</b>	<b>83</b>
<b>TOTAL DA ÁREA</b>		<b>8.688.838.911</b>	<b>100,00</b>	<b>8.920.673.561</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,6</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 22/01/2014

## Principais Produtos Exportados

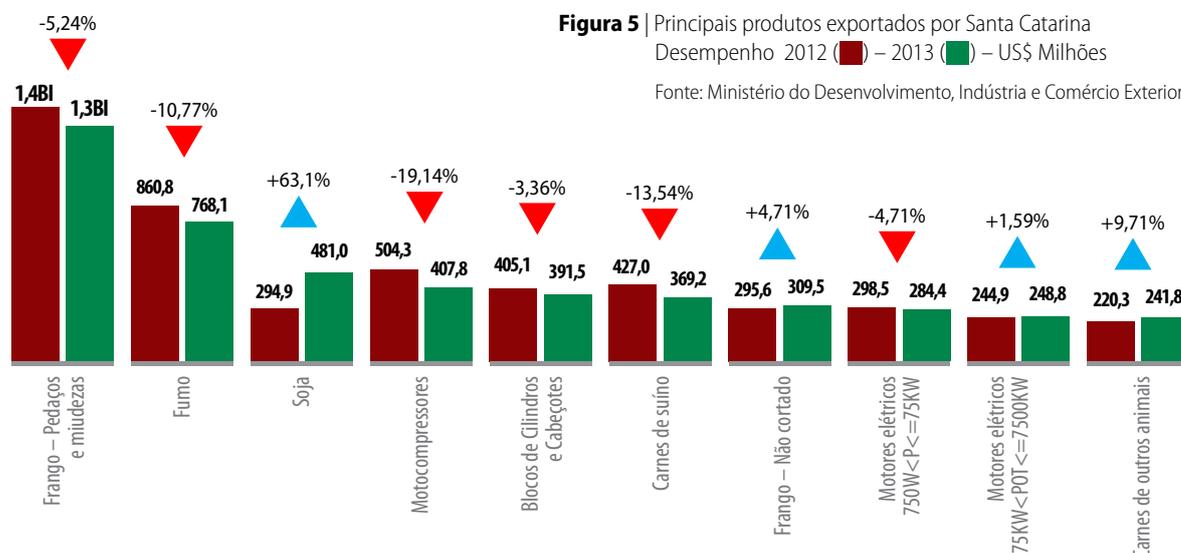
Em 2013, o agronegócio se manteve em posição de destaque nas exportações catarinenses, respondendo por 6 dos 10 principais produtos exportados e representando 40,3% das exportações. O principal produto exportado é

o Frango (pedaços e miudezas), representando 15,34% das exportações (15,77% em 2012). Em seguida vem o fumo, com 8,84% de participação, e a soja, representando 5,54% dos produtos exportados pelo Estado.

**Tabela 6** | Principais produtos exportados por Santa Catarina – Anos 2012 e 2013

	Produto	2013		2012		Variação 2013/2012 %
		US\$ F.O.B.	Participação %	US\$ F.O.B.	Participação %	
1	Frango - Pedaços e Miudezas	1.333.179.801	15,34	1.406.860.085	15,77	-5,24
2	Fumo	768.106.660	8,84	860.812.873	9,65	-10,77
3	Soja	481.082.448	5,54	294.969.381	3,31	63,1
4	Motocompressores	407.838.841	4,69	504.365.698	5,65	-19,14
5	Blocos de Cilindros e Cabeçotes	391.511.804	4,51	405.116.435	4,54	-3,36
6	Carne de Suínos	369.233.082	4,25	427.043.170	4,79	-13,54
7	Frango - Não cortado	309.530.141	3,56	295.591.556	3,31	4,72
8	Motor Elétrico 750W<P<=75KW	284.411.723	3,27	298.471.382	3,35	-4,71
9	Motor Elétrico 75KW<POT<=7500KW	248.778.881	2,86	244.883.541	2,75	1,59
10	Carnes de Outros Animais	241.773.245	2,78	220.365.165	2,47	9,71
<b>TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS</b>		<b>7.589.361.455</b>	<b>87,35</b>	<b>7.646.558.793</b>	<b>85,72</b>	<b>-2,6</b>
<b>TOTAL DOS PRODUTOS EXPORTADOS</b>		<b>8.688.838.911</b>	<b>100,00</b>	<b>8.920.673.561</b>	<b>100,00</b>	<b>-2,6</b>

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 22/01/2014

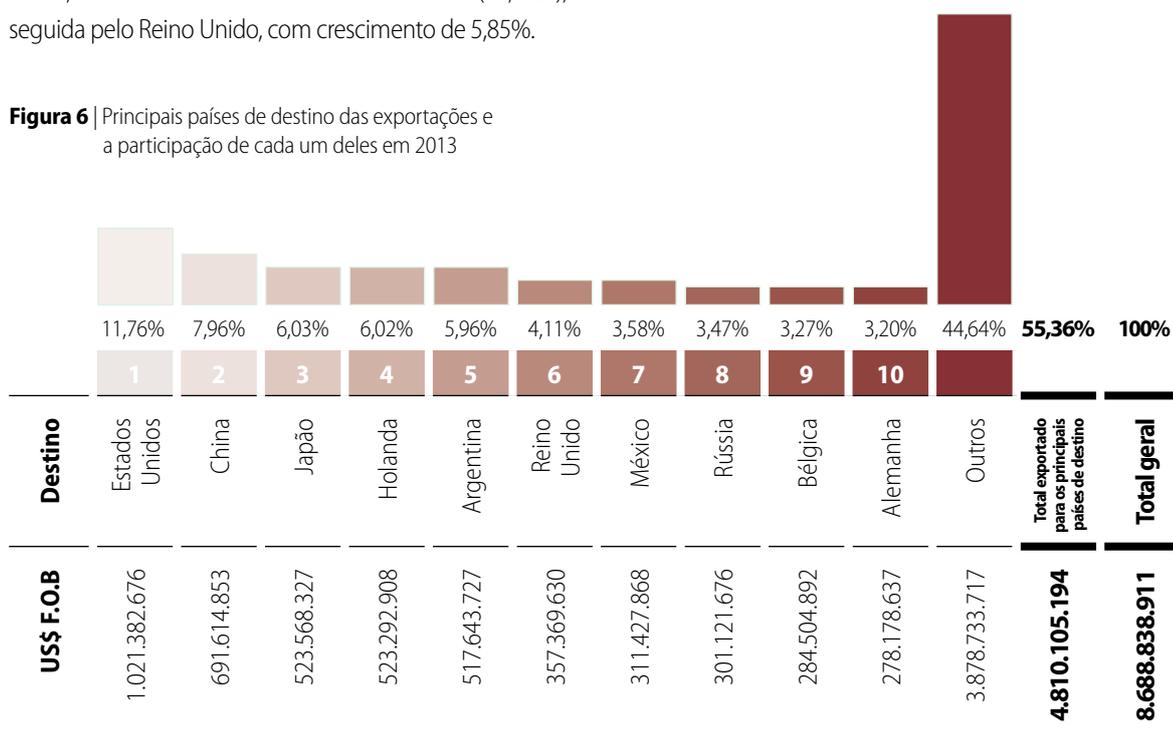


## Principais Destinos das Exportações

Os Estados Unidos permaneceram como o principal parceiro nos negócios internacionais catarinenses, com uma participação de 11,76% no total das exportações no ano de 2013. A China subiu uma posição de 2012 para 2013 e passou a ser a segunda nação com maior volume de compras de produtos catarinenses, tendo ultrapassado a Argentina, que caiu para a quinta posição. Dos dez principais Países, a China teve o maior incremento em 2013 (23,46%), seguida pelo Reino Unido, com crescimento de 5,85%.

O principal bloco econômico nos negócios com o Estado continua sendo a União Europeia, respondendo por 23,6% do total das exportações estaduais e um montante de US\$ 2,05 bilhões. A Ásia é a segunda colocada, com 22,33% de participação, e os Estados Unidos (incluindo Porto Rico) vem em terceiro, com 11,96% de participação no total exportado.

**Figura 6** | Principais países de destino das exportações e a participação de cada um deles em 2013



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

## Principais Produtos Importados

O cátodo de cobre continua sendo o principal produto importado pelo Estado, respondendo por 7,67% do total das importações e um montante de US\$ 1,134 bilhão.

Em segundo lugar vêm os fios de fibras artificiais, com 1,57% de participação e um montante de US\$ 231 milhões importados.

Em 2013, o destaque foi para o crescimento das importações de automóveis, setor em que o valor de compras saltou de US\$ 2,5 milhões para US\$ 213,6 milhões, representando uma variação superior a 8 mil por cento, desde que marcas importantes, como a BMW, trouxe-

ram suas operações para Santa Catarina. A montadora alemã, desde setembro de 2013, está importando a grande maioria dos seus veículos no Brasil pelo Porto de Itapoá, representando 78% das compras catarinenses de automóveis com motor do exterior no ano de 2013. A entrada dos automóveis da BMW por Santa Catarina, foi um dos pontos do acordo firmado com o Governo Estadual para a instalação da fábrica em Araquari. Antes, os carros da marca chegavam pelo Porto de Santos.

Os fios têxteis de poliésteres também tiveram uma variação bastante significativa de 2012 para 2013 (1.052,25%) e sua importação totalizou US\$ 151 milhões.

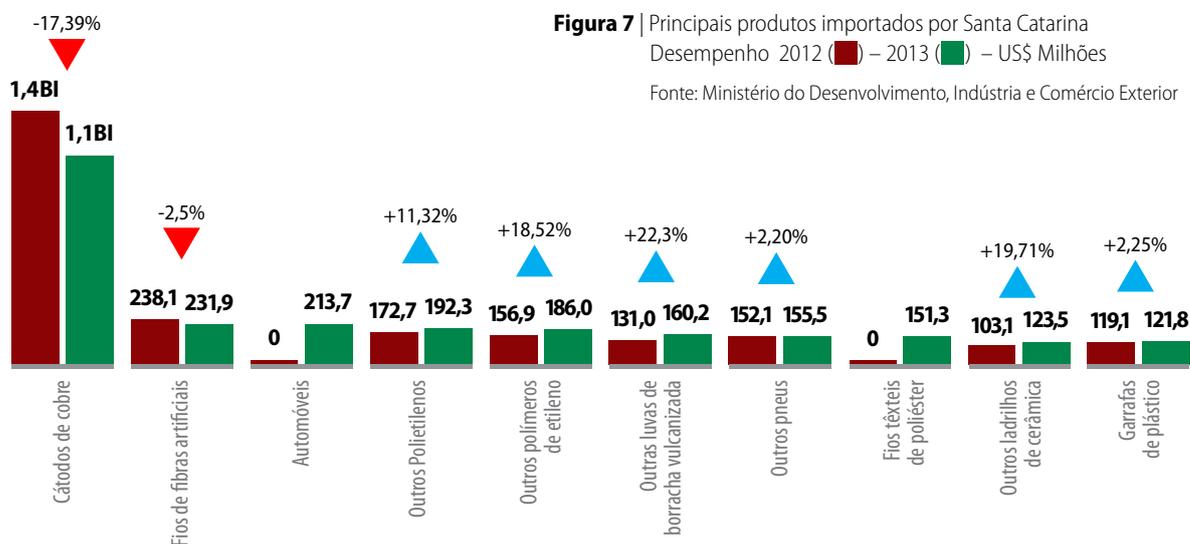
Em 2013 houve mudança nos dez principais produtos importados pelo Estado, se comparados a 2012. Reduziram sua participação e saíram da lista dos principais produtos os pneus novos para automóveis,

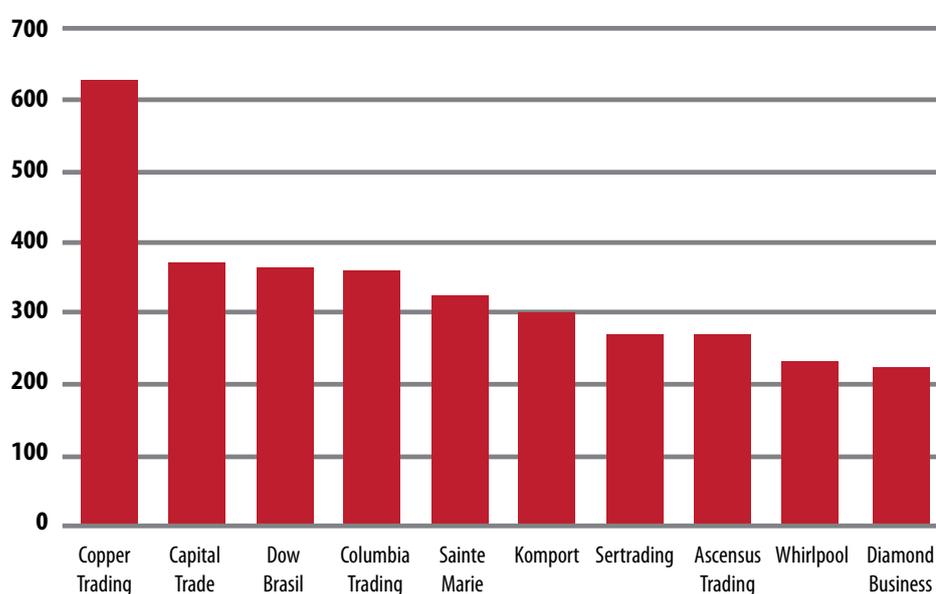
as barras de ferro e as frações de sangue/ produtos imunológicos. Estes produtos cederam lugar para os automóveis, os fios têxteis de poliéster e os ladrilhos de cerâmica.

**Tabela 7** | Principais produtos importados por Santa Catarina – Anos 2012 e 2013

	Produto	2013		2012		Variação 2013/2012 %
		US\$ F.O.B.	Participação %	US\$ F.O.B.	Participação %	
1	Cátodo de Cobre	1.134.106.279	7,67	1.372.837.536	9,43	-17,39
2	Fios de Fibras Artificiais	231.964.186	1,57	238.139.528	1,64	-2,59
3	Automóveis	213.698.350	1,45	2.550.358	0,02	8279,15
4	Polietileno	192.270.436	1,30	172.725.948	1,19	11,32
5	Polímero de Etileno	186.062.641	1,26	156.986.656	1,08	18,52
6	Luvas de Borracha Vulcanizada	160.248.039	1,08	131.020.806	0,90	22,31
7	Pneus Novos para Ônibus ou Caminhões	155.498.337	1,05	152.138.818	1,05	2,21
8	Fios Têxteis de Poliéster	151.299.184	1,02	13.130.743	0,09	1052,25
9	Ladrilhos de Cerâmica	123.467.058	0,84	103.138.662	0,71	19,71
10	Garrafões, Garrafas e Frascos	121.828.488	0,82	119.145.482	0,82	2,25
<b>TOTAL DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS</b>		<b>2.670.442.998</b>	<b>18,06</b>	<b>2.461.814.537</b>	<b>16,93</b>	<b>8,47</b>
<b>TOTAL DOS PRODUTOS IMPORTADOS</b>		<b>14.778.888.607</b>	<b>100,00</b>	<b>14.551.953.002</b>	<b>100,00</b>	<b>1,56</b>

**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>. Acesso em 22/01/2014





**Figura 8** | Principais empresas importadoras catarinenses em 2013 (US\$ Milhões)  
Fonte: MDIC

### Principais Empresas Importadoras

A Copper Trading S.A. foi a empresa do Estado que mais importou em 2013, totalizando US\$ 628,1 milhões importados e representando 4,25% das importações do ano. Em segundo lugar está a Capital Trade Importação e Exportação Ltda, com US\$ 371,5 milhões (2,51% das importações). As dez principais empresas importadoras de 2013 são apresentadas na **figura 8** e representam 46,7% da importação total do Estado.

### Principais Origens das Importações

A China continua aumentando sua participação nas importações catarinenses, representando 30,66% das importações do Estado (28,36% em 2012) e totalizando US\$ 4,5 bilhões importados em 2013 (US\$ 405,2 milhões a mais que 2012). A importação de origem chinesa foi maior que as importações do Chile, Argentina, Estados Unidos e Alemanha, juntas (segundo, terceiro, quarto e quinto lugar, respectivamente, nas importações do Estado).

**Tabela 8** | Principais países de origem das importações catarinenses – Anos 2012 e 2013

	Origem	2013		2012		Variação % 2013/2012
		US\$ F.O.B	Participação %	US\$ F.O.B.	Participação %	
1	China	4.531.477.028	30,66	4.126.250.137	28,36	9,82
2	Chile	1.230.150.129	8,32	1.520.906.788	10,45	-19,12
3	Argentina	1.103.972.602	7,47	1.097.873.540	7,54	0,56
4	Estados Unidos	1.023.721.690	6,93	851.610.932	5,85	20,21
5	Alemanha	845.054.740	5,72	709.208.635	4,87	19,15
6	Peru	455.660.346	3,08	422.200.559	2,9	7,93
7	Índia	434.545.711	2,94	416.189.969	2,86	4,41
8	Coréia do Sul	371.198.170	2,51	452.940.707	3,11	-18,05
9	Itália	342.435.409	2,32	388.606.668	2,67	-11,88
10	Indonésia	289.144.826	1,96	283.253.289	1,95	2,08
<b>TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE ORIGEM</b>		<b>13.864.828.977</b>	<b>93,82</b>	<b>13.464.349.189</b>	<b>92,53</b>	<b>2,97</b>
<b>TOTAL DA ÁREA</b>		<b>14.778.888.607</b>	<b>100</b>	<b>14.551.953.002</b>	<b>100</b>	<b>1,56</b>

Fonte: MDIC

O Estado tem um déficit na balança comercial com a China de US\$ 3,839 bilhões (importa US\$ 4,531 bilhões e exporta US\$ 691 milhões). Considerando que o saldo negativo total da balança comercial catarinense foi de US\$ 6,09 bilhões, o déficit com a China equivale a 63,05% do total do déficit estadual. A expansão chinesa tem contribuído para o processo da desindustrialização brasileira e de Santa Catarina, principalmente por atingindo setores importantes para o Estado como os têxteis, cerâmicos e de máquinas e equipamentos.

O Chile mantém-se como segundo parceiro do Estado, com um volume de US\$ 1,2 bilhão e 8,32% de participação (19,12% a menos que em 2012). A Argentina vem em terceiro, representando 7,47% das importações do Estado.

Além disso, houve um aumento expressivo na importação de produtos da Colômbia (47,83%), do Uruguai (37,91%) e do Canadá (34,55%), assim como retração nos negócios com a Tailândia (-20,59%), Taiwan (-18,56%), Coréia do Sul (-18,05%) e Itália (-11,88%).

## Mercado de Trabalho e Índice de Desenvolvimento Humano

Santa Catarina se destaca por ser o Estado em que o povo mais trabalha e estuda, conforme mostram os dados de 2012 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgados em setembro de 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No que diz respeito a trabalho, o Estado possui apenas 3% da população desempregada (a média nacional ficou em 6,1%). Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que, se fosse um País, Santa Catarina teria a segunda menor taxa de desemprego do mundo, atrás apenas de Cingapura. Segundo o levantamento do IBGE, o setor que mais emprega em SC é o de serviços (36,9%), mas na comparação com os demais Estados, a indústria catarinense é a que mais abriga trabalhadores, com 26,3% da população local economicamente ativa. São Paulo, o segundo colocado, contratou 19,8%.

Na contramão da média nacional – cujo índice subiu para 8,7% –, apenas 3,2% dos catarinenses com 15 anos ou mais não sabem ler ou escrever. Essa taxa de analfabetismo coloca Santa Catarina ao lado de Países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No âmbito nacional, Santa Catarina alcançou o terceiro lugar entre os Estados brasileiros e o primeiro na Região Sul no Índice de Desenvolvimento Humano de 2010 (IDH). O IDH é calculado com base no Censo do IBGE e nele são considerados a expectativa de vida ao nascer, a educação e a Renda per capita. Os dados foram divulgados em julho de 2013 pela Organização das Nações Unidas<sup>14</sup>. Entre os Estados da Região Sul, Santa Catarina teve o maior crescimento (15,35%) passando de IDH médio(0,671) no ano de 2000 para Alto (0,774) em 2010.

<sup>14</sup> Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, apresentado em Brasília pelo programa Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

## Produto Interno Bruto – PIB

O crescimento de Santa Catarina não destoia da dinâmica estabelecida na economia nacional. A economia do Estado vem se comportando em consonância com a dinâmica econômica brasileira, se diferenciando apenas na composição dos setores.

A diminuição constante da agricultura e o aumento das contas relacionadas às atividades Industrial e de Serviços evidenciam uma condição de modernização da economia estadual, o que é comprovado pelo aumento gradual da participação catarinense no total da economia brasileira, representando 4,1% e situando-se como 6ª economia nacional, passando à frente do Estado da Bahia e do Distrito Federal, significando a ampliação da competitividade econômica em Santa Catarina.

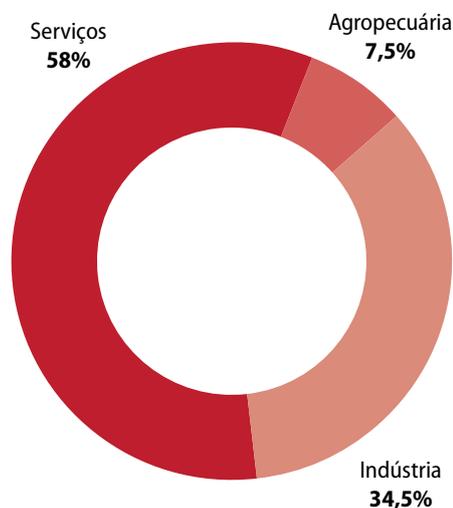
O PIB catarinense apresentou um crescimento de 10,9%, com o valor de R\$ 152,482 bilhões em 2010 e passando a R\$ 169,050 bilhões em 2011 (o PIB dos Es-

tados é divulgado com dois anos de atraso). O Estado possui o quinto maior PIB per capita do País e o primeiro da Região Sul<sup>15</sup>, com o valor de R\$ 26.760,82.

As atividades que mais influenciaram o crescimento do PIB catarinense são apresentadas na **figura 9**.

**Figura 9** | Atividades que influenciaram o crescimento do PIB Catarinense em 2011

Fonte: IBGE



15 Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil - 2011: Tabela 4 - Produto Interno Bruto, população residente e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2011. Acessado em 22 de novembro de 2013.

## Responsabilidade e equilíbrio

A arrecadação própria do Estado totalizou R\$ 16,736 bilhões em 2013 (R\$ 15,169 bilhões em 2012) e representou 61,35% do total arrecadado em 2013, o que demonstra que o Estado cada vez mais depende de seus recursos próprios para atender às demandas da sociedade.

### Receita Arrecadada

Os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são chamados de receitas orçamentárias. É por meio delas que se viabiliza a execução das políticas públicas, direcionando os recursos em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às demandas dos cidadãos.

O reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, que corresponde à entrega dos recursos pelos contribuintes às instituições financeiras arrecadoras. Isso é o que chamamos de receita bruta.

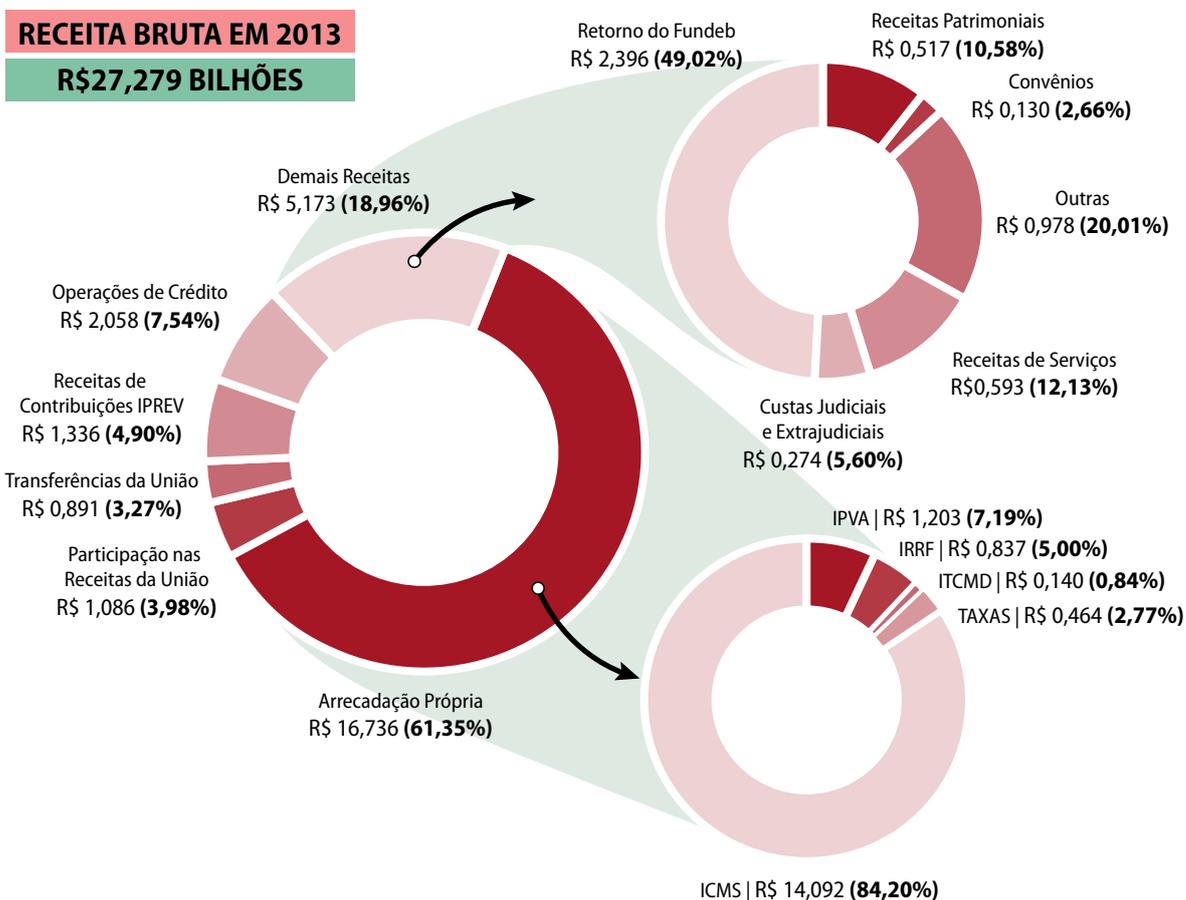
Contudo, parte do valor arrecadado pelo Estado deve ser transferido aos Municípios catarinenses, conforme mandamentos constitucionais e legais. Exemplos disso são o ICMS, que tem 25% de sua arrecadação transferida aos Municípios e o IPVA que tem 50%.

Após as transferências municipais, conforme dispositivo constitucional, outra fatia da receita estadual deve ser destinada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

Além disso, ocorrem também devoluções e restituições aos contribuintes, quando tiverem sido recolhidos valores maiores que os devidos.

Essas situações constituem as deduções da receita orçamentária, que são utilizadas para registrar os recursos que o ente tem a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, bem como a restituição de tributos recebidos indevidamente.

Feitas essas considerações, necessárias para melhor compreensão dos dados apresentados, destaca-se que a arrecadação bruta do Estado de Santa Catarina, em 2013, totalizou R\$ 27,279 bilhões (R\$ 24,085 bilhões em 2012), distribuídos conforme a **figura 10**.



**Figura 10** | Receita Bruta arrecadada em 2013 (R\$ bilhões)

A arrecadação própria<sup>16</sup> do Estado totalizou R\$ 16,736 bilhões em 2013 (R\$ 15,169 bilhões em 2012) e representou 61,35% do total arrecadado em 2013, o que demonstra que o Estado cada vez mais depende de seus recursos próprios para atender às demandas da sociedade.

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação (ICMS) é a maior fonte de receita do Estado e representa 51,66% da receita bruta total. Em 2013, ele apresentou um crescimento de 10,44% em relação a 2012, fechando o ano num total de R\$ 14,092 bilhões.

O bom desempenho está diretamente ligado às ações de combate à sonegação e ao monitoramento mais próximo dos setores econômicos. Durante o ano, o fisco catarinense realizou mais de 70 operações de presença fiscal e cruzamento de dados, inibindo a sonegação e prestigiando os empresários que pagam seus impostos corretamente. Atualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda conta com um aparato tecnológico que facilita a realização de auditorias fiscais e ajuda na detecção de fraudes. Os setores que tiveram maior incremento na arrecadação em relação a 2012 foram o automotivo (41,7%), o de medicamentos e beleza (27,2%), o de transportes (26,6%) e o de material de construção (20,3%).

<sup>16</sup> A arrecadação própria é formada pelos seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes Interestaduais e Municipais e de Comunicação – ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, Impostos sobre Transmissões Causa Mortis e Doações – ITCMD, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF e Taxas, incluídos os juros, as multas e a dívida ativa.

Os demais tributos também apresentaram crescimento em relação a 2012 (IPVA – 5,85%, IRRF – 14,47%, ITCD – 9,03%, ITBI – 49,35% e Taxas – 12,07%), contudo, somados respondem por apenas 8,83% da receita bruta total.

Outra fonte importante de receita do Estado são os repasses do Governo Federal, onde se destaca a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que totalizou R\$ 852,7 milhões em 2013, 7,55% a mais do valor repassado em 2012. A cota-parte do IPI Exportação também apresentou um ligeiro aumento de 4,51%

em relação a 2012 e fechou o ano em R\$ 231,4 milhões. Já a participação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (CIDE)<sup>17</sup> registrou uma queda significativa de 94,91% nos repasses em 2013 se comparada ao ano de 2012. Isso ocorreu porque a alíquota desta contribuição foi reduzida a zero pelo Governo Federal, ocasionando a perda desta fonte de receita. Os repasses da União podem ser visualizados na **tabela 9**.

**Tabela 9** | Repasses da União (R\$ Milhares).

<b>Repasses do Governo Federal</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>%</b>
<b>Participação nas receitas da União</b>	<b>1.086.285</b>	<b>1.055.320</b>	<b>2,93</b>
Cota-parte do Fundo Participação dos Estados - FPE	852.733	792.908	7,55
Cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI Exportação	231.429	221.440	4,51
Cota-parte CIDE - Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico	2.085	40.970	(94,91)
Cota-parte Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários - comercialização do ouro	38	2	2.105,44
<b>Transferências da União</b>	<b>890.709</b>	<b>912.585</b>	<b>(2,40)</b>
Transferências da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	39.243	28.725	36,61
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	495.031	454.697	8,87
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	713	1.232	(42,16)
Transferências do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação – FNDE	269.620	295.539	(8,77)
Transferências financeiras ICMS desoneração - LC N 87/96	52.523	52.523	0,00
Outras transferências da União	33.579	79.868	(57,96)
<b>TOTAL</b>	<b>1.976.994</b>	<b>1.967.905</b>	<b>0,46</b>

17 O Decreto Federal n. 7764/2012 reduziu a zero a alíquota da CIDE sobre querosene, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo, álcool etílico combustível, gasolina e diesel.

As operações de crédito contraídas em 2013 também merecem destaque, pois foram um importante meio para o financiamento dos investimentos do Governo do Estado em projetos nas áreas social e econômica.

Ao total foram contratados R\$ 2,058 bilhões, o que representa 23,88% a mais que em 2012. Das operações de crédito internas, o maior montante se refere ao programa Acelera Santa Catarina junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$ 1,538 bilhão, que permitiu: a quitação do empréstimo anteriormente concedido ao Estado pelo BNDES,

denominado BNDES/CELESC (R\$ 979,6 milhões); o aumento de capital no BRDE (R\$ 200 milhões); e a realização de investimentos nas áreas de infraestrutura social, econômica e ambiental.

Das operações de crédito externas, destacam-se os Programas BID V e VI, no total de R\$ 107,4 milhões, captados para serem utilizados na pavimentação e reabilitação de rodovias.

Na tabela 10 a relação das operações contratadas em 2013 e respectivas finalidades:

**Tabela 10** | Operações contratadas em 2013 e respectivas finalidades (R\$ Milhares).

<b>Operações de Crédito</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Arrecadação</b>
<b>Operações de Crédito Internas</b>		<b>1.869.975</b>
Financiamento PMAE	Modernização da administração das receitas e da Administração Estadual	1.000
BNDES - Programa Emergencial de Financiamento - PEF2	Programa Emergencial de Financiamento dos Estados	12.060
BNDES - Programa Caminhos do Desenvolvimento - Leis 15.830 e 15.882/2012	Investimentos em infraestrutura, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas	100.310
BNDES - Programa Acelera Santa Catarina - Leis 15.855 e 15.883/2012	Investimentos em saúde, segurança pública, educação, justiça e cidadania, prevenção de desastres naturais, assistência social, trabalho e habitação, infraestrutura, saneamento básico e quitação da dívida BNDES-Celesc	1.537.804
BB - Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres - Lei 15.941/2012	Prevenção de desastres naturais, obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e obras estruturantes para aumentar a capacidade de operação dos portos catarinenses	218.800
<b>Operações de Crédito Externas</b>		<b>187.926</b>
Financiamento BIRD/SC Microbacias	Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares	1.733
Financiamento Projeto SC Rural Microbacias 3 – SWAP		37.723
Programa Bid V e VI - 14.532/2008	Pavimentação e reabilitação de rodovias	107.468
Profisco/Bid	Modernização da gestão fiscal e financeira da administração estadual	21.423
Programa de Integração Regional - CAF - Lei 13.919/06	Integrar a região Nordeste do Estado com seu litoral, viabilizando investimentos portuários e promovendo o desenvolvimento turístico	19.579
<b>TOTAL</b>		<b>2.057.900</b>

## Deduções da Receita

As deduções da receita, que compreendem os valores repassados aos Municípios por força constitucional ou legal, bem como as transferências ao Fundeb e as restituições de receitas, totalizaram R\$ 7,629 bilhões em 2013.

Do total arrecadado em 2013, o Estado transferiu aos Municípios catarinenses R\$ 4,340 bilhões (R\$ 3,954 bilhões em 2012), segregados conforme a **tabela 11**.

Ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foram transferidos R\$ 2,478 bilhões (R\$ 2,257 bilhões em 2012), divididos conforme a **tabela 12**.

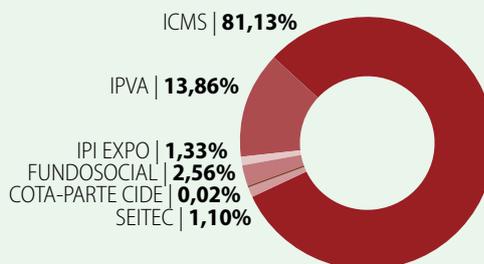
Já as restituições de receitas somaram R\$ 811 milhões em 2013 (R\$ 126 milhões em 2012). Este acrés-

cimo se deve, principalmente, aos lançamentos de estorno do retorno do FUNDEB realizados pelo governo federal, em virtude do novo cálculo do valor mínimo por aluno, conforme a Portaria Interministerial nº 4, de 7 de maio de 2013. Com isso, todos os valores repassados de janeiro a maio de 2013 foram estornados e registrados como deduções de receita, perfazendo o total R\$ 650 milhões. A partir dos valores recalculados, foi feito o repasse do valor devido no período (R\$ 648 milhões), os quais foram registrados na conta de receita bruta.

Dessa forma, após todas as deduções de receita, que compreendem os repasses aos Municípios, as transferências ao FUNDEB e as restituições de receitas, a receita líquida totalizou R\$ 19,650 bilhões.

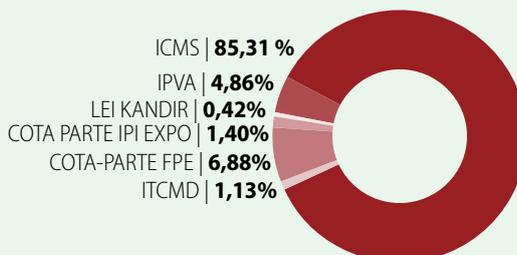
**Tabela 11** | Discriminação dos valores transferidos pelo Estado aos municípios (R\$ Milhares)

<b>Transferências aos Municípios</b>	<b>4.340.366</b>
IPVA	601.645
ICMS	3.521.451
COTA-PARTE IPI EXPORTAÇÃO	57.857
COTA-PARTE CIDE	521
FUNDOSOCIAL	110.957
SEITEC	47.934



**Tabela 12** | Discriminação dos valores transferidos pelo Estado ao FUNDEB (R\$ Milhares)

<b>Destinação ao FUNDEB</b>	<b>2.477.822</b>
IPVA	120.329
ICMS	2.113.771
ITCMD	27.957
COTA-PARTE FPE	170.547
COTA-PARTE IPI EXPORTAÇÃO	34.714
LEI KANDIR	10.505



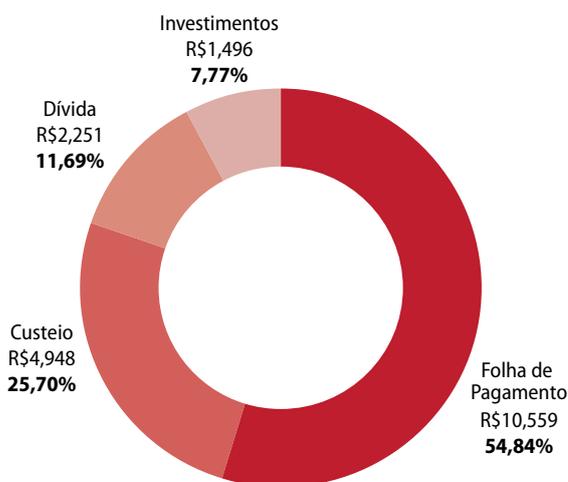
## Repassse aos Poderes e UDESC

Segundo dispositivo constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Estado deve repassar aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à UDESC parte dos recursos que são arrecadados, com base no conceito de Receita Líquida Disponível<sup>18</sup>. Além disso, parte dos recursos do Fundo Social e dos Fundos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) também deve ser repassada conforme dispositivos legais. Dessa forma, no ano de 2013, foram repassados valores conforme a **tabela 13**.

**Tabela 13** | Repasses aos Poderes e Órgãos (R\$ Milhões)

Recursos	Assembleia Legislativa	Tribunal de Contas	Tribunal de Justiça	Ministério Público	UDESC
Participação na RLD	476	175	983	413	263
Repassse Fundo Social	15	6	30	12	8
Repassse SEITEC	7	2	14	6	4
<b>Total</b>	<b>498</b>	<b>183</b>	<b>1.027</b>	<b>431</b>	<b>275</b>

**Fonte:** SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal



**Figura 11** | Despesas por Grupo de Natureza (R\$ bilhões)

**Fonte:** SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

## Despesas

As despesas de 2013 somaram R\$ 19,254 bilhões, correspondendo a um acréscimo de 6,44% em relação ao ano de 2012 (R\$ 18,089 bilhões).

As despesas com pessoal, maior dispêndio do governo, somaram R\$ 10,559 bilhões em 2013, representando um acréscimo de 9,90% em relação a 2012 (R\$ 9,607 bilhões). O segundo maior gasto foi com a manutenção e o custeio dos serviços públicos, que totalizou R\$ 4,948 bilhões (R\$ 697,8 milhões a mais que 2012). Já os investimentos bateram um recorde histórico, totalizando R\$ 1,496 bilhão em 2013, 48,5% a mais do que no ano de 2012.

Os gastos com a dívida totalizaram R\$ 2,251 bilhões, dos quais R\$ 1,583 bilhão foi direcionado para a amortização da dívida (R\$ 1,580 bilhão em 2012) e R\$ 668 milhões foram para pagamento de juros e encargos (R\$ 1,642 bilhão em 2012). Os juros e os encargos da dívida foram reduzidos em 59,3% de 2012 para 2013, representando uma economia de R\$ 974 milhões. Esta melhoria na trajetória da dívida decorreu, principalmente, da adoção de duas medidas: a captação de recursos junto ao Bank of America Merrill Lynch para quitação e amortização de dívidas com a União, em dezembro/2012, no montante R\$ 1,478 bilhão; e a quitação de parte da dívida com o BNDES, em maio de 2013, no valor de R\$ 979 milhões, a partir de um novo empréstimo com melhores taxas de juros e maior tempo de carência.

Segregando as despesas nas principais Funções de Governo, observa-se que as Funções Educação, Segurança Pública e Saúde consomem a maior parte das despesas públicas, representando juntas 37,6% das despesas com pessoal, 51,43% das despesas com custeio e 20,9% dos investimentos. Na Função Previdência Social, que agrega os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas do Estado, foram aplicados R\$ 3,563 bilhões em 2013, 11,98% a mais do que em 2012. Desta análise, constata-se que o valor gasto na Previdência é o equivalente ao total da folha de ativos da Educação e da Segurança Pública, bem como representa mais do que o dobro do total dos investimentos realizados pelo Estado, conforme demonstra a **tabela 14**.

18 Vide nota explicativa às demonstrações contábeis nº 2, k.

**Tabela 14** | Despesas Executadas nas Principais Funções de Governo – Consolidado Geral (R\$ Milhares)

Funções	Folha	%	Custeio	%	Investimentos	%	Total
Previdência Social	3.540.620	33,53	22.716	0,46	518	0,03	3.563.854
Educação	1.880.190	17,81	780.866	15,78	130.405	8,72	2.791.461
Saúde	768.672	7,28	1.392.050	28,13	77.146	5,16	2.237.868
Segurança Pública	1.317.377	12,48	371.850	7,51	104.984	7,02	1.794.211
Transporte	74.422	0,70	106.707	2,16	527.416	35,26	708.545
Demais Funções	2.977.604	28,20	2.274.009	45,96	655.375	43,81	5.906.989
<b>Total</b>	<b>10.558.885</b>	<b>100,00</b>	<b>4.948.197</b>	<b>100,00</b>	<b>1.495.845</b>	<b>100,00</b>	<b>17.002.927</b>

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

## Resultado Orçamentário

A diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício representa o resultado orçamentário, que pode ser positivo (superávit) ou negativo (déficit). No entanto, nem todas as despesas empenhadas são custeadas por recursos provenientes da receita arrecadada no exercício. Parte das despesas é coberta por sobras de caixa de exercícios anteriores, o que é chamado de superávit financeiro de exercícios anteriores, identificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e que é utilizado para abertura de créditos adicionais.

Dessa forma, considerando o total da receita líquida arrecadada (R\$ 19,650 bilhões) e o total das despesas empenhadas (R\$ 19,254 bilhões), temos um superávit orçamentário de R\$ 396 milhões. Entretanto, se consideramos o superávit financeiro do exercício anterior utilizado para cobrir parte das despesas empenhadas, que totalizou R\$ 1,066 bilhão, temos um superávit de R\$ 1,462 bilhão, em 2013.

## Cumprimento dos Limites Constitucionais e Legais

Em 2013, o Estado de Santa Catarina cumpriu os limites mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação, os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias, assim como inscrição dos restos a pagar, demonstrando uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

Para fins de verificação da aplicação dos mínimos constitucionais de saúde e educação, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI), que agrega todas as receitas de Impostos e Transferências Constitucionais deduzidos os repasses dos Municípios. Em 2013, a RLI totalizou R\$ 13,533 bilhões, R\$ 1,507 bilhão a mais que em 2012.

Já para verificação dos limites estabelecidos pela LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida, que compreende todas as receitas correntes do Estado, tais como: receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais aos Municípios e ao Fundeb, bem como as contribuições dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência e as restituições de receitas. Em 2013, a RCL totalizou R\$ 15,893 bilhões (R\$ 14,535 bilhões em 2012), o que representou um incremento de 9,34% em relação a 2012.

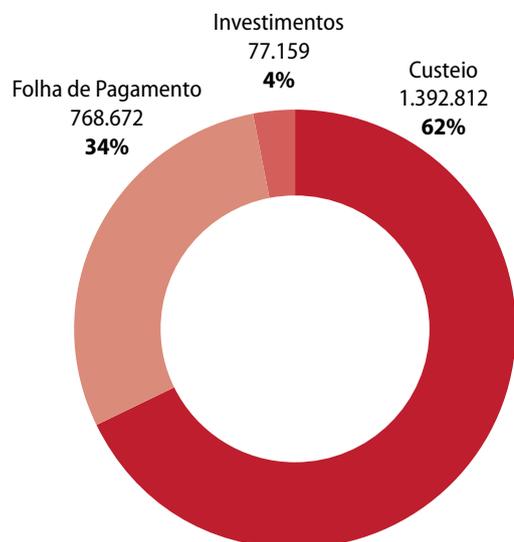
## Saúde

Em 2013 foram aplicados mais de R\$ 2,239 bilhões (R\$ 1,988 bilhão em 2012) em equipamentos, obras, manutenção dos hospitais públicos e em convênios com hospitais terceirizados, municipais, filantrópicos e organizações sociais. Os gastos com manutenção dos serviços públicos em saúde totalizaram R\$ 1,393 bilhão (R\$ 1,180 bilhão em 2012), a folha de pagamento dos servidores ativos consumiu R\$ 769 milhões (R\$ 707 milhões em 2012) e os investimentos em saúde montaram R\$ 77 milhões (R\$ 102 milhões em 2012), conforme pode ser visualizado no gráfico apresentado na **figura 12**.

Para fins de verificação do mínimo constitucional<sup>19</sup> em 2013, foram consideradas despesas no valor de R\$ 1,627 bilhão (R\$ 1,461 bilhão em 2012), representando 12,02% da receita líquida de impostos (12,14% em 2012).

Atendendo às ressalvas e às recomendações do Tribunal de Contas do Estado, desde 2011 não estão sendo consideradas as despesas com o pagamento dos inativos da Saúde no cálculo do mínimo constitucional. Além disso, a partir de 2013, foram considerados na base de cálculo da Receita Líquida de Impostos os valores arrecadados pelo FUNDOSOCIAL, originários de receita tributária, em cumprimento ao disposto na decisão emanada do Tribunal de Contas do Estado constante no Acórdão nº 892/2010.

**Figura 12** | Despesas na Função Saúde em 2013 (R\$ milhares)



Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

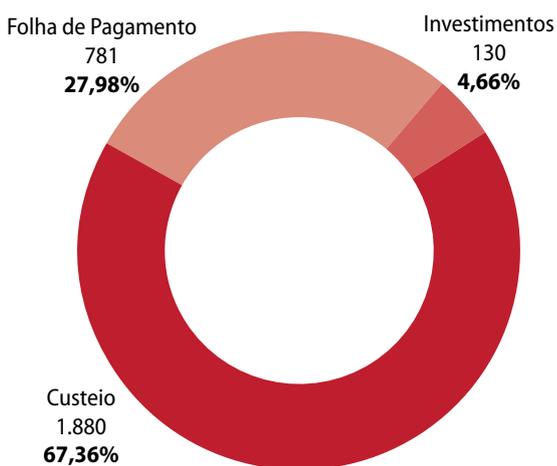
**SAÚDE**  
**MISSÃO CUMPRIDA**  
EM 2013, O ESTADO DE SANTA CATARINA CUMPRIU OS LIMITES MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO NA ÁREA (12% DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS)

<sup>19</sup> O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2, m).

## Educação

Em 2013, o Governo Estadual aplicou 2,791 bilhões (R\$ 2,765 bilhões em 2012), na construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares, centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, alimentação e transporte escolar, bolsas de estudo, materiais, mobiliário, equipamentos de informática e na remuneração do magistério que beneficiaram, aproximadamente, 545 mil alunos. Os gastos foram divididos em: investimentos, no valor de R\$ 130 milhões (R\$ 185 milhões em 2012); custeio e manutenção dos serviços públicos em educação, no valor de R\$ 781 milhões (R\$ 786 milhões em 2012); e folha de pagamento dos servidores ativos, no valor de R\$ 1,880 bilhão (R\$ 1,794 bilhão em 2012).

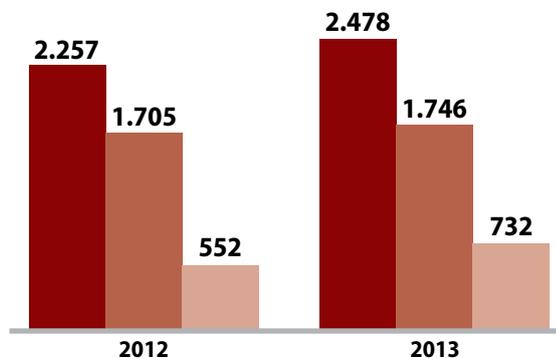
**Figura 13** | Despesas na Função Educação em 2013 (R\$ milhões)



Ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB o Estado de Santa Catarina, em 2013, repassou R\$ 2,478 bilhões (R\$ 2,257 bilhões em 2012). No entanto, retornaram para o Tesouro do Estado apenas R\$ 1,746 bilhão (1,705 bilhão em 2012), ocasionando uma perda de R\$ 732 milhões (R\$ 552 milhões em 2012).

Cabe destacar que os recursos do FUNDEB que não retornam ao Tesouro do Estado são distribuídos entre os Municípios catarinenses, pois o FUNDEB é formado com recursos do Estado e dos Municípios e a redistribuição destes recursos ocorre de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

**Figura 14** | Repasse X Retorno do FUNDEB em 2012 e 2013 (R\$ milhões)



■ Repasse ao FUNDEB ■ Repasse do FUNDEB ■ Perda

**Fonte:** SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

Dos recursos que retornaram ao Estado, em 2013, foram aplicados 81,77% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (80,48% em 2012), o que corresponde a R\$ 1,435 bilhão e atende o disposto no artigo 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que determina que o percentual não pode ser inferior a 60%.

Na apuração do mínimo constitucional<sup>20</sup> são considerados os recursos provenientes dos impostos aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino mais a perda que o Estado tem na transferência dos recursos do FUNDEB. Além disso, foram consideradas 65% (70% em 2012) das despesas com o pagamento dos inativos<sup>21</sup> da Educação no valor de R\$ 731 milhões (R\$ 714 milhões em 2012). Dessa forma, para fins do limite constitucional foram consideradas despesas no valor de R\$ 3,829 bilhões (R\$ 3,538 bilhões em 2012), perfazendo um total de 28,30% da receita líquida de impostos (29,42% em 2012).

# EDUCAÇÃO MISSÃO CUMPRIDA

O PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ULTRAPASSOU OS 60% MÍNIMOS E ATINGIU 81,77% DO FUNDEB A APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO FOI MAIOR DO QUE O MÍNIMO CONSTITUCIONAL (25% DÓ RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS) ATINGINDO 28,3% DO RLI

<sup>20</sup> O percentual mínimo exigido pela Constituição Federal é de 25% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais – RLI (nota 2, m).

<sup>21</sup> O Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007, prevê uma redução gradativa de 5% ao ano, a contar de 2007, das despesas com pagamento de inativos custeadas com recursos do Tesouro do Estado no cálculo do limite mínimo constitucional da educação.

## Ensino Superior

A Constituição Estadual determina, em seu artigo 170, que pelo menos 5% dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem ser aplicados na assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legal-

mente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina. Durante o ano de 2013 foram aplicados R\$ 62,920 milhões neste tipo de assistência (R\$ 59,740 milhões em 2012), representando 1,86%, conforme **tabela 15**.

**Tabela 15** | Aplicação em Assistência Financeira aos Alunos Matriculados em Instituições de Ensino Superior (R\$ milhares)

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>BASE DE CÁLCULO</b>		
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais - RLI	13.532.600	12.026.391
Mínimo a ser aplicado na Manutenção do Ensino (25% da RLI)	3.383.150	3.006.598
<b>Valor mínimo a ser aplicado - Art. 170 da CE/89 e Lei Complementar nº 281/05. (5% dos 25% da RLI = 1,25% da RLI)</b>	<b>169.158</b>	<b>150.330</b>
<b>APLICAÇÃO</b>		
<b>Secretaria de Estado da Educação</b>		
6302 - Apoio a Estudante de Ensino Superior - Art. 170/CE - SED	56.211	58.305
9785 - Cursos Estratégicos do PROESDE - Programa Estadual de Desenvolvimento Regional - SED	6.708	1.435
<b>Total aplicado - Art. 170 da CE/89</b>	<b>62.920</b>	<b>59.740</b>
<b>Percentual aplicado</b>	<b>1,86%</b>	<b>1,99%</b>
<b>Insuficiência de aplicação</b>	<b>(106.238)</b>	<b>(90.590)</b>

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

## Ciência e Tecnologia

O artigo 193 da Constituição Estadual estabelece que pelo menos 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicadas em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta<sup>22</sup>, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (EPAGRI) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores empenhados pela EPAGRI e FAPESC, bem como os valores descentralizados pela FAPESC e empenhados pela EPAGRI e UDESC, nas fontes de recursos do exercício corrente, deduzidos os restos a pagar cancelados. Na **tabela 16** são apresentados os valores aplicados nos anos de 2013 e 2012.

**Tabela 16** | Aplicação em Ciência e Tecnologia (R\$)

<b>Especificação</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>BASE DE CÁLCULO</b>		
Receitas correntes	25.103.852.162,77	22.315.507.416,92
(-) Deduções da receita orçamentária	(7.629.169.794,82)	(6.337.104.405,08)
	<b>17.474.682.367,95</b>	<b>15.978.403.011,84</b>
<b>Valor a ser aplicado (2%)</b>	<b>349.493.647,36</b>	<b>319.568.060,24</b>
<b>APLICAÇÕES</b>		
<b>Epagri</b>		
Função 20 - Agricultura		
Despesas Empenhadas	273.400.976,39	267.078.864,25
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	(400.909,62)	(418.514,11)
	<b>273.000.066,77</b>	<b>266.660.350,14</b>
<b>Fapesc</b>		
Função 19 - Ciência e Tecnologia		
Despesas Empenhadas pela Fapesc	32.652.314,97	49.820.808,69
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	(10.291,58)	(10.463,47)
Despesas Empenhadas por Descentralização:		
Na Epagri	1.329.883,69	525.669,73
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	(785,53)	0,00
Na UDESC	485.470,68	22.199,94
(-) Restos a Pagar cancelados no exercício	0,00	0,00
	<b>34.456.592,23</b>	<b>50.358.214,89</b>
<b>Total Aplicado em Ciência e Tecnologia</b>	<b>307.456.659,00</b>	<b>317.018.565,03</b>
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>1,76%</b>	<b>1,98%</b>
<b>Aplicação abaixo do mínimo constitucional</b>	<b>(42.036.988,36)</b>	<b>(2.549.495,21)</b>

Fonte: SIGEF - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina

<sup>22</sup> Conforme art. 100, I, e 112, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n.º 381, de 07 de maio de 2007, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 534, de 20 de abril de 2011.

## Despesa com Pessoal

A Constituição Federal/88, em seu art. 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

Dessa forma, a Lei Complementar nº 101/00, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, versa sobre os limites de despesa com pessoal, previstos na Constituição Federal, e estabelece os limites de despesas com pessoal, em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, conforme a **tabela 17**.

**Tabela 17** | Limites de despesas com pessoal em relação à RCL estabelecidos pela LRF.

Poder	Limite de Alerta	Limite Prudencial	Limite Legal (máximo)
<b>Poder Executivo</b>	44,10%	46,55%	49,00%
<b>Poder Legislativo</b>	2,70%	2,85%	3,00%
<b>Tribunal de Contas</b>	0,72%	0,76%	0,80%
<b>Assembleia Legislativa</b>	1,98%	2,09%	2,20%
<b>Poder Judiciário</b>	5,40%	5,70%	6,00%
<b>Ministério Público</b>	1,80%	1,90%	2,00%
<b>Consolidado Geral</b>	54,00%	57,00%	60,00%

O art. 18 da Lei Complementar nº 101/00 conceitua a despesa total com pessoal, para fins do cálculo dos limites anteriormente apresentados, como sendo os gastos de caráter remuneratório de ativos, inativos e pensionistas, bem como dos contratos de terceirização que se referem à substituição de servidor, referentes ao mês em referência, bem como os onze meses imediatamente anteriores.

Na verificação do atendimento dos limites de despesas com pessoal não devem ser computadas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, as indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária, bem como as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração do demonstrativo (Lei Complementar nº 101/2000, art. 19, § 1º).

Considerando o entendimento da LRF acima elucidado, verifica-se na **tabela 18**, que todos os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina, em 2012 e 2013, cumpriram o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

As despesas com pessoal consolidadas do Estado de Santa Catarina, que totalizaram R\$ 8,932 bilhões, representaram 56,20% da Receita Corrente Líquida e estão no limite de alerta (54%). Sua variação de 2012 para 2013 foi positiva, representando um aumento de 0,43%.

**Tabela 18** | Representatividade das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por poderes e órgãos.

Especificação	2013	2012	Variação 2012/2013	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	46,70%	46,46%	0,52%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	2,71%	2,72%	-0,37%	3,00%	2,85%	2,70%
Tribunal de Contas	0,75%	0,76%	-1,32%	0,80%	0,76%	0,72%
Assembleia Legislativa	1,96%	1,96%	0,00%	2,20%	2,09%	1,98%
Poder Judiciário	5,19%	5,26%	-1,33%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,60%	1,52%	5,26%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	56,20%	55,96%	0,43%	60,00%	57,00%	54,00%

**Fonte:** Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos

Da mesma forma, as despesas com pessoal do Poder Legislativo representaram 2,71% da RCL (2,72% em 2012) e também estão no limite de alerta. Em termos de representatividade em relação à RCL, as despesas reduziram sua participação em 0,37% no ano de 2013.

O Poder Judiciário e o Ministério Público estão abaixo do limite de alerta apresentando despesas com pessoal correspondentes a 5,19% e 1,60% da RCL, respectivamente. O Poder Executivo, por sua vez, atingiu o limite prudencial com despesas com pessoal representando 46,70% da Receita Corrente Líquida, conforme **figura 15**.

**Figura 15** | Desempenho em 2013 dos poderes e órgão do Estado de Santa Catarina com relação aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para as Despesas com Pessoal



Analisando detalhadamente os itens que compõem as despesas com pessoal, constata-se que as despesas brutas com pessoal, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 10,20% em 2013 no consolidado geral do Estado (12,04% em 2012) e 9,36% no Poder Executivo (13,68% em 2012), enquanto a Receita Corrente Líquida cresceu 9,34%, conforme demonstrado na **tabela 19**.

Dos dados apresentados, merecem destaque as despesas com inativos e pensionistas que, no Poder Executivo, aumentaram 12,59%, enquanto a folha de ativos cresceu 7,64%, comparando os dados de 2012 e 2013.

A manutenção do sistema de previdência tem exigido grandes esforços do Poder Executivo Estadual, que tem que arcar com a insuficiência financeira do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPREV, de acordo com a Lei Complementar Estadual n.º 412, de 26 de junho de 2008. Em 2013, o Tesouro do Estado custeou R\$ 2,179 bilhões da folha de inativos, um acréscimo de 17,58% em relação a 2012, quando arcou com R\$ 1,853 bilhão. Para se ter uma ideia, o valor desembolsado pelo Tesouro com o pagamento dos inativos foi 46% maior que o total dos investimentos consolidados do Estado em 2013 (R\$1,496 bilhão).

Tabela 19 | Despesas com Pessoal – LRF (R\$ milhares)

Especificação	2013	2012	Variação
<b>CONSOLIDADO</b>			
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>10.537.296</b>	<b>9.561.634</b>	<b>10,20%</b>
Pessoal Ativo	6.940.681	6.341.250	9,45%
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.570.276	3.191.515	11,87%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	26.339	28.870	-8,76%
<b>Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>1.605.133</b>	<b>1.427.210</b>	<b>12,47%</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	81.936	46.883	74,77%
Decorrentes de Decisão Judicial	130.281	83.362	56,28%
Despesas de Exercícios Anteriores	123.058	78.034	57,70%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.269.858	1.218.931	4,18%
<b>Despesa Líquida com Pessoal (I-II)</b>	<b>8.932.163</b>	<b>8.134.424</b>	<b>9,81%</b>
<b>PODER EXECUTIVO</b>			
<b>Despesa Bruta com Pessoal (I)</b>	<b>8.559.622</b>	<b>7.826.964</b>	<b>9,36</b>
Pessoal Ativo	5.361.743	4.981.321	7,64
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.171.539	2.816.773	12,59
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	26.339	28.870	-8,76
<b>Despesas Não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>1.137.321</b>	<b>1.073.248</b>	<b>5,97</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	23.598	19.783	19,28
Decorrentes de Decisão Judicial	35.922	50.692	-29,14
Despesas de Exercícios Anteriores	84.790	38.760	118,76
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	993.011	964.013	3,01
<b>Despesa Líquida com Pessoal (I-II)</b>	<b>7.422.301</b>	<b>6.753.717</b>	<b>9,90</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>15.892.968</b>	<b>14.535.174</b>	<b>9,34%</b>

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos

## Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito

A Resolução do Senado n.º 40/2001 estabelece que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos Estados não poderá ser superior a 200% da Receita Corrente Líquida (RCL). Em 2013, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R\$ 7,615 bilhões, correspondendo ao percentual de 47,92% da RCL (40,58% em 2012).

O saldo de garantias concedidas pelo Governo do Estado, ao final de dezembro de 2013, foi de R\$ 787 milhões (R\$ 88 milhões em 2012), representando 4,95% da RCL (0,61% em 2012) e atendendo o limite máximo de 22%, estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senado n.º 43/2001.

As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 756 milhões, ao final do ano de 2013, em decorrência de contratos de financiamentos firmados entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CA-SAN) e a Caixa Econômica Federal, e um contrato de financiamento entre a Companhia e a Agence Française

de Développement (AFD). Todos os contratos referem-se às intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em Municípios do Estado.

As operações de crédito interno e externo dos Estados, consideradas para fins de verificação do limite de 16% da RCL, previstas no artigo 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal n.º 43/01, totalizaram R\$ 961,31 milhões em 2013 (1,661 bilhão em 2012) e representaram 6,05% da RCL (11,43% em 2012), conforme a **tabela 20**.

Vale lembrar que, conforme estabelece o § 3º deste mesmo artigo, não são consideradas, para fins de verificação do limite, as operações de crédito contratadas pelos Estados, com a União, organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

**Tabela 20** | Operações de Crédito de 2013 (R\$)

PROGRAMAS	Operações de Crédito - Valor Realizado no 1º quadrimestre	Operações de Crédito - Valor Realizado no 2º quadrimestre	Operações de Crédito - Valor Realizado no 3º quadrimestre	TOTAL
<b>INTERNAS</b>	<b>4.194.594,95</b>	<b>416.210.676,12</b>	<b>374.402.347,35</b>	<b>794.807.618,42</b>
BNDES Caminhos do Desenvolvimento - Estados	4.194.594,95	1.611.253,59	0,00	5.805.848,54
BNDES Acelera Sub B BRDE	0,00	200.000.000,00	0,00	200.000.000,00
BNDES Acelera Sub C Demais Programas	0,00	202.539.422,53	155.602.347,35	358.141.769,88
BNDES – Sistema de Transporte Joinville	0,00	12.060.000,00	0,00	12.060.000,00
BB - Caminhos Estratégicos da Produção	0,00	0,00	218.800.000,00	218.800.000,00
<b>EXTERNAS</b>	<b>5.476.262,13</b>	<b>83.149.411,72</b>	<b>77.877.294,21</b>	<b>166.502.968,06</b>
BID V – Rodovias	549.956,56	0,00	0,00	549.956,56
CAF – Programa de Integração Regional – PIR	3.935.000,00	13.680.000,00	1.964.494,40	19.579.494,40
BIRD Microbacias III	991.305,57	741.456,07	37.722.799,81	39.455.561,45
BID VI – Rodovias	0,00	68.727.955,65	38.190.000,00	106.917.955,65
<b>TOTAL</b>	<b>9.670.857,08</b>	<b>499.360.087,84</b>	<b>452.279.641,56</b>	<b>961.310.586,48</b>

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública



## Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

Para a inscrição de despesas em restos a pagar, o ente público deve comprovar que possui recursos disponíveis para honrar os compromissos e observar se os recursos são legalmente vinculados à finalidade específica para a qual serão utilizados.

Em 2013, o Estado de Santa Catarina inscreveu em restos a pagar o montante de R\$ 675 milhões (R\$ 393 milhões em 2012), sendo R\$ 99 milhões processados e R\$ 576 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa consolidada menos as obrigações financeiras<sup>23</sup> totalizou, em 2013, R\$ 2,920 bilhões (R\$ 2,062 bilhões em 2012), antes da inscrição dos restos a pagar processados e não processados. Após a inscrição dos restos a pagar, a disponibilidade financeira restante foi de R\$ 2,245 bilhões (R\$ 1,668 bilhão em 2012), representando o superávit financeiro do exercício<sup>24</sup>

<b>Disponibilidade de Caixa</b>	—	<b>Restos a Pagar</b>	=	<b>Superávit Financeiro</b>
<b>R\$2,920 bilhões</b>	—	<b>R\$675,13 milhões</b>	=	<b>R\$ 2,245 bilhões</b>

Tabela 21 | Disponibilidades Financeiras x Restos a Pagar – Consolidado Geral (R\$ milhões)

Destinação dos Recursos	Disponibilidade Financeira		Obrigações Financeiras		Restos a Pagar Inscritos		Disponibilidade após a Inscrição de Restos a Pagar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>5.494</b>	<b>3.626</b>	<b>3.595</b>	<b>2.869</b>	<b>7</b>	<b>123</b>	<b>1.433</b>	<b>635</b>
Recursos Vinculados à Saúde	213	172	1	1	193	81	19	89
Recursos Vinculados à Educação	224	157	3	3	31	29	190	125
Recursos Destinados ao RPPS/SC	350	257	1	1	2	2	347	254
Demais Recursos Vinculados	4.707	3.041	3.590	2.864	241	11	876	166
<b>Recursos Não Vinculados</b>	<b>1.025</b>	<b>1.305</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>208</b>	<b>270</b>	<b>812</b>	<b>1.034</b>
Recursos Ordinários do Tesouro	400	274	0	0	69	111	331	163
Demais Recursos Não Vinculados	626	1.031	5	1	139	160	482	870
<b>Total</b>	<b>6.520</b>	<b>4.931</b>	<b>3.600</b>	<b>2.870</b>	<b>675</b>	<b>393</b>	<b>2.245</b>	<b>1.668</b>

Fonte: SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

23 As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens: consignações, depósitos de diversas origens e outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independente da execução orçamentária.

24 O relatório de cálculo do superávit financeiro consta no Volume II do Balanço Geral.

## Resultado Primário

O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzidas as Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzidas as Despesas Financeiras). Sua análise indica quanto o ente público depende de capital de terceiros para manter ou custear suas despesas. Superávits primários são direcionados para o pagamento de serviços da dívida (principal mais juros) e contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias fixou a meta do Resultado Primário para 2013 em R\$ 1,522 bilhão (R\$ 1,047 bilhão para 2012), contudo o resultado apresentado foi um Superávit Primário de R\$ 295,5 milhões (R\$ 869 milhões em 2012). Isso aconteceu porque o resultado primário considera somente as receitas arrecadadas no ano menos as despesas realizadas, sejam elas custeadas por recursos provenientes da arrecadação do ano ou do superávit financeiro do exercício anterior. Dessa forma, se fossem considerados os recursos de superávit financeiro que foram utilizados para a realização das despesas primárias (R\$ 1,065 bilhão), teria-se um superávit primário de R\$ 1,361 bilhão.

**Superávit Primário**  
**R\$ 295,5 mi**

## Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Inicialmente, torna-se importante descrever o equívoco ocorrido na apuração do resultado nominal de 2012 ao considerar, na apuração dos valores da Dívida Fiscal Líquida, em 31/12/2012, como Haveres Financeiros o valor de R\$ 864 milhões referentes aos créditos tributários a receber, reconhecidos pelo regime de competência. Como os Haveres Financeiros são deduções da dívida consolidada, o valor da dívida consolidada líquida de 2012 foi afetado.

Entretanto, em observância às orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, válido para o ano de 2013, esses créditos não foram considerados na apuração da Dívida Fiscal Líquida em 31/12/2013.

Dessa forma, a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de 2012, que totalizou R\$ 3,989 bilhões, e a Dívida Fiscal Líquida de 2013, que fechou em R\$ 5,359 bilhões, gerou um Resultado Nominal positivo de R\$ 1,370 bilhão, ou seja, um acréscimo da Dívida Fiscal Líquida.

Porém, se fosse utilizada a mesma metodologia para os dois períodos, ou seja, se não fossem considerados os créditos a receber, reconhecidos pelo regime de competência em 2012, o resultado nominal apurado em 31/12/2013 seria de R\$ 195,6 milhões de aumento da Dívida Fiscal Líquida.

**Tabela 22** | Resumo do Resultado do Estado de Santa Catarina (2013 – 2012) – R\$ milhares

	2013		2012	
<b>SAÚDE</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RLI</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RLI</b>
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	1.623.912	12	1.443.167	12
Despesas consideradas	1.626.685	12,02	1.460.567	12,14
<b>EDUCAÇÃO - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RLI</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RLI</b>
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	3.383.150	25	3.006.598	25
Despesas consideradas	3.829.327	28,3	3.538.303	29,42
<b>EDUCAÇÃO - Ensino Superior</b>	<b>VALOR</b>	<b>% MDE</b>	<b>VALOR</b>	<b>% MDE</b>
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 170, CE/89)	169.158	5	150.330	5
Despesas consideradas	62.920	1,86	59.740	1,99
<b>EDUCAÇÃO - FUNDEB - Remuneração do Magistério</b>	<b>VALOR</b>	<b>% FUNDEB</b>	<b>VALOR</b>	<b>% FUNDEB</b>
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 60, ADCT, CF/88)	1.052.698	60	1.029.962	60
Despesas consideradas	1.434.677	81,77	1.381.568	80,48
<b>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% REC. COR.</b>	<b>VALOR</b>	<b>% REC. COR.</b>
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 193, CE/89)	349.493	2	319.568	2
Despesas consideradas	307.457	1,76	317.019	1,98
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>15.892.968</b>		<b>14.535.174</b>
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	9.535.781	60	8.721.104	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	9.058.992	57	8.285.049	57
Despesa Total com Pessoal	8.932.163	56,2	8.134.424	55,96
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>
Limite definido por Resolução do Senado Federal	31.785.936	200	29.070.348	200
Dívida Consolidada Líquida	7.615.242	47,92	5.898.678	40,58
<b>GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>
Limite definido por Resolução do Senado Federal	3.496.453	22	3.197.738	22
Total de Garantias	787.080	4,95	88.922	0,61
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% RCL</b>
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Internas e Externas	2.542.874	16	2.325.628	16
Limite definido pelo Senado Federal para Operações Antecip. Receita	1.112.507	7	1.017.462	7
Operações de Crédito Internas e Externas	961.310	6,05	1.661.165	11,43
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	-	-	-	-
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>VALOR</b>		<b>VALOR</b>	
Meta Estabelecida na LDO		1.522.823		1.047.288
Resultado Apurado		295.556		869.464
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>VALOR</b>		<b>VALOR</b>	
Meta Estabelecida na LDO		(138.456)		(327.161)
Resultado Apurado		1.370.062		(1.095.955)
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>VALOR</b>		<b>VALOR</b>	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos Processados	2.920.038		2.061.701	
Inscrição de Restos Processados	99.421		47.038	
Disponibilidade de Caixa Líquida antes da Inscrição de Restos Não Processados	2.820.617		2.014.663	
Inscrição de Restos Não Processados	575.718		346.178	



# SC > Demonstrações Contábeis



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 | Período: Janeiro a Dezembro de 2013

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>17.667.523</b>	<b>17.667.523</b>	<b>17.474.769</b>	<b>-192.754</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.089.991	10.089.991	10.243.165	153.174
Impostos	9.630.848	9.630.848	9.780.975	150.126
Taxas	459.143	459.143	462.190	3.048
Contribuição de Melhoria	0	0	0	0
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.348.385	1.348.385	1.329.618	-18.767
Contribuições Sociais	1.348.385	1.348.385	1.329.618	-18.767
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	437.119	437.119	486.354	49.235
Receitas Imobiliárias	6.285	6.285	6.136	-149
Receitas de Valores Mobiliários	420.836	420.836	288.627	-132.209
Receitas de Concessões e Permissões	9.055	9.055	7.819	-1.236
Receita de Cessão de Direitos	0	0	182.702	182.702
Outras Receitas Patrimoniais	943	943	1.071	128
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.665	1.665	1.249	-416
Receita da Produção Vegetal	634	634	670	36
Receita da Produção Animal e Derivados	1.031	1.031	578	-452
Outras Receitas Agropecuárias	0	0	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	12.931	12.931	10.220	-2.711
Receita da Indústria de Transformação	5.539	5.539	360	-5.179
Receita da Indústria de Construção	7.392	7.392	9.860	2.468
Outras Receitas Industriais	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	557.407	557.407	592.323	34.916
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.701.013	4.701.013	4.278.231	-422.782
Transferências Intragovernamentais	3.858.881	3.858.881	3.448.468	-410.414
Transferências de Instituições Privadas	685.858	685.858	699.573	13.716
Transferências do Exterior	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	402	402
Transferências de Convênios	156.274	156.274	129.788	-26.485
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	519.012	519.012	533.608	14.597
Multas e Juros de Mora	115.081	115.081	145.478	30.397
Indenizações e Restituições	165.551	165.551	130.479	-35.072
Receita da Dívida Ativa	11.028	11.028	35.293	24.265
Receitas Correntes Diversas	227.351	227.351	222.357	-4.994

Continua na página 71

Continuação da página 70

R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.683.756</b>	<b>1.683.756</b>	<b>2.175.424</b>	<b>491.668</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.547.634	1.547.634	2.057.900	510.266
Operações de Crédito Internas	1.266.456	1.266.456	1.869.975	603.519
Operações de Crédito Externas	281.178	281.178	187.926	-93.252
ALIENAÇÃO DE BENS	26.923	26.923	5.362	-21.561
Alienação de Bens Móveis	24.803	24.803	5.095	-19.708
Alienação de Bens Imóveis	2.121	2.121	267	-1.854
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	55.401	55.401	16.255	-39.145
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	52.774	52.774	89.734	36.959
Transferências Intergovernamentais	0	0	17.865	17.865
Transferências de Instituições Privadas	0	0	508	508
Transferências do Exterior	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0
Transferências de Outras Instituições Públicas	0	0	0	0
Transferências de Convênios	52.774	52.774	71.360	18.586
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.023	1.023	6.172	5.149
Integralização do Capital Social	0	0	6.172	6.172
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	1.023	1.023	0	-1.023
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.650.193</b>	<b>298.914</b>
<b>REFINANCIAMENTO (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.650.193</b>	<b>298.914</b>
<b>DÉFICIT (IV)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (V) = (III) + (IV)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.351.279</b>	<b>19.650.193</b>	<b>298.914</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro		1.419.695	1.065.966	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Continua na página 72

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 | Período: Janeiro a Dezembro de 2013

Continuação da página 71

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	
DESPESAS CORRENTES	15.464.481	17.564.635	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.958.637	10.842.914	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	667.050	770.851	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.838.794	5.950.870	
DESPESAS DE CAPITAL	3.797.640	5.317.902	
INVESTIMENTOS	2.496.152	3.363.527	
INVERSÕES FINANCEIRAS	229.721	254.568	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.071.766	1.699.807	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000	0	
RESERVA DO RPPS	88.158	88.158	
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>22.970.696</b>	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>22.970.696</b>	
<b>SUPERÁVIT (IX)</b>	-	-	
<b>TOTAL (X) = (VIII + IX)</b>	<b>19.351.279</b>	<b>22.970.696</b>	

R\$ milhares

DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
16.175.396	15.812.366	15.752.594	1.389.239
10.558.885	10.549.750	10.546.813	284.029
668.313	668.313	668.313	102.537
4.948.197	4.594.302	4.537.467	1.002.673
3.078.944	2.866.256	2.826.607	2.238.958
1.251.048	1.038.920	999.271	2.112.480
244.798	244.237	244.237	9.771
1.583.099	1.583.099	1.583.099	116.708
0	0	0	0
0	0	0	88.158
<b>19.254.340</b>	<b>18.678.622</b>	<b>18.579.201</b>	<b>3.716.356</b>
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
<b>19.254.340</b>	<b>18.678.622</b>	<b>18.579.201</b>	<b>3.716.356</b>
<b>395.853</b>	-	-	-
<b>19.650.193</b>	<b>18.678.622</b>	<b>18.579.201</b>	<b>3.716.356</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

## BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL

De 01/01/2013 Até 31/12/2013

<b>INGRESSOS</b>		
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>19.650.193</b>
<b>Receita</b>		<b>27.279.363</b>
<b>Receitas Correntes</b>		<b>24.082.819</b>
Receitas Tributárias		16.564.139
Receita de Contribuições		534.641
Receita Patrimonial		516.508
Receita Agropecuária		1.249
Receita Industrial		9.939
Receita de Serviços		436.651
Transferências Correntes		5.374.739
Outras Receitas Correntes		644.952
<b>Receitas de Capital</b>		<b>2.169.338</b>
Operações de Crédito		2.057.900
Alienação de Bens		5.449
Amortização de Empréstimos		16.255
Transferências de Capital		89.734
<b>Receitas Intraorçamentárias Correntes</b>		<b>1.021.033</b>
Receita de Contribuições		800.919
Receita Patrimonial		1.197
Receita Industrial		280
Receita de Serviços		155.923
Outras Receitas Correntes		62.714
<b>Receitas Intraorçamentárias de Capital</b>		<b>6.172</b>
Outras Receitas de Capital		6.172
<b>Deduções</b>		<b>7.629.170</b>
<b>Deduções Receita Corrente</b>		<b>7.629.083</b>
Deduções da Receita Tributária		6.320.974
Dedução das Contribuições Sociais		5.942
Dedução da Receita Patrimonial		31.351
Dedução da Receita de Serviços		251
Transferências Correntes		1.096.508
Outras Deduções		174.058
<b>Deduções Receita Capital</b>		<b>87</b>
Dedução da Alienação de Outros Bens Móveis		87
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>53.972.036</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		14.856.643
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		36.849.910
Transferências Recebidas Aportes RPPS		2.265.482
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>12.061.827</b>
Inscrição de Restos a Pagar Processados		99.421
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		575.718
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.689.327
Aplicações do RPPS		3.692.486
VPA Cancelamento de Retenção		16
VPA Compensação de Créditos		0
Incorporação de Saldos Financeiros		4.859
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior</b>		<b>4.667.396</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		4.667.396
<b>Total Geral</b>		<b>90.351.451</b>



**BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL**  
do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

<b>ATIVO</b>			
<b>TÍTULOS</b>	NOTA EXPLICATIVA	<b>2013</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>10.170.836</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	7.500.538	
Créditos a Curto Prazo		1.386.255	
Clientes	4	66.824	
Créditos Tributários a Receber	5	1.306.286	
Dívida Ativa Tributária	6	414	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7	12.730	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8	686.461	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	9	344.737	
Estoques	10	249.166	
VPD Pagas Antecipadamente	11	3.678	
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>10.671.498</b>	
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.941.927	
Créditos a Longo Prazo		1.805.410	
Créditos Tributários a Receber	5	1.427.668	
Dívida Ativa Tributária	6	77.559	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7	300.182	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8	118.574	
Estoques	10	16.589	
VPD Pagas Antecipadamente		1.354	
Investimentos	12	3.190.399	
Imobilizado	13	5.432.284	
Intangível	14	106.887	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.842.333</b>	
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>		<b>7.887.088</b>	
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>12.955.245</b>	
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>			
<b>TÍTULOS</b>		<b>2013</b>	
Garantias e contragarantias recebidas		990.634	
Responsabilidades de Terceiros, por valores, títulos e bens		270.700	
Responsáveis em Apuração		79.460	
<b>TOTAL</b>		<b>1.340.794</b>	

R\$ milhares

<b>PASSIVO</b>		
<b>TÍTULOS</b>	NOTA EXPLICATIVA	<b>2013</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.737.870</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar	15	144.379
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	16	570.265
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	17	207.106
Obrigações Fiscais	18	10.490
Provisões a Curto Prazo	19	611.074
Demais Obrigações a Curto Prazo	20	5.194.557
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>16.322.265</b>
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	15	837.853
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	16	12.660.682
Fornecedores a Longo Prazo	17	1.307.708
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	18	241.200
Provisões a Longo Prazo	19	378.821
Demais Obrigações a Longo Prazo	20	521.165
Resultado Diferido	21	374.836
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(2.217.802)</b>
Patrimônio Social e Capital Social		189.476
Reservas de Capital		368
Demais Reservas		8.088
Resultados Acumulados	22	(2.415.735)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>20.842.333</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>		<b>5.024.028</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>		<b>18.036.108</b>
		<b>(2.217.802)</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		
<b>TÍTULOS</b>		<b>2013</b>
Garantias e contragarantias concedidas		787.080
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	23	8.007.381
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		690.433
Responsabilidades com Terceiros, por valores, títulos e bens		83.409
<b>TOTAL</b>		<b>9.568.303</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

R\$ milhares

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>85.838.802</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.778.128
Contribuições	1.309.442
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	726.927
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.220.649
Transferências e Delegações Recebidas	61.525.339
Valorização e Ganhos com Ativos	44.883
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.233.433
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>86.115.381</b>
Pessoal e Encargos	7.528.988
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.631.066
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.900.880
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.937.942
Transferências e Delegações Concedidas	64.241.123
Desvalorização e Perda de Ativos	2.135.928
Tributárias	151.568
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.587.885
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-276.579</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)</b>	
	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>
Incorporação de ativo	1.130.382
Desincorporação de Passivo	1.583.099
Incorporação de Passivo	2.064.073
Desincorporação de Ativo	21.705

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL

do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

R\$ milhares

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>51.778.680</b>
<b>RECEITAS DERIVADAS</b>	<b>11.656.190</b>
Receitas tributárias	10.243.165
Receitas de contribuições	1.329.532
Outras receitas derivadas	83.494
<b>RECEITAS ORIGINÁRIAS</b>	<b>1.540.261</b>
Receita patrimonial	206.688
Receita agropecuária	1.249
Receita industrial	10.220
Receita de serviços	592.323
Outras receitas originárias	450.115
Remuneração das disponibilidades	279.666
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>38.546.793</b>
Intergovernamentais	3.448.468
Intragovernamentais	34.268.562
Convênios	129.788
Outras transferências	699.975
<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>35.435</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>50.369.123</b>
<b>PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.478.504</b>
<b>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>	<b>668.313</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>35.211.961</b>
Intergovernamentais	288.744
Intragovernamentais	34.281.081
Multigovernamentais	-
Instituições privadas	642.136
<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS</b>	<b>10.345</b>
<b>1. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.409.557</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>111.438</b>
Alienação de bens	5.449
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	16.255
Transferências de capital	89.734
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>1.137.122</b>
Aquisição de ativo não-circulante	1.115.733
Concessão de empréstimo e financiamento	7.181
Perdas com aplicações do RPPS	14.209
<b>2. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.025.684)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.064.073</b>
Operações de crédito	2.057.900
Outras receitas	-
Integralização de capital	6.172
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>1.583.099</b>
Amortização/refinanciamento da dívida	1.583.099
<b>3. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>480.974</b>
<b>4. APURAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO (1+2+3)</b>	<b>864.846</b>
<b>5. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>864.846</b>
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.062.916
Caixa e equivalente de caixa final	2.927.762

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Valores em 31/12/2012 e 31/12/2013

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/ CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	
<b>SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>166.644</b>	<b>8.510</b>	<b>0</b>	<b>5.815</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	(8)	0	0	0	
AUMENTO DE CAPITAL	13.138	0	0	0	
Com Reservas e Lucros	0	0	0	0	
Com Subscrição de Novas Ações	13.138	0	0	0	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	
CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO DE RESERVAS	0	0	0	0	
DIVIDENDOS PROPOSTOS	0	0	0	0	
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR / SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>179.775</b>	<b>8.510</b>	<b>0</b>	<b>5.815</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0	0	0	
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0	(8.510)	0	0	
AUMENTO DE CAPITAL	9.701	0	0	0	
Com Reservas e Lucros	3.529	0	0	0	
Com Subscrição de Novas Ações	6.172	0	0	0	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0	0	0	0	
CONSTITUIÇÃO / REVERSÃO DE RESERVAS	0	0	368	0	
DIVIDENDOS PROPOSTOS	0	0	0	0	
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>189.476</b>	<b>0</b>	<b>368</b>	<b>5.815</b>	

R\$ milhares

	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.274</b>	<b>(3.734.183)</b>	<b>406.450</b>	<b>0</b>	<b>(3.144.490)</b>
	0	0	0	0	18.859	0	18.859
	0	0	0	0	0	0	(8)
	0	0	0	0	0	0	13.138
	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	1.086.459	0	0	1.086.459
	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.274</b>	<b>(2.647.724)</b>	<b>425.309</b>	<b>0</b>	<b>(2.026.042)</b>
	0	0	0	17.793	60.853	0	78.646
	0	0	0	8.510	0	0	0
	0	0	0	0	(3.529)	0	6.172
	0	0	0	0	(3.529)	0	0
	0	0	0	0	0	0	6.172
	0	0	0	(276.579)	0	0	(276.579)
	0	0	0	0	(368)	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.274</b>	<b>(2.898.000)</b>	<b>482.265</b>	<b>0</b>	<b>(2.217.802)</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC





# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis





## 1. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentadas nesse Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição, aprovado pela Portaria STN n.º 437, de 12 de julho de 2012, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

Outra preocupação foi o cumprimento da Portaria n.º 634, de 19 de dezembro de 2013, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual estabelece o término do ano de 2014 como prazo limite para adequação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Também determina que devem ser adotados procedimentos contábeis patrimoniais que abrangem: I - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; II - reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; III - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; IV - registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; V - reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura e VI - Implementação do sistema de custos.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos em 2012 pelo Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado de Santa Catarina (GTCON/SC) e pelas Gerências da DCOG resultaram na implementação do novo PCASP em janeiro de 2013, atendendo de forma antecipada o prazo estipulado pela Portaria STN n.º 634/2013.

Com a implantação do novo PCASP, muitas rotinas foram alteradas, o que demandou um grande esforço na adaptação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) em 2013. Para 2014, os trabalhos serão intensificados para a apresentação de demonstrativos consolidados do ente, destacando as operações entre os órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Além do PCASP, o Estado de Santa Catarina já implementou uma série de outras ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas, o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber de ICMS e IPVA; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); o reconhecimento de ativos de infraestrutura; e a implantação de um projeto experimental de apuração dos custos do serviço de educação do Estado.

Ressalta-se que as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com **valores expressos em milhares de reais**, exceto quando indicado de maneira diferente e, os seus totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em função dos arredondamentos.

As demonstrações contábeis consolidadas, contidas neste Relatório Técnico, foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal e incluem, além dos órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

### b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

### c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou mercado, entre esses o menor.

### d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

### e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

#### f) Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade e são mensurados ou avaliados, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

#### g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

A depreciação, amortização ou exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, de acordo com a previsão do Decreto n.º 3.486/2010, são calculadas e registradas tão somente após a realização dos procedimentos de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, desta forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio estatal. A solução adotada pelo Estado de Santa Catarina, nesse sentido, buscou atender à norma contábil aplicável à matéria, bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio do Estado.

#### h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de reavaliação conforme cronograma estabelecido na IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011.

#### i) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidos pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia (Emenda Constitucional - EC n.º 62/2009).

A segregação dos precatórios por período anterior e posterior à 05/05/2000 decorre da Resolução do Senado Federal n.º 40/2001, que em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos, fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do Decreto Estadual n.º 3.061, de 8 de março de 2010, o Estado de Santa Catarina optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios (prazo de pagamento de até 15 anos), incluídos os da administração direta e indireta. Estão incluídos neste regime os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência.

Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, são depositados mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria do Tribunal de Justiça, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 15 (quinze) anos calculado sobre o saldo total dos precatórios devidos e, posteriormente, dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento. Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais, são utilizados:

I - 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do art. 100 da Constituição Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;

II - 50% (cinquenta por cento) para pagamento de precatórios por meio de leilão, de ordem única e crescente de valor por precatório e de acordo direto com os credores, conforme definido em legislação estadual específica<sup>1</sup>.

Em março de 2013, a Emenda Constitucional 62/2009 foi declarada parcialmente inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) n.ºs 4357 e 4425, ficando pendente a apreciação da questão de seus efeitos - modulação da decisão no tempo.

Por cautela, em 11 de abril de 2013, o STF determinou que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal dessem continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando, até que a Corte Máxima decida sobre a modulação da decisão proferida. Portanto, no exercício de 2013 foram mantidas as regras de pagamento de precatórios adotadas com a publicação da EC 62/2009.

#### **j) Apuração do Resultado**

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

#### **k) Receita Líquida Disponível – RLD**

O conceito da RLD é ditado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e serve de base de cálculo para a definição dos valores a serem repassados pelo Poder Executivo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

A RLD consiste no total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes: de taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; de receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; de Transferências Voluntárias ou Doações recebidas; da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio de previdência dos servidores; da Cota-Parte do Salário Educação; da Cota-Parte da CIDE; da Cota-Parte Recursos Hídricos; e dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB).

#### **l) Receita Corrente Líquida – RCL**

O conceito de Receita Corrente Líquida (RCL) foi estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 2º, inciso IV, como sendo o total das receitas correntes deduzidos os repasses constitucionais e legais aos municípios, o repasse ao FUNDEB, as receitas de contribuições dos servidores estaduais ao RPPS/SC e as restituições de receitas. Esse conceito foi instituído para servir de parâmetro para o cálculo da reserva de contingência e para apuração dos limites da despesa total com pessoal, da dívida pública, das garantias e contragarantias e das operações de crédito.

#### **m) Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI**

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Saúde e Educação. Integram a RLI os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e IRRF) e as transferências constitucionais e legais recebidas da União (FPE, Cota-parte IPI e Exportação, ICMS desoneração e Cota-parte IOF ouro), deduzidos os repasses aos municípios e as restituições aos contribuintes.

A partir de 2013, foram incluídos, também, os valores arrecadados pelo FUNDOSOCIAL, originários de receita tributária, em cumprimento ao disposto na decisão emanada do Tribunal de Contas do Estado, constante no Acórdão n.º 892/2010.

<sup>1</sup> Decreto Estadual n.º 3.061, de 8/03/2010; Decreto Estadual n.º 3.379, de 14/07/2010; Decreto n.º 228, de 13/05/2011; Lei Estadual n.º 15.300, de 13/09/2010 e Lei n.º 15.693, de 21/12/2011.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R\$ Milhares	
<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Conta única - Tesouro</b>	<b>240</b>
Banco do Brasil	1.324.899
(-) Aplicações financeiras da conta única	(1.324.660)
<b>Conta única - RPPS</b>	<b>5.524</b>
Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro	41.796
Bancos Conta Movimento - Plano Previdenciário	290.817
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	17.018
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro	(36.273)
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário	(290.817)
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(17.016)
<b>Outras contas</b>	<b>95.814</b>
Banco do Brasil - outras contas	1.448.840
Bradesco	376
Caixa Econômica Federal	3.364.242
Demais Contas Bancárias	3.437
(-) Aplicações financeiras outros bancos	(4.721.081)
<b>Arrecadação Indireta</b>	<b>28.320</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>6.045.741</b>
CDB/RDB	1.548.501
Poupança	90.204
Fundos	4.307.577
Outras aplicações	99.459
<b>Limite de Saque</b>	<b>1.324.899</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.500.538</b>

#### Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única. Com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, mediante a busca de melhores taxas de juros ou rendimentos, os recursos depositados na Conta Única são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual n.º 381/2007, o qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações financeiras da conta única”, sendo que o saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no sub-grupo “Aplicações Financeiras”.

### Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do RPPS. Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro”, “(-) Aplicações Financeiras - Fundo Previdenciário” e “(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS, contudo o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme nota explicativa n.º 9.

### Outras contas

Demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais.

### Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada pelos agentes financeiros e não recolhidas aos domicílios bancários de titularidade das diversas unidades gestoras do Estado.

### Aplicações Financeiras

Abrange os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual n.º 381/07, citado anteriormente. Já os recursos recebidos por transferências (convênios) são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ Milhares

31/12/2013

TÍTULOS	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras aplicações	TOTAL
Executivo	1.243.229	89.070	884.447	2.046	2.218.793
Legislativo	-	-	45.884	-	45.884
Judiciário	305.271	1.134	3.302.153	-	3.608.558
Tribunal de Contas do Estado	-	-	127	97.413	97.540
Ministério Público	-	-	74.967	-	74.967
<b>TOTAL</b>	<b>1.548.501</b>	<b>90.204</b>	<b>4.307.577</b>	<b>99.459</b>	<b>6.045.741</b>

### Limite de Saque

A utilização da conta limite de saque nas unidades gestoras do Poder Executivo está fundamentada na sistemática de operacionalização da conta única, a qual é registrada de forma centralizada na Unidade Gestora 520099/1 – Diretoria do Tesouro Estadual, na conta contábil 1.1.1.1.02.01.00.

Dessa forma, todos os valores depositados nas contas de arrecadação (conta contábil 1.1.1.1.1.03.01.01) dos órgãos e entidades do Estado são, automaticamente, transferidos para a conta única do Tesouro, gerando a baixa desses valores na conta arrecadação e a incorporação de um direito no órgão, com a correspondente obrigação no Tesouro pela centralização da arrecadação. Esse direito/obrigação é denominado de limite de saque. No ativo da unidade, o limite de saque é representado pela conta contábil 1.1.1.1.2.40.01.01 e, no passivo do Tesouro, pela conta 2.1.8.9.2.40.01.00.

Além disso, os repasses financeiros do Tesouro para pagamentos das despesas também são registrados nas contas de limite de saque, assim como os pagamentos efetuados.

Para melhor compreensão da sistemática das contas de limite de saque, apresenta-se a seguir o esquema contábil de contabilização da arrecadação de valores nas unidades gestoras e centralização na conta única:

#### No Órgão Arrecadador:

D – 1.1.1.1.1.03.01.01

C – conta de receita, conta de passivo ou conta de direito

#### Pela Transferência do Recurso para a Conta Única

##### No órgão arrecadador:

D – 3.5.1.2.2.05.00.00

C – 1.1.1.1.1.03.01.01

D – 1.1.1.1.2.40.01.01

C – 4.5.1.2.2.05.00.00

##### No órgão centralizador – Tesouro:

D – 1.1.1.1.1.02.01.00

C – 4.5.1.2.2.05.00.00

D – 3.5.1.2.2.05.00.00

C – 2.1.8.9.2.40.01.00

Como consequência do tratamento contábil da centralização da arrecadação pela conta única, deve-se atentar que, para fins de análise das demonstrações contábeis e consolidação geral das contas, deve-se desconsiderar o valor do limite de saque, tanto no ativo quanto no passivo, pois os mesmos não constituem disponibilidades/obrigações financeiras efetivas.

## 4. CLIENTES

<b>UNIDADE GESTORA</b>	R\$ Milhares <b>31/12/2013</b>
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	2.598
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	1.834
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	593
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	62.623
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	17
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	47
Ajuste de Perdas de Devedores Duvidosos	(888)
<b>TOTAL</b>	<b>66.824</b>

## 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

R\$ Milhares

31/12/2013			
TÍTULOS	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Impostos	794.150	-	794.150
Créditos Tributários Parcelados	512.110	-	512.110
Créditos Tributários PRODEC	-	1.427.668	1.427.668
Créditos Previdenciários Parcelados	27	-	27
<b>TOTAL</b>	<b>1.306.286</b>	<b>1.427.668</b>	<b>2.733.955</b>

### Impostos

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2012, foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD, fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico constituído pela Portaria SEF n.º 081/2012, que agrega servidores da Gerência de Contabilidade Financeira - GECON/DCOG, Gerência de Administração, Finanças e Contabilidade - GEAFIC/DIAF e da Diretoria de Administração Tributária - DIAT.

Com isso, atendendo às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público<sup>2</sup>, houve o reconhecimento das notificações fiscais emitidas, dos parcelamentos, assim como da estimativa de valores declarados de ICMS no Ativo Circulante da Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual. No decorrer do ano 2013, os valores reconhecidos inicialmente foram atualizados, conforme as estimativas mensais de recebimento dos impostos.

### Créditos Parcelados

Registra os créditos tributários parcelados pela Secretaria de Estado da Fazenda contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC) e, o valor a receber a partir de 2013, pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) referente ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entre o IPREV, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Fazenda.

## 6. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R\$ Milhares

31/12/2013			
TÍTULOS	Circulante	Não-circulante	TOTAL
ICMS	417.274	8.680.141	9.097.415
IPVA	2.934	132.800	135.734
ITCMD	2.193	28.339	30.532
Outros Créditos	2.179	98.521	100.700
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	(424.166)	(8.862.241)	(9.286.407)
<b>TOTAL</b>	<b>414</b>	<b>77.559</b>	<b>77.973</b>

<sup>2</sup> Portaria Secretária do Tesouro Nacional n.º 406, de 20 de junho de 2011. Disponível em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidade-publica/manuais-de-contabilidade-publica>

## Cobrança da dívida ativa

R\$ Milhares

<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2013</b>
Estoque de Dívida Ativa Tributária	9.364.381
<b>Cobrança no exercício</b>	<b>30.867</b>

### Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia de cálculo prevista na Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, da 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), conforme a Portaria STN n.º 437/2012, que é baseada no histórico de recebimentos passados.

Essa metodologia de cálculo da provisão baseou-se em duas variáveis principais:

1. média percentual de recebimentos passados;
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios.

Essa média ponderada de recebimentos é calculada, em cada um dos três últimos exercícios, pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais.

A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais pelo número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

## 7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

R\$ Milhares

<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2013</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não-circulante</b>	<b>TOTAL</b>
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28.892	21.906	50.797
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina	-	22.951	22.951
Fundo de Água e Esgoto	-	66.843	66.843
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.725	7.725
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	78.985	78.985
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493
Encargos Gerais do Estado	-	87.279	87.279
Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.162)	-	(16.162)
<b>TOTAL</b>	<b>12.730</b>	<b>300.182</b>	<b>312.912</b>

## 8. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013		
	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	3.106	-	3.106
Suprimento de Fundos/Diárias	18.890	-	18.890
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	399.574	-	399.574
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	12.770	-	12.770
Tributos a Recuperar/Compensar	8.252	-	8.252
Créditos por Danos ao Patrimônio	140.870	-	140.870
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.527	11.956	42.483
Dívida Ativa Não Tributária	26	11.464	11.490
Principal	885	143.376	144.261
(-) Ajuste de Perdas	(859)	(131.913)	(132.772)
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens – Líquido	1.139	9.957	11.096
Principal	278.832	10.012	288.844
(-) Ajuste de Perdas	(277.693)	(55)	(277.749)
Outros Créditos e Valores a Receber	71.307	85.198	156.505
<b>TOTAL</b>	<b>686.461</b>	<b>118.574</b>	<b>805.035</b>

### Suprimento de Fundos/Diárias

A partir da implantação do novo PCASP, em 2013, os adiantamentos concedidos pelo ente a título de suprimento de fundos/diárias são contabilizados no ativo, sendo baixados com a devida prestação de contas do valor.

### Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também passaram a ser registrados no ativo até a devida prestação de contas, com a implantação do novo PCASP, em 2013. A seguir a discriminação das transferências efetuadas que ainda não tiveram prestação de contas:

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013
Convênios	262.631
Subvenções Sociais	28.151
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	52.901
Contratos de Gestão	7.570
Contrato de Apoio a Pesquisa	44.171
Subvenções Econômicas	4.150
<b>TOTAL</b>	<b>399.574</b>

### Adiantamento para Pagamento de Precatórios – Regime Especial

Apresenta os valores repassados ao Tribunal de Justiça Estadual para pagamento de precatórios. A baixa deste valor ocorre com a confirmação do pagamento do precatório pelo TJSC.

### Tributos a Recuperar/Compensar

Registra os créditos tributários a compensar, tais como: IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, entre outros, nas seguintes unidades gestoras:

R\$ Milhares	
<b>UNIDADES GESTORAS</b>	<b>31/12/2013</b>
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A - CIDASC	3.484
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI	4.767
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais	1
<b>TOTAL</b>	<b>8.252</b>

### Créditos por Danos ao Patrimônio

Registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta DIAG/DCOG n.º 001/2008.

R\$ Milhares	
<b>31/12/2013</b>	
<b>Créditos por Danos ao Patrimônio</b>	<b>140.870</b>
Créditos decorrentes de omissão no dever de prestar contas	84.788
Créditos decorrentes de irregularidade/ilegalidade na aplicação de recursos antecipados	17.579
Créditos decorrentes de pagamentos sem respaldo orçamentário	91
Outros créditos decorrentes de créditos administrativos	1.249
Créditos apurados em tomada de contas especial	37.162

### Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios.

R\$ Milhares			
<b>31/12/2013</b>			
<b>TÍTULOS</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não-circulante</b>	<b>TOTAL</b>
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.832	695	2.527
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	34	6.317	6.351
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	4.225	4.225
Diretoria do Tesouro Estadual	27.779	-	27.779
Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	-	-	-
Demais Unidades Gestoras	882	719	1.602
<b>TOTAL</b>	<b>30.527</b>	<b>11.956</b>	<b>42.483</b>

## Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens

R\$ Milhares

UNIDADES GESTORAS	31/12/2013 (curto e longo prazo)		
	Principal	Ajuste de Perdas	Valor Líquido
Departamento Estadual de Infraestrutura	288.359	(277.749)	10.610
Diretoria do Tesouro Estadual	476	-	476
Fundação Catarinense de Cultura	9	-	9
<b>TOTAL</b>	<b>288.844</b>	<b>(277.749)</b>	<b>11.096</b>

Registra os direitos a receber relativos a concessões das áreas de faixas de domínio. A exploração da utilização e da comercialização, a título oneroso, das faixas de domínio e das áreas adjacentes às rodovias estaduais e federais está disposta na Lei Estadual n.º 13.516/05, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 3.930/06.

A "Provisão para Perdas" está sendo reconhecida pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e é composta pelos valores vencidos a mais de 30 dias, com exceção dos direitos contra a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) que possuem a totalidade dos valores provisionados em decorrência de discussão judicial (ação judicial n.º 023.09.028623-8).

Abaixo, é demonstrada a composição dos direitos da Unidade Gestora DEINFRA, em 2013, por devedor:

R\$ Milhares

DEVEDORES	31/12/2013					
	Curto Prazo			Longo Prazo		
	Direitos	Provisão Perdas	Sub-total	Direitos	Provisão Perdas	Sub-total
CASAN	1.255	(1.255)	-	42	(42)	-
CELESC	276.004	(276.004)	-	-	-	-
Claro S/A	-	-	-	83	-	83
Embratel	-	-	-	4.940	-	4.940
SC GAS	-	-	-	3.247	-	3.247
Vivo S/A	466	-	466	411	-	411
Demais devedores	622	(434)	188	1.289	(13)	1.276
<b>TOTAL</b>	<b>278.347</b>	<b>(277.693)</b>	<b>654</b>	<b>10.012</b>	<b>(55)</b>	<b>9.957</b>

## 9. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Abrange os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS que estão aplicados no mercado financeiro.

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013
Fundos de Investimento em Renda Fixa	327.090
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	17.016
Ações Passíveis de Alienação	631
<b>TOTAL</b>	<b>344.737</b>

## 10. ESTOQUES

R\$ Milhares

			<b>31/12/2013</b>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não-circulante</b>	<b>TOTAL</b>
Mercadorias para Revenda	1.527	-	1.527
Matérias-Primas	2.229	-	2.229
Almoxarifado	240.771	-	240.771
Outros Estoques	4.638	-	4.638
Terrenos	-	15.608	15.608
Obras em Andamento	-	981	981
<b>TOTAL</b>	<b>249.166</b>	<b>16.589</b>	<b>265.755</b>

## 11. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. São basicamente os registros de seguros a vencer, bem como assinaturas e anuidades a apropriar.

R\$ Milhares

			<b>31/12/2013</b>
<b>TÍTULOS</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não-circulante</b>	<b>TOTAL</b>
Ativo Circulante	3.678	-	3.678
Ativo Não-Circulante	-	1.354	1.354
<b>TOTAL</b>	<b>3.678</b>	<b>1.354</b>	<b>5.033</b>

## 12. INVESTIMENTOS

R\$ Milhares

<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2013</b>
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	3.181.132
Participação em Empresas	2.779.268
Adiantamento para Aumento de Capital	401.864
Participação - Método do Custo	9.266
Demais Investimentos Permanentes	2
<b>TOTAL</b>	<b>3.190.399</b>

## Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto as participações em empresas estatais superavitárias, quanto nas empresas estatais dependentes<sup>3</sup>, além das participações em outras empresas.

Na consolidação das contas, que englobam os saldos das empresas estatais dependentes, o valor das participações nessas empresas deve ser anulado, para evitar duplicidade dos saldos. Dessa forma, até o exercício de 2012, o Estado utilizava conta redutora para anular o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial realizado nos investimentos nas empresas estatais dependentes, para fins de consolidação das demonstrações contábeis. Contudo, com a implantação do novo PCASP essas participações foram identificadas no 5º nível do plano de contas, identificado pelo código "2" – intra, que representa uma operação entre unidades integrantes do mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

R\$ Milhares  
31/12/2013

Discriminação	Participações Societárias		Adiantamento para Aumento de Capital	TOTAL
	Método da Equivalência Patrimonial	Método de Custo		
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN	772.246		25.382	797.628
SC Parcerias	253.866		373.482	627.348
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	414.240			414.240
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE	657.941			657.941
Companhia do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	415.438	8.896		424.334
Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC	232.385			232.385
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC	4.452		3.000	7.452
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC - EPAGRI	6.172	65		6.237
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA	5.869			5.869
Companhia de Distritos Industriais de SC - CODISC	2.172	6		2.177
Oi S.A.		148		148
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL		71		71
Banco do Estado de Santa Catarina - BESC		32		32
Cia Hidromineral Piratuba - HIDROPIRATUBA		22		22
Telecomunicações de Santa Catarina S/C - TELESC		11		11
Telenorte Celular Participações S/A		9		9
Blumenautur Empreendimentos Turísticos S/A		6		6
Indústria Carboquímica Catarinense S/A		1		1
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC - CIDASC	4.376			4.376
Monte Castelo Ind. Erva Mate Ltda	2			2
Santa Catarina Turismo S/A - SANTUR	117			117
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB	9.995			9.995
<b>TOTAL</b>	<b>2.779.270</b>	<b>9.266</b>	<b>401.864</b>	<b>3.190.399</b>

3 EPAGRI, SANTUR, COHAB e CIDASC.

### Adiantamento para Aumento de Capital

O Adiantamento para aumento de capital da SC Participações e Parcerias S/A está registrado no FADESC<sup>4</sup> (R\$ 373 milhões). Na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado está registrado o aumento de capital da CASAN (R\$ 25 milhões) e do CIASC (R\$ 3 milhões).

## 13. IMOBILIZADO

R\$ Milhares

<b>31/12/2013</b>			
<b>TÍTULOS</b>	<b>Custo corrigido</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.812.361</b>	<b>(270.229)</b>	<b>1.542.132</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	714.168	(113.316)	600.853
Equipamentos de Tecnologia da Informação	188.790	(27.027)	161.763
Móveis e Utensílios	335.023	(31.959)	303.064
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	129.311	(1.114)	128.197
Veículos	407.371	(91.548)	315.823
Armamentos	27.965	(1.686)	26.279
Demais Bens Móveis	9.733	(3.578)	6.155
<b>Bens Imóveis</b>	<b>3.920.352</b>	<b>(30.201)</b>	<b>3.890.151</b>
Bens de Uso Especial	1.921.314	(22.492)	1.898.821
Bens de Uso Comum do Povo	164.293	-	164.293
Bens Imóveis em Andamento	1.553.642	-	1.553.642
Instalações	53.574	(2.901)	50.674
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	5.063	(1.650)	3.413
Demais Bens Imóveis	222.466	(3.158)	219.309
<b>TOTAL</b>	<b>5.732.714</b>	<b>(300.430)</b>	<b>5.432.284</b>

Os principais critérios de avaliação patrimonial, adotados pelo Estado de Santa Catarina no âmbito do Poder Executivo são, o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares, tratando-se de reconhecimento; e tratando-se de ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

A evolução dos saldos consolidados das contas de bens móveis e imóveis do Estado é apresentada na tabela a seguir:

R\$ Milhares

<b>Conta</b>	<b>Saldo</b>			
	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>
Bens Móveis	1.414.362	1.659.946	1.577.734	1.812.361
Bens Imóveis	1.832.387	2.605.705	3.275.688	3.920.352

<sup>4</sup> Decreto Estadual n.º 704/2007, art. 14, § 2º. Ver também Notas Explicativas 20 e 21.

### Bases para a avaliação inicial, reavaliação e avaliadores

As bases para a avaliação inicial (reavaliação inicial) de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n.º 001/2011 e seus anexos, a qual previa que, até o encerramento de 2013, os seguintes bens deveriam ser mensurados:

Grupos	Título	Prazo Máximo
5	Mobiliário em geral	2013
6	Bens móveis não especificados nos itens	2013

Fonte: IN Conjunta SEA/SEF n.º 001/2011 (Anexo I)

A evolução do trabalho de reavaliação é sintetizada na tabela a seguir:

Situação da Reavaliação	Prazo para Reavaliação dos Bens					
	2011		2012		2013	
	Número de unidades	%	Número de unidades	%	Número de unidades	%
Iniciada/concluída	49	60,49%	39	48,15%	42	51,85%
Não iniciada	26	32,10%	26	32,10%	26	32,10%
Unidade não possui bens	6	7,41%	16	19,75%	13	16,05%
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>100,00%</b>	<b>81</b>	<b>100,00%</b>	<b>81</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Gerência de Bens Móveis/Secretaria de Estado da Administração

As bases para a avaliação inicial, reavaliação aumentativa ou diminutiva dos imóveis do Poder Executivo constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o art. 4º do Decreto n. 3.486/2010.

No exercício de 2013, foram reavaliados 658 imóveis de um total de 724 previamente mapeados para serem submetidos a procedimentos de mensuração no período, sendo 500 inicialmente previstos para o referido exercício e 158 relativos a bens que não puderam ser reavaliados no exercício de 2012. O registro contábil correspondente deverá ocorrer, excepcionalmente, em 2014, considerando-se problemas relacionados à consistência dos relatórios encaminhados pela DGPA/SEA para registro pela contabilidade.

Para a Administração Indireta, foi editada a Instrução Normativa n. 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e fundações.

### Depreciação

R\$ Milhares

Bens Móveis - Depreciação Acumulada			
Tipo de Consolidação	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013
Administração Direta	15.003	73.003	135.559
Autarquias	5.050	9.856	15.642
Fundações	6.076	11.257	21.204
Fundos Especiais	2.534	5.183	9.935
Empresas Dependentes	77.888	78.592	87.889
Consolidado Geral	106.551	177.891	270.229

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Considerando a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados (os cálculos se prolongavam por 3 dias, segundo a empresa de processamento de dados do Estado, antes da adoção desse valor de corte, passando a 3 horas após sua adoção), o Poder Executivo considera que atende ao disposto no item QC 35 (equilíbrio entre custo e benefício) da Resolução CFC n. 1.374, de 8 de dezembro de 2011.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir:

<b>Item Depreciado</b>	<b>Parâmetro</b>
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	» Reavaliados segundo cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n. 001/2011. » Vida útil definida no laudo da reavaliação.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	» Método das cotas constantes. » Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF 162/1998.

A política para a depreciação de bens imóveis dos órgãos e entidades do Poder Executivo (exceto as empresas, que devem observância à legislação própria) está de acordo com o estabelecido nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

R\$ Milhares

<b>Bens Imóveis - Depreciação Acumulada</b>			
<b>Tipo de Consolidação</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2013</b>
Administração Direta	2.261	22	297
Autarquias	26	49	71
Fundos Especiais		1.190	1.190
Fundações			47
Empresas Dependentes	26.319	26.945	28.595
Tribunal de Justiça			274
Consolidado Geral	28.606	28.207	30.201

### **Bens de Infraestrutura**

Os critérios e procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho, composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF n.º 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC n.º 1.437, de 22 de março de 2013, e na Portaria STN/MF n.º 437, de 12 de julho de 2012, alterada pela Portaria STN n.º 753, de 21 de dezembro de 2012.

Em 2013 foram reconhecidos os bens de infraestrutura (novas construções e restaurações significativas) concluídos tanto no ano de 2012, quanto no de 2013. Três tipos de obras de infraestrutura foram registradas na contabilidade: pontes, barragens, rodovias e estradas, conforme detalhamento seguinte:

R\$

<b>Contas de registro</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>Incorporações em 2013</b>	<b>Saldo em 31/12/2013</b>
1.2.3.2.1.03.01.00 – Rodovias e estradas	120.953.095,63	33.626.592,83	154.579.688,46
1.2.3.2.1.03.03.00 – Pontes	38.387,59	9.203.309,81	9.241.697,40
1.2.3.2.1.03.05.00 – Barragens	0,00	471.969,98	471.969,98
<b>TOTAL</b>	<b>120.991.483,22</b>	<b>43.301.872,62</b>	<b>164.293.355,84</b>

Fonte: contabilidade do DEINFRA

### Contabilização

A Diretoria de Contabilidade Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda, optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes de seu patrimônio (ou reavaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e baixas posteriores desses bens foi nulo, em decorrência dessa opção. A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA) ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), seguindo a orientação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Em 2013, as reavaliações reduziram o resultado do exercício em R\$ 4,146 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir:

<b>Conta</b>	<b>Valor</b>
VPD 3.6.1.2.1.01 Redução a Valor Recuperável de Bens Móveis	(6.434)
VPA 4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis	2.288
<b>TOTAL</b>	<b>(4.146)</b>

R\$ Milhares

### Empresas públicas

As empresas públicas<sup>5</sup> do Estado estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado.

### Demais Poderes e Ministério Público

O Tribunal de Justiça (Poder Judiciário), a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do Estado (Poder Legislativo) e o Ministério Público devem observância às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, bem como às demais normas relativas aos procedimentos discutidos ao longo desta nota explicativa. Contudo, essas entidades não estão sujeitas às disposições do Decreto n. 3.486/2010 e da IN Conjunta SEA/SEF n. 001/2011, tendo em vista sua autonomia constitucional.

Nesse sentido, observa-se que o Tribunal de Justiça registrou a depreciação de bens relativa ao exercício de 2010, no montante de R\$ 346.253,40 (documento 2012NL007620) à conta de Ajuste de Exercícios Anteriores. Esse procedimento está aderente ao adotado pelo Poder Executivo Estadual e pela União. Não houve registros relacionados à matéria nas demais entidades.

<sup>5</sup> Empresa de Pesquisa e Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Santa Catarina Turismo (SANTUR) e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB).

## 14. INTANGÍVEL

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013		
	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido
Softwares	60.822	(5.869)	54.953
Softwares em Desenvolvimento	51.710	-	51.710
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	248	(24)	225
<b>TOTAL</b>	<b>112.780</b>	<b>(5.892)</b>	<b>106.887</b>

Os bens intangíveis do Estado compreendem, especialmente – mas não exclusivamente –, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas desta unidade da Federação. As tabelas a seguir apresentam uma relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento, em algumas unidades do Poder Executivo (apenas valores materiais são apresentados).

### Softwares registrados em algumas unidades gestoras

R\$

Unidade	Descrição	Valor
<b>EPAGRI</b>	Microsoft Office Home & Business 2013	122.210,00
	Sistema SIG@LIVRE	164.643,75
	Office 2010 (licença)	161.633,88
	Software Office STD 2010 SNGL MVL SEL D	218.649,60
	Software Office STD 2007 SNGL MVL	410.211,84
<b>UDESC</b>	VOLARE – Elaboração de Projetos e Acompanhamento de Obras	26.972,00
<b>DEINFRA</b>	ACT - Sistema de Acidentes de Trânsito	1.732.388,85
	CCO - Sistema de Contratos de Consultoria, Fiscalização	1.220.287,75
	SCO - Sistema de Custos e Orçamentos Rodoviários	1.340.817,40
	SGF - Sistema de Gerenciamento Financeiro	3.299.274,30
	SICOP - Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas	3.766.401,65
	SQM - Sistema de Quantitativos e Medições	1.958.456,90
	SPJ - Sistema de Gestão de Processos Jurídicos*	1.440.774,55
<b>SEF</b>	SAT – Sistema de Administração Tributária	9.272.523,96
<b>FEF</b>	Licenças Oracle	6.910.205,32
<b>PGE</b>	PGE-Net – Processo Eletrônico	3.837.931,03

Fonte: Unidade contábil de cada Unidade Gestora

\*Será registrado na contabilidade em janeiro/2014.

### Softwares em desenvolvimento registrados em algumas unidades gestoras

Unidade	Descrição	Valor
EPAGRI	CREDIAGRI – Sistema de Crédito Agrícola	107.628,05
	MULTIAGRI – Módulo Informatizado de Gestão Organizacional	166.490,63
	SAFI – Sistema de Administração Financeira	184.470,00
	SEPLAN – Sistema de Planejamento	45.489,00
UDESC	SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica	871.355,05
	SAPI – Sistema de Avaliação de Produção Institucional	14.800,00
FEF	SIGEF – Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal	12.703.888,22
FEF	SAT – Sistema de Administração Tributária	1.746.540,31
FAPESC	Plataforma FAPESC	1.680.598,05
SEA	SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos	12.892.823,47
	SGPE – Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico	12.515.888,49
	DOESC – Diário Oficial Eletrônico	1.984.500,00

Fonte: Unidade contábil de cada Unidade Gestora

Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de desenvolvimento e respectivos aditivos, ou pelo custo estimado de reposição (PGE-Net e Softwares do DEINFRA), e não estão sujeitos à amortização, dado que não foi possível estimar sua vida útil, observando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e na Nota Técnica n. 001/2011, item 35.

A evolução do saldo das contas de softwares e softwares em desenvolvimento, de 2010 até 2013, é apresentada na tabela a seguir:

### Evolução de Saldo das Contas *Softwares* e *Softwares em Desenvolvimento*

R\$

	<i>Softwares</i>	<i>Softwares em Desenvolvimento</i>	TOTAL
<b>Saldo em 1/1/2010</b>	-	-	-
Adições	10.193.385,98	8.694.889,11	18.888.275,09
Baixas	-	389.587,56	389.587,56
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>10.193.385,98</b>	<b>8.305.301,55</b>	<b>18.498.687,53</b>
Adições	8.382,60	24.385.364,59	24.393.747,19
Baixas	-	274.875,86	274.875,86
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>10.201.768,58</b>	<b>32.415.790,28</b>	<b>42.617.558,86</b>
Adições	31.363.243,37	12.919.190,00	44.282.433,37
Baixas	20.150,00	2.704.583,35	2.724.733,35
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>50.784.356,81*</b>	<b>42.630.396,93</b>	<b>93.414.753,74*</b>
Adições	17.617.690,54	10.181.652,37	27.799.342,91
Baixas	7.580.167,64	1.102.499,29	8.682.666,93
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>60.821.879,71</b>	<b>51.709.550,01</b>	<b>112.531.429,72</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

\*O saldo em 31/12/2012 corresponde a um ajuste decorrente da transferência de valores da conta 1.4.2.3.3.00.00.00 – Softwares, à época classificada no ativo imobilizado.

Ao analisar a evolução dos saldos das contas do ano de 2010 ao ano de 2013, observa-se um incremento na ordem de 508% no somatório do saldo das contas de Softwares e de Softwares em Desenvolvimento, o que demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.

### Reavaliação

Os intangíveis estão sujeitos aos procedimentos de avaliação inicial, reavaliação ou redução ao valor recuperável. Até o momento, foram realizados procedimentos relativos ao reconhecimento de softwares, seja daqueles novos, seja daqueles que estavam em operação e passaram por avaliação.

## 15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013		
	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Pessoal a Pagar	64.865	210.163	275.027
Férias	16.309	-	16.309
Décimo Terceiro Salário	-	-	-
Licença – Prêmio	624	-	624
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	27.911	-	27.911
Precatórios de Pessoal - Antes de 05/05/2000	242	2.443	2.686
Precatórios de Pessoal - a Partir de 05/05/2000	19.586	207.719	227.306
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	192	-	192
Benefícios Previdenciários a Pagar	2.698	193.445	196.142
Precatórios de Benefícios Previdenciários - a Partir de 05/05/2000	2.698	193.445	196.142
Encargos Sociais a Pagar	76.816	434.245	511.061
Entidades de Previdência Privada e Complementar	7.962	-	7.962
Contribuição a Regime Próprio de Previdência	12.809	48.191	61.001
INSS a Pagar	55.789	386.054	441.843
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	255	-	255
<b>TOTAL</b>	<b>144.379</b>	<b>837.853</b>	<b>982.231</b>

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013		
	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Internos	468.451	10.383.303	10.851.754
Externos	101.814	2.277.379	2.379.193
<b>TOTAL</b>	<b>570.265</b>	<b>12.660.682</b>	<b>13.230.947</b>

## Internos

R\$ Milhares	
<b>AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)</b>	<b>2013</b>
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF	10.952
Contrato de 31/03/98 - Lei n. 10.637 de 23.12.97	10.952
BANCO DO BRASIL S/A	8.687.281
Contrato de 31/10/95 - IPESC - Lei n. 8.727 de 05/11/93	2.036
Contrato de 10/11/98 - COHAB - Lei n. 8.727 de 05/11/93	35.669
Contrato de 21/02/94 - GOVERNO - Lei n. 8.727 de 05/11/93	15.800
Contrato de 31/03/98 - 012/98/STN/COAFI - Lei n. 9.496 de 11/09/97	8.564.795
Contrato de 21/01/98 - DMLP - Lei n. 10.542 de 30/09/97	37.520
Contrato de 22/10/09 - PFE-I - Lei n. 14.500 de 13/08/08	31.462
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES	2.153.308
Contrato de 11/09/09 - PMAE - Lei n. 14.500 de 13/08/08	6.108
Contrato de 22/10/09 - PEF II - Lei n. 14.500 de 13/08/08	62.206
Contrato de 13/08/10 - CASAN/PAC - Lei n. 15.255 de 05/08/10 e Lei n. 14.436 de 21/05/08	87.279
Contrato de 15/12/2011 - Sistema Transporte Joinville - Lei n.14.031 de 22/06/07	16.520
Contrato de 21/11/2012 - Caminhos do Desenvolvimento Lei n. 15.830 de 30/05/12	206.647
Contrato de 04/04/2013 - Acelera Santa Catarina Lei n. 15.903 de 20/12/2012	1.555.747
Contrato de 18/07/2013 - Prevenção de Desastres Naturais Lei n. 15.941 de 21/12/2012	218.800
FORNECEDORES	213
Contrato de Fornecimento de Equipamentos e Prestação de Serviços n. 044/2012	213
<b>TOTAL</b>	<b>10.851.754</b>

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

## Externos

R\$ Milhares	
<b>AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMERO E DATA)</b>	<b>2013</b>
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 1390/OC/BR-ROF: TA154202	
Contrato assinado em 09.05.2002 - Lei n. 11.830 DE 10 de Julho de 2002	224.158
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 4660 BR - ROF: 232598	
Contrato assinado em 10.05.2002 - Lei n. 12.007 DE 09 de Novembro de 2001	51.490
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2171/OC/BR	
Contrato assinado em 09.04.2010 - Lei n.14.532, de 06 de Novembro de 2008	114.468
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2172/OC/BR	
Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	34.128
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO – CAF	
Contrato assinado em 01.09.2010 - Lei n.14.529, de 28 de Outubro de 2008	76.271
BANCO INTERN.P/RECONST. E DESENV. - BIRD 7952-BR-RURAL	
Contrato assinado em 30.09.2010- Lei n.º 14.962 de 03 de Dezembro de 2009	61.511
BANK OF AMERICA - BAML TA 634758	
Contrato assinado em 27.12.12- Lei n.º 15.881 de 10 de Agosto de 2012	1.701.762
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID 2900	
Contrato assinado em 09.01.13- Lei n.º 14.532 de 06 de Novembro de 2008	115.405
<b>TOTAL</b>	<b>2.379.193</b>

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública - SEF

O valor total a captar das operações internas é de R\$ 4,79 bilhões. Desse total 41% representam recursos a liberar contratados com o BNDES. A diferença (59%) refere-se aos valores dos financiamentos contratados em julho e novembro/2013 com o Banco do Brasil. Já o valor total a captar das operações externas é de US\$ 279,910 milhões, divididas em BID, BIRD e CAF.

Destaque para a assinatura dos contratos com o BID (“BID VI – Rodovias”), em 09/01/2013, no valor de US\$ 250 milhões e com o BNDES (“Programa Acelera Santa Catarina”), em 04/04/2013, no valor de R\$ 3 bilhões, assim como para os dois contratos com o BANCO DO BRASIL, assinados em 18/07/2013 (“Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais”) e 27/11/2013 (“Pacto por Santa Catarina”) nos valores de R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, respectivamente.

O contrato assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), intitulado de Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI, é o maior já realizado entre o Estado e a instituição para o financiamento de ampliações e melhoramentos na infraestrutura rodoviária do Estado. Os recursos serão investidos na implantação, pavimentação e reabilitação das rodovias estaduais.

Desde 1980, já foram celebrados entre o Estado e o BID seis contratos de financiamento parcial para a execução de programas de investimentos na infraestrutura rodoviária, denominados abreviadamente de BID I, BID II, BID III, BID IV, BID V e agora o BID VI.

Do total dos recursos do Programa BNDES - Acelera Santa Catarina, um volume expressivo (R\$ 1.179 milhões) foi utilizado para o pagamento integral de empréstimo anteriormente concedido ao Estado pelo BNDES, denominado BNDES/CELESC (R\$ 979 milhões) e para aumento de capital no BRDE (R\$ 200 milhões). O restante dos recursos (R\$ 1.820 milhões) será destinado a projetos nas áreas de infraestrutura social, econômica e ambiental. O programa inclui a recuperação da Ponte Hercílio Luz e investimentos em pavimentação e restauração de rodovias. Contempla, ainda, a construção de policlínicas, melhorias em vários hospitais e ampliação e reformas de escolas da rede estadual. Nas áreas de segurança pública e assistência social, o financiamento contemplará as seguintes ações: construção de um complexo de segurança pública, aquisição de equipamentos para a polícia e para os bombeiros, construção de centros de atendimento socioeducativo, construção de centros para assistência social, implantação de rede de equipamentos públicos de apoio à produção e para o abastecimento e consumo de alimentos.

A operação com o Banco do Brasil, no montante de R\$ 1.056 milhões, abrange investimentos na execução de obras de implantação, adequação e ampliação da capacidade de rodovias estaduais e obras para aumentar a capacidade de operação do Porto de São Francisco do Sul. Contempla, ainda, investimentos em projetos para a prevenção de desastres naturais na Bacia do Rio Itajaí (estudos, licenciamento, custos de desapropriações e aquisição de equipamentos) e projetos estruturantes nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Cidadania e Segurança Pública.

O segundo financiamento assinado com o Banco do Brasil (R\$ 2 bilhões) visa garantir a continuidade das ações do Pacto por Santa Catarina com investimentos previstos na melhoria da malha rodoviária, construção de novas unidades no sistema penitenciário, investimentos na segurança pública, construção de barragens para contenção de cheias, ampliação de unidades hospitalares e investimentos na área de turismo de eventos.

Maiores detalhes sobre os contratos listados são encontrados no Relatório da Diretoria da Captação de Recursos e da Dívida Pública – DICD 2013, parte integrante do Volume II deste Balanço Geral.

## 17. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

R\$ Milhares

31/12/2013			
TÍTULOS	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	77.166	-	77.166
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	-	42	42
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Antes de 05/05/2000	1.856	18.505	20.361
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - a Partir de 05/05/2000	128.084	1.289.160	1.417.244
<b>TOTAL</b>	<b>207.106</b>	<b>1.307.708</b>	<b>1.514.814</b>

## 18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

R\$ Milhares

31/12/2013			
TÍTULOS	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Tributos Renegociados	9.664	241.185	250.849
Demais Obrigações Fiscais	826	15	841
<b>TOTAL</b>	<b>10.490</b>	<b>241.200</b>	<b>251.690</b>

## 19. PROVISÕES

R\$ Milhares

31/12/2013			
TÍTULOS	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Provisão para Riscos Trabalhistas	12.219	8.991	21.211
Provisão para Riscos Cíveis	3.319	1.499	4.818
Provisão para Riscos Fiscais	-	34.456	34.456
Provisão para Repartição de Créditos	543.003	-	543.003
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	333.875	333.875
Outras Provisões	52.533	-	52.533
<b>TOTAL</b>	<b>611.074</b>	<b>378.821</b>	<b>989.896</b>

### Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo, conforme descrito na nota explicativa n.º 5.

R\$

<b>Impostos</b>	<b>Transferências ao Fundeb</b>	<b>Transferências aos Municípios</b>
ICMS	171.923.437,11	286.539.061,86
IPVA	12.678.713,41	63.393.567,06
ITCMD	8.468.353,01	-
<b>TOTAL 2013</b>	<b>193.070.503,53</b>	<b>349.932.628,92</b>

### Provisão Matemáticas Previdenciárias

R\$ Milhares

<b>TÍTULOS</b>	<b>31/12/2013</b>		
	<b>Plano Financeiro</b>	<b>Plano Previdenc.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Provisões para Benefícios Concedidos:</b>			
Aposentadoria/Pensões/ Outros Benefícios	81.695.023	632	81.695.655
Contribuições dos Inativos	(2.392.922)	-	(2.392.922)
Contribuições dos Pensionistas	(744.730)	(0)	(744.730)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(78.502.100)	-	(78.502.100)
	<b>55.271</b>	<b>632</b>	<b>55.903</b>
<b>Provisões para Benefícios a Conceder:</b>			
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios	111.660.655	5.984.993	117.645.648
Contribuições do Ente	(7.252.571)	(2.870.595)	(10.123.167)
Contribuições dos Ativos	(8.028.437)	(3.292.932)	(11.321.369)
Compensação Previdenciária	(2.191.145)	(27.550)	(2.218.695)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(94.188.501)	-	(94.188.501)
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano	-	484.056	484.056
	<b>0</b>	<b>277.972</b>	<b>277.972</b>
<b>TOTAL</b>	<b>55.271</b>	<b>278.604</b>	<b>333.875</b>

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2013 foi realizada pela empresa Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

Em relação aos critérios, hipóteses e premissas adotadas nessa avaliação atuarial, destacou-se os seguintes pontos:

- não foi considerada, para efeito de cálculo, a compensação previdenciária recebida pelo RPPS referente aos atuais beneficiários;
- a taxa de juros atuarial aplicada nos cálculos, de 6% ao ano atende ao limite máximo imposto pela Portaria do Ministério da Previdência Social (MPS) n.º 403, de 10/12/2009;
- a taxa de crescimento de remunerações de ativos apurada pelo estudo estatístico em relação à idade dos servidores apontou um crescimento real médio de 2,42% ao ano;
- nesta avaliação adotamos taxa de crescimento real de proventos de aposentadoria e pensão de 1,42% ao ano;

e) a não aplicação de rotatividade para o grupo de servidores ativos vinculados ao RPPS justifica-se pela não adoção do critério de compensação previdenciária do mesmo em favor do RGPS (INSS), fato este que serviria para anular os efeitos da aplicação desta hipótese;

f) para cálculo das receitas e despesas futuras, não foram considerados os efeitos de inflação;

g) para efeito de recomposição salarial e de benefícios, utilizou-se a hipótese de reposição integral dos futuros índices de inflação, o que representa o permanente poder aquisitivo das remunerações do servidor (fator de capacidade = 1);

h) foi utilizada hipótese de reposição integral da massa de servidores ativos (1:1).

Na avaliação atuarial de 2013, a cobertura da insuficiência financeira foi de R\$ 172,691 milhões (R\$ 133,519 milhões em 2012).

## 20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

R\$ Milhares

TÍTULOS	31/12/2013		
	Circulante	Não-circulante	TOTAL
Adiantamentos de Clientes	70.243	247.329	317.573
Dividendos a Pagar	1.104	-	1.104
Consignações	7.643	-	7.643
Garantias	7.868	-	7.868
Depósitos Judiciais	3.401.770	-	3.401.770
Depósitos	241.743	-	241.743
Limite de Saque	1.324.899	-	1.324.899
Outras Obrigações	139.286	273.836	413.121
<b>TOTAL</b>	<b>5.194.557</b>	<b>521.165</b>	<b>5.715.722</b>

### Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela prestação de serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual.

### Depósitos

Dentre os valores registrados nesta rubrica destacam-se os valores recebidos pelo FADESC referentes ao PRODEC<sup>6</sup>.

Conforme previsto na legislação<sup>7</sup> os valores recolhidos ao FADESC poderão ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contra-partida de recursos oriundos do governo federal ou repassados à SC Parcerias S.A.

Até 2011, os valores repassados à SC Parcerias S.A. eram registrados no passivo financeiro do FADESC até o registro da receita orçamentária, o que ocorre somente ao final do contrato de mútuo<sup>8</sup>, o que resultava em déficit financeiro da fonte de recursos 9.9.99 – Fonte Extraorçamentária<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Lei Estadual n.º 13.342/2005 e alterações.

<sup>7</sup> Decreto Estadual n.º 704/2007, art. 14, §2º.

<sup>8</sup> Lei Estadual n.º 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

<sup>9</sup> Ressalva número 05 – Fonte de recurso com elevado déficit financeiro no julgamento das contas do governo de 2011.

No entanto, embora a legislação obrigue o registro da receita orçamentária somente ao final do contrato de mútuo, houve o diferimento do reconhecimento de uma receita, tanto sob o enfoque orçamentário, quanto sob o enfoque patrimonial.

Diferir o reconhecimento de uma receita, significa dizer que houve o fato gerador da receita, que sob a ótica orçamentária é a arrecadação (art. 35, inciso I, da lei 4.320/64) e sob a teoria patrimonialista seria o fato gerador do tributo, mas que, por previsão legal, não foi feito o seu reconhecimento.

Dessa forma, em 2013 está reconhecida uma receita diferida (nota 21) no montante de R\$ 375 milhões (R\$ 336 milhões).

## 21. RESULTADO DIFERIDO

Registra-se nesta rubrica o diferimento da receita orçamentária dos valores repassados pelo FADESC à SC PARCERIAS<sup>10</sup> (nota 20). Ao final do contrato de mútuo, as receitas diferidas serão registradas como receita orçamentária, conforme estabelecido na legislação<sup>11</sup>.

## 22. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2013, substancialmente, em função de:

- » reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis e imóveis, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual n.º 3.486, de 03 de setembro de 2010;
- » mudança de critério contábil, tendo em vista que foi adotado, a partir de 2013, o regime de competência para receitas e despesas em função da convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; e
- » ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas Empresas Estatais Dependentes.

De acordo com as normas internacionais, o aumento do valor contábil de uma classe do ativo em virtude de reavaliação deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação. Entretanto, se o aumento decorrer de reversão de decréscimo por reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado, deve-se reconhecê-lo no resultado e não levá-lo à reserva de reavaliação.

A Diretoria de Contabilidade Geral optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial à conta de ajuste de exercícios anteriores.

## 23. RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

TÍTULOS	31/12/2012	31/12/2013
<b>Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei 10.168</b>	<b>2.320.317</b>	<b>1.782.326</b>
<b>Sentenças Judiciais Passivas em Trâmite</b>	<b>5.347.174</b>	<b>6.192.152</b>
INVESC	3.918.626	4.703.241
DEINFRA	1.417.935	1.437.988
UDESC	10.613	10.282
EPAGRI		40.640
<b>Dívida com a CELESC</b>	<b>32.903</b>	<b>32.903</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.700.395</b>	<b>8.007.381</b>

<sup>10</sup> Decreto Estadual n.º 704/2007, art. 14, §2º.

<sup>11</sup> Lei Estadual n.º 13.342/2005, art. 9º, § 2º.

## LFTSC

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996, com amparo na Lei n.º 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados. As LFTSC eram movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC e foram retiradas de custódia pela CETIP em 06/2000. As LFTSC não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual há litígios judiciais de 239.855 Letras.

## INVESC

No ano de 1995 foram captados pela Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) R\$ 104,22 milhões, pela emissão de 10.000 debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000, e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial n.º 023.00.005707-2 - PLANNER Corretora de Valores S/A X INVESC).

## CELESC

Trata-se de dívida que a CELESC cobra do Estado, relativa ao período de novembro de 1985 à dezembro de 2007, conforme Processo PSEF 97521/043. Em dezembro de 2010 foi reclassificado parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida conforme protocolo de intenções ECP03/88 (PSEF 97521/043, PSEF 93345/097, SEF 198457/098, SEF 64127/958, SEPF 64696/952, SEF 40207/2010 e PSEF 88046/095).

## DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, nestas, enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403 (R\$ 72,154 milhões).

## UDESC

Tratam-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino à distância sendo, na sua maioria, pagos por meio de RPV.

## EPAGRI

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade no mês de dezembro de 2013.

No volume II desta Prestação de Contas Anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e passivos contingentes.

## 24. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (DFC)

A disponibilidade da Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa é o equivalente aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do tesouro que são contabilizados como arrecadação indireta.

Na elaboração da DFC do exercício de 2013, na intenção de convergir ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), foi excluído do valor da disponibilidade o total da fonte 9.9.99 (fonte extraorçamentária). Tal fonte, representa as entradas compensatórias de caixa e equivalentes de caixa, portanto, não representa fonte de financiamento das atividades estatais.



# Análise das Demonstrações Contábeis





## ANÁLISE

Para uma melhor análise das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral, são apresentados, a seguir, conceitos constantes na literatura que permitirão uma compreensão mais detalhada das Demonstrações Contábeis apresentadas neste Balanço Geral.

**Balanço Patrimonial** – estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

**Ativo** – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

**Passivo** – compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.

**Patrimônio Líquido** – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

**Ativo Circulante** – Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

**Ativo Não-circulante** – Compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

**Passivo Circulante** – Compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

**Passivo Não-circulante** – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

**Ativo Financeiro** – Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

**Passivo Financeiro** – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

**Ativo Permanente** – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa, conforme a Lei 4.320/64.

**Passivo Permanente** – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate, conforme a Lei 4.320/64.

**Balanço Orçamentário** – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

**Balanço Financeiro** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

**Demonstração das Variações Patrimoniais** – evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa** – tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não-circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente no mesmo; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

## 1. INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL

### Situação financeira

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Situação Financeira <sup>1</sup>	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	1,45	2%	1,48	2%	1,51	4%	1,57	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro. = 1 Equilíbrio da Situação Financeira > 1 Existência de Superávit Financeiro < 1 Existência de Déficit Financeiro <u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor

**Nota<sup>1</sup>:** No ativo financeiro foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3) e Investimentos e Aplicações Temporárias (nota 9). No passivo financeiro foi excluído o saldo da rubrica limite de saque (nota 20), pois não se configura dívida.

### Liquidez

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Liquidez Corrente	Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante	1,28	2%	1,30	-5%	1,23	23%	1,51	Indica quanto o Estado possui de dinheiro mais bens e direitos realizáveis no próximo exercício financeiro, comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. = 1 indica equilíbrio de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo > 1 indica sobra de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo < 1 indica falta de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo <u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor

## Endividamento

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Composição do Endividamento <sup>1</sup>	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-circulante}}$	0,18	17%	0,21	48%	0,31	0%	0,31	Demonstra quanto da dívida do Estado é exigível no próximo exercício financeiro. = 1 indica que a totalidade da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro < 1 indica quanto da dívida realizar-se-á no próximo exercício financeiro <u>Conclusão:</u> quanto menor melhor
Endividamento Oneroso sobre Ativo Total <sup>2</sup>	$\frac{\text{Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$	0,96	-15%	0,82	-12%	0,72	-6%	0,68	Indica quanto do ativo total do Estado está comprometido com dívidas onerosas mantidas junto a Instituições Financeiras = 1 indica que a totalidade dos ativos do Estado estão comprometidos com dívidas onerosas > 1 indica que as dívidas onerosas ultrapassam os ativos do Estado < 1 indica que parcela dos ativos do Estado está comprometida com dívidas onerosas <u>Conclusão:</u> quanto menor melhor
Dívida Onerosa Líquida <sup>3</sup>	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo}}$	0,31	29%	0,40	2%	0,41	45%	0,59	Indica quanto o Estado possui em dinheiro mais aplicações financeiras para fazer face a sua dívida onerosa. = 1 indica equilíbrio de disponibilidades para honrar a dívida onerosa >1 indica sobra de disponibilidades para honrar a dívida onerosa < 1 indica falta de disponibilidades para honrar a dívida honerosa <u>Conclusão:</u> quanto maior melhor

**Nota:** <sup>1</sup> Foi excluída a rubrica limite de saque (nota 20), pois não se configura dívida.

<sup>2</sup> No Ativo foi retirado o saldo da rubrica limite de saque (nota 3), pois equivale ao saldo da conta única.

<sup>3</sup> No Disponível foram consideradas as rubricas Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3) e Investimentos e Aplicações Temporárias (nota 9).

## 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Execução da Receita	Receita Executada ÷ Receita Prevista	0,98	4%	1,02	2%	1,04	-2%	1,02	Indicador permite avaliar a precisão do orçamento = 1 Receita executada é igual à prevista > 1 A diferença representa excesso de arrecadação < 1 Arrecadação menor do que o previsto <u>Conclusão:</u> quanto maior do que 1 melhor
Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada ÷ Receita Prevista	1,00	0%	1,00	0%	1,00	0%	1,00	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista constante na LOA. = 1 Há equilíbrio orçamentário. > 1 A diferença representa o montante de créditos adicionais abertos. < 1 A lei de orçamento pode ter sido aprovada com superávit e não com equilíbrio. <u>Conclusão:</u> ideal é igual a 1
Execução da Despesa	Despesa Executada ÷ Dotação Atualizada	0,85	-1%	0,84	2%	0,86	-3%	0,84	Avalia a eficácia do orçamento no tocante à fixação da despesa. = 1 Equilíbrio na execução da despesa. > 1 Utilização da dotação sem autorização legal < 1 Economia orçamentária <u>Conclusão:</u> quanto menor de 1 melhor
Resultado Orçamentário	Receita Executada ÷ Despesa Executada	1,00	2%	1,02	-9%	0,93	10%	1,02	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit orçamentário. = 1 Equilíbrio do resultado orçamentário > 1 Superávit orçamentário na execução < 1 Déficit orçamentário na execução <u>Conclusão:</u> quanto maior melhor
Execução Orçamentária Corrente	Receita Corrente ÷ Despesa Corrente	1,13	0%	1,13	-9%	1,03	5%	1,08	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar-se de receita de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária corrente > 1 Existência de Superávit orçamentário corrente < 1 Existência de Déficit orçamentário corrente, indicando que haverá necessidade de se utilizar receita de capital para supri-la dos recursos necessários. <u>Conclusão:</u> quanto maior melhor
Execução Orçamentária de Capital	Receita de Capital ÷ Despesa de Capital	0,08	25%	0,10	580%	0,68	4%	0,71	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital. = 1 Equilíbrio da execução orçamentária de capital > 1 Existência de Superávit orçamentário de capital, demonstrando ter havido alienação de bens e valores e, portanto, diminuição do patrimônio, ou operação de crédito. < 1 Existência de Déficit orçamentário de capital, indicando que houve utilização de receita corrente para cobertura de despesa de capital. <u>Conclusão:</u> ideal é igual ou maior que 1.

### 3. ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Financeiro Real da Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$	1,02	3%	1,05	-5%	1,00	6%	1,06	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit na execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também para as despesas.</p> <p>= 1 Equilíbrio da execução orçamentária e financeira, considerando regime de caixa também para despesa.</p> <p>&gt; 1 Existência de superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa.</p> <p>&lt; 1 Existência de déficit orçamentário na execução e movimentação financeira, considerando regime de caixa também para despesa.</p> <p><u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.</p>
Execução Extra-Orçamentária	$\frac{\text{Receita Extra-orçamentária}}{\text{Despesa Extra-orçamentária}}$	1,00	1%	1,01	-1%	1,00	10%	1,10	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit extra-orçamentário.</p> <p>= 1 Equilíbrio da execução extra-orçamentária</p> <p>&gt; 1 Existência de Superávit extra-orçamentária</p> <p>&lt; 1 Existência de Déficit extra-orçamentária</p> <p><u>Conclusão:</u> ideal é igual a 1</p>
Resultado dos Saldos Financeiros	$\frac{\text{Saldo que Passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$	1,13	13%	1,28	-19%	1,04	27%	1,32	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit financeiro.</p> <p>= 1 Equilíbrio entre recebimentos e pagamentos do período</p> <p>&gt; 1 Existência de Superávit financeiro</p> <p>&lt; 1 Existência de Déficit financeiro</p> <p><u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.</p>

#### 4. ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Resultado das Variações Patrimoniais	$\frac{\text{Total das Variações Aumentativas}}{\text{Total das Variações Diminutivas}}$	1,45	48,55%	1,01	0,39%	1,01	-1,31%	1,00	<p>Indica se no período ocorreu superávit ou déficit patrimonial</p> <p>= 1 Situação Patrimonial Equilibrada</p> <p>&gt; 1 Superávit Patrimonial no Exercício</p> <p>&lt; 1 Déficit Patrimonial no Exercício</p> <p><u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.</p>

#### 5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Indicador	Metodologia	2010	H%	2011	H%	2012	H%	2013	Interpretação
Quociente da capacidade de amortização de dívida	$\frac{\text{Caixa Líquido Gerado nas Operações}}{\text{Total do Passivo}}$	0,09	33%	0,12	-67%	0,04	81%	0,07	<p>Indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.</p> <p><u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.</p>
Quociente da atividade operacional	$\frac{\text{Caixa Líquido Gerado nas Operações}}{\text{Total de Geração Líquida de Caixa}}$	3,67	-46%	1,99	113%	4,24	-62%	1,63	<p>Indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade que foi atribuída às atividades operacionais.</p> <p><u>Conclusão:</u> quanto maior, melhor.</p>





# Anexos Indicadores da Gestão Fiscal

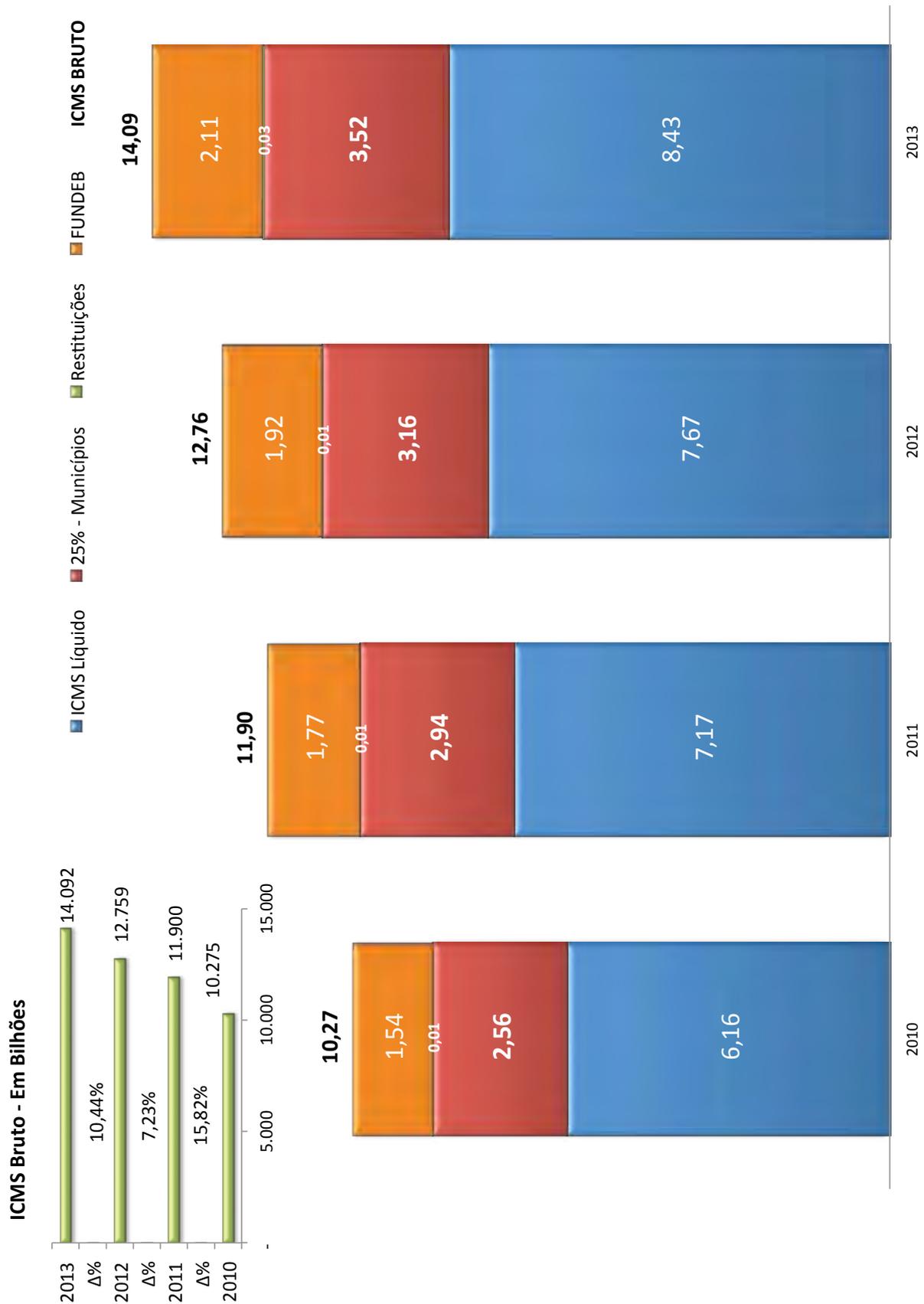




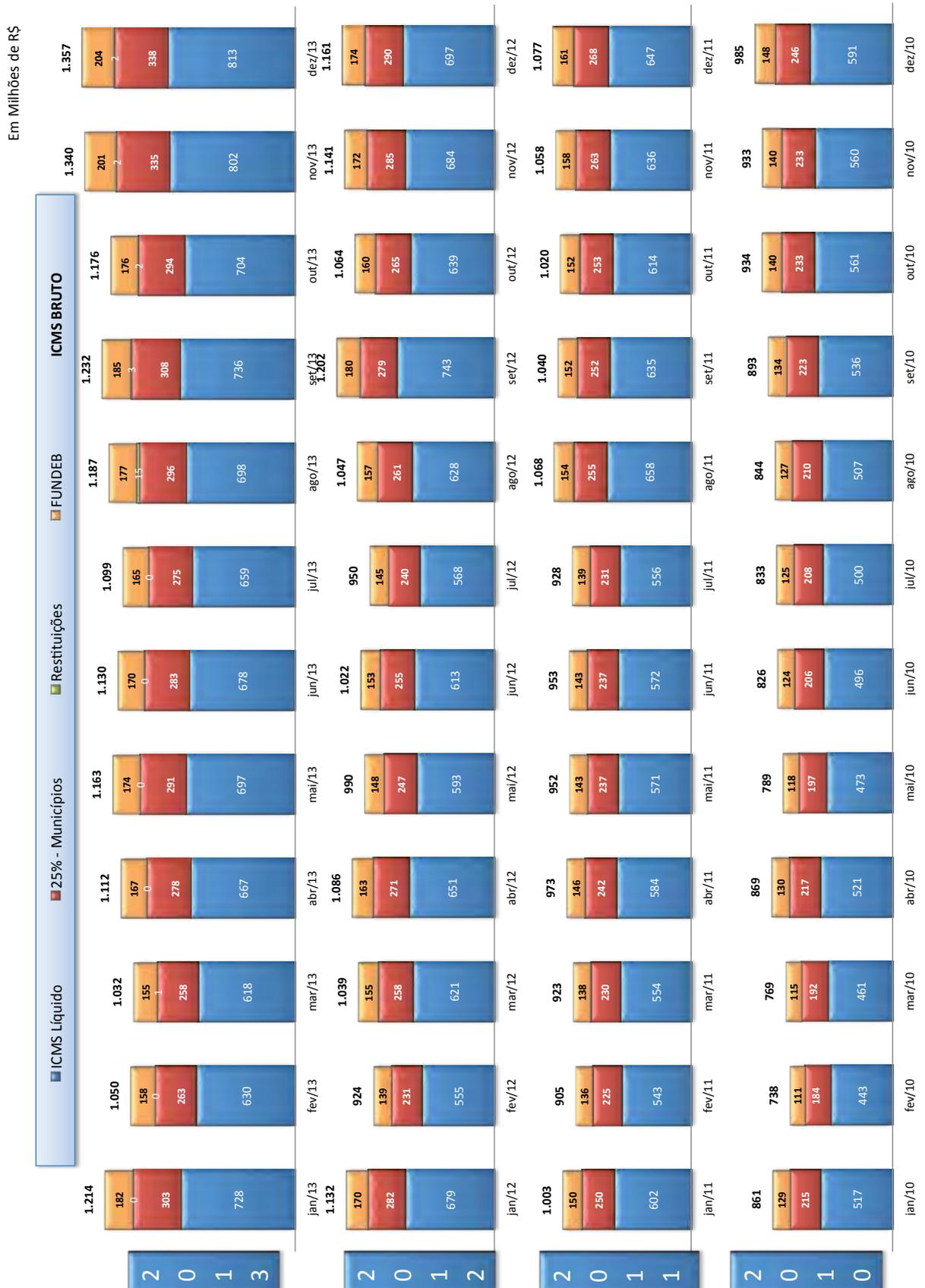
1. RECEITA BRUTA ARRECADADA



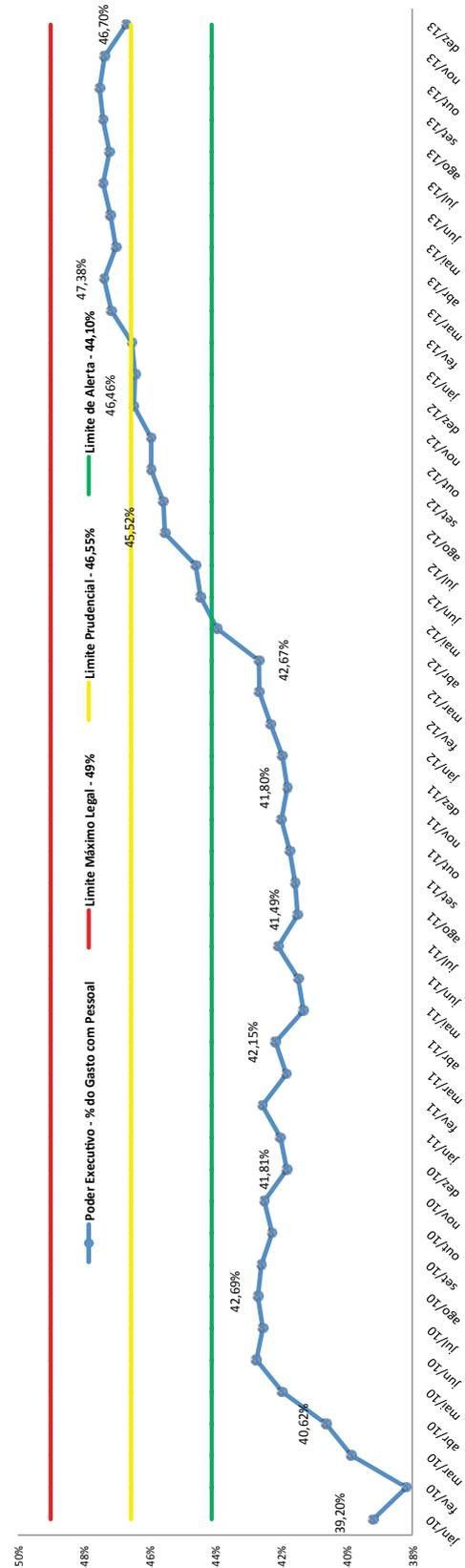
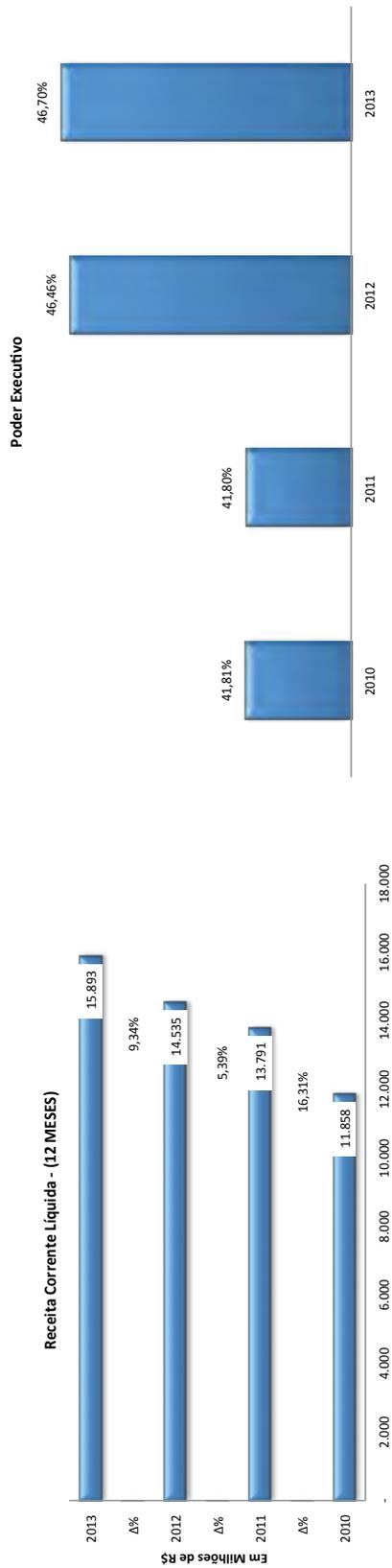
## 2. RECEITA TRIBUTÁRIA – COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS



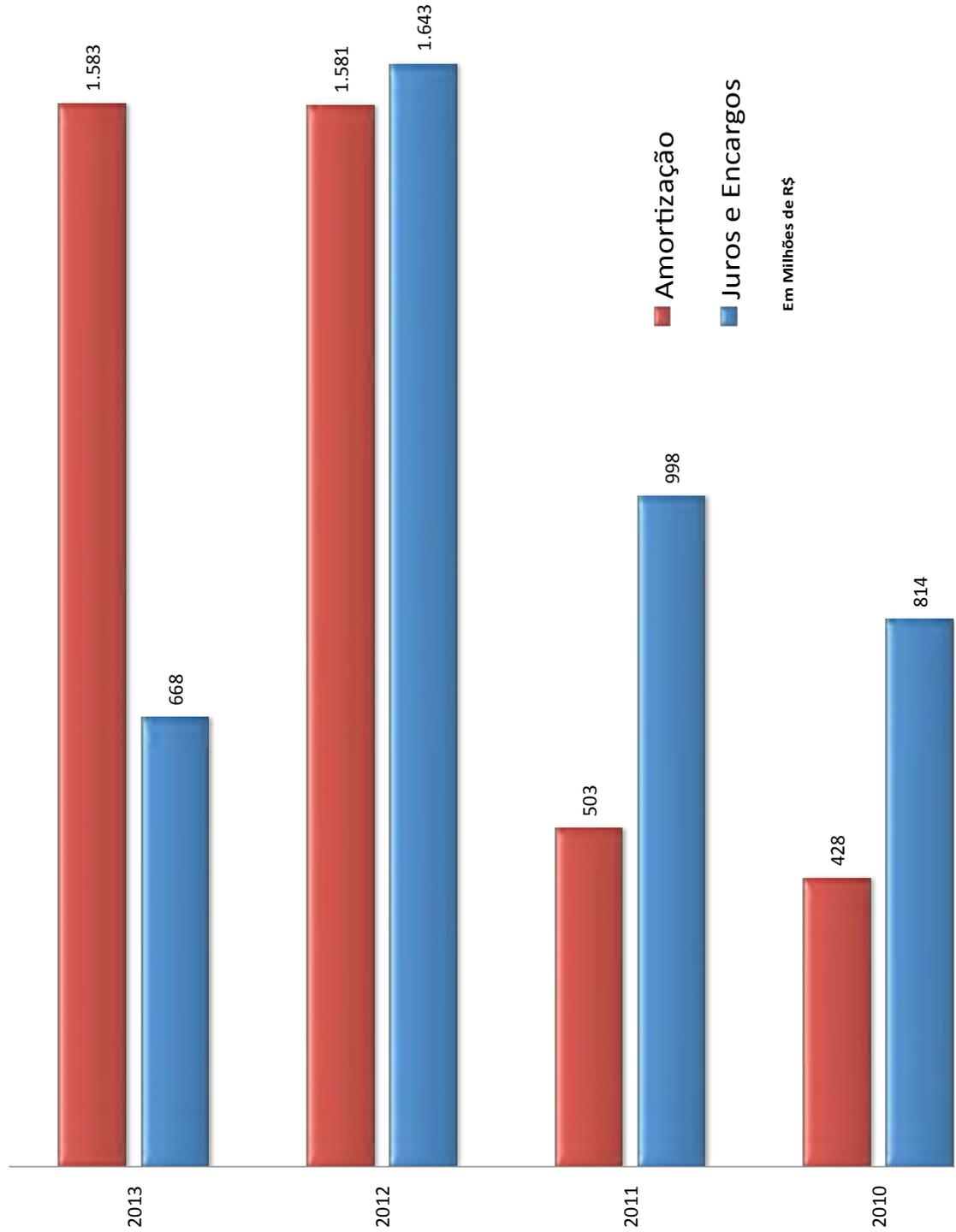
### 3. ICMS - MÊS A MÊS



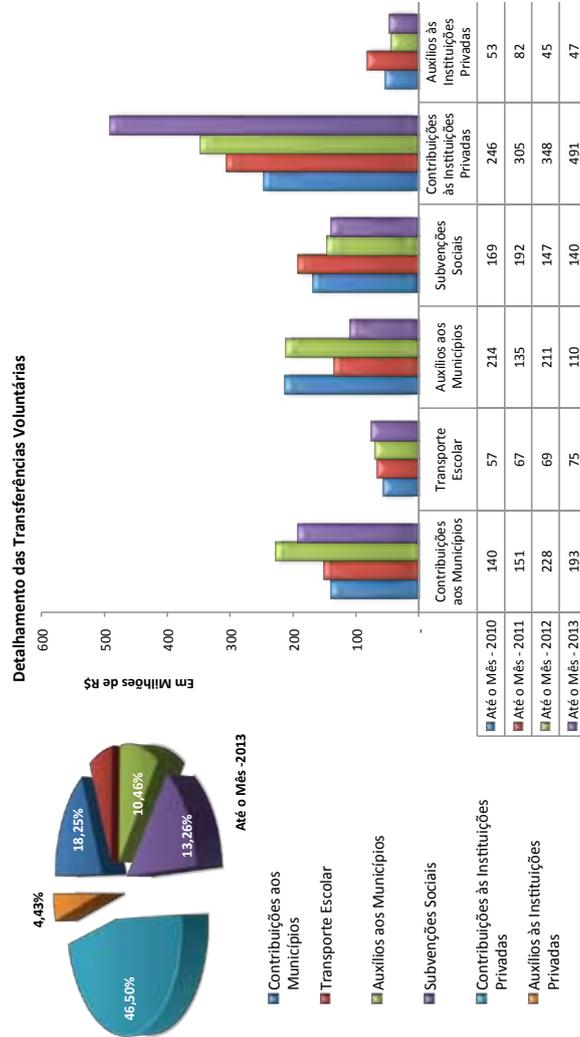
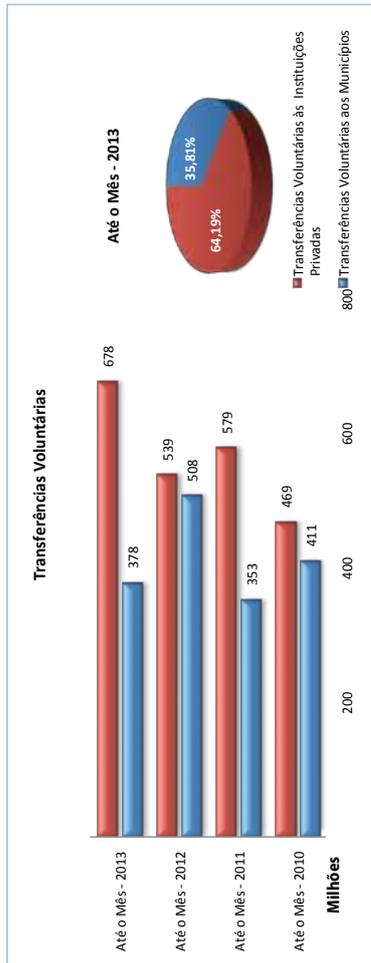
#### 4. GASTO COM PESSOAL – CONFORME A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



## 5. PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA E EMPRÉSTIMOS



## 6. TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS REALIZADAS PELO ESTADO



As transferências voluntárias são recursos transferidos pelo Governo do Estado aos Municípios e às Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de despesas correntes ou de capital e que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Existem quatro tipos de transferências: Contribuições, Auxílios, Serviços de Transporte Escolar e Subvenções Sociais.

### Contribuições

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de manutenção (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços

### Auxílios

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de investimentos (realização de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

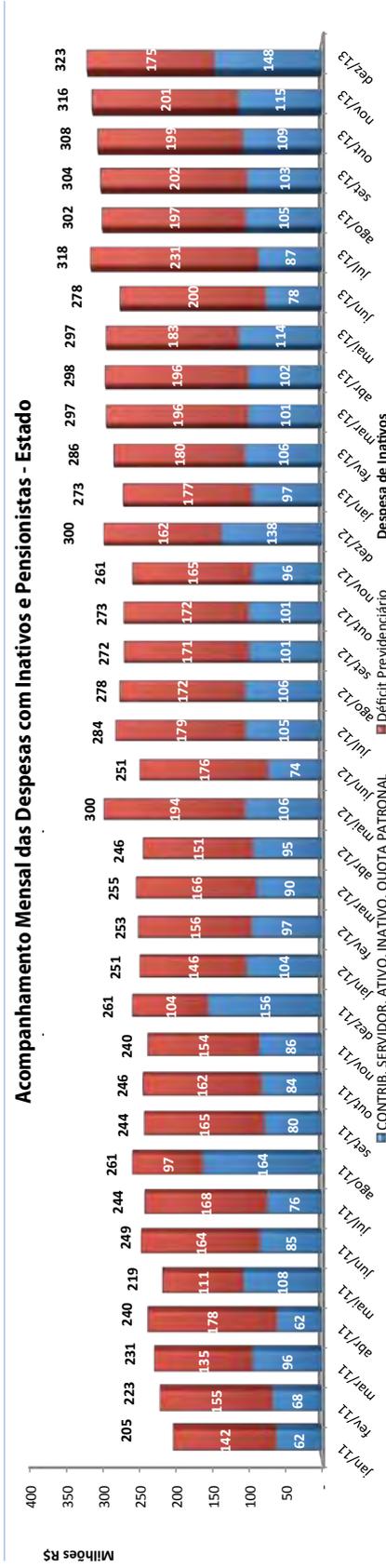
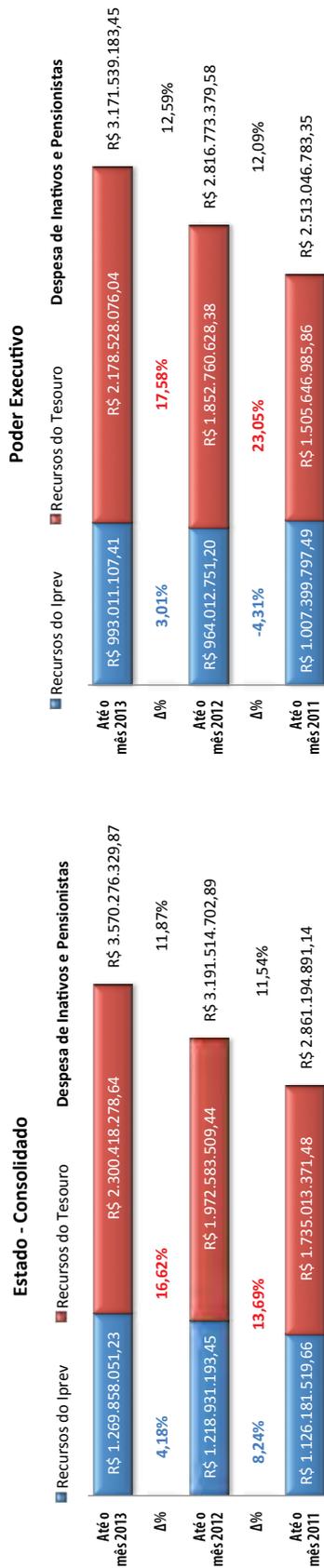
### Subvenções Sociais

Representam os recursos repassados às Instituições Privadas de serviços essenciais de Assistência Social, Médica e Educacional, para atender despesas de manutenção da entidade (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc).

### Serviços de Transporte Escolar

Representam os recursos repassados aos Municípios para atender despesas de locomoção e transporte de alunos e professores da rede pública.

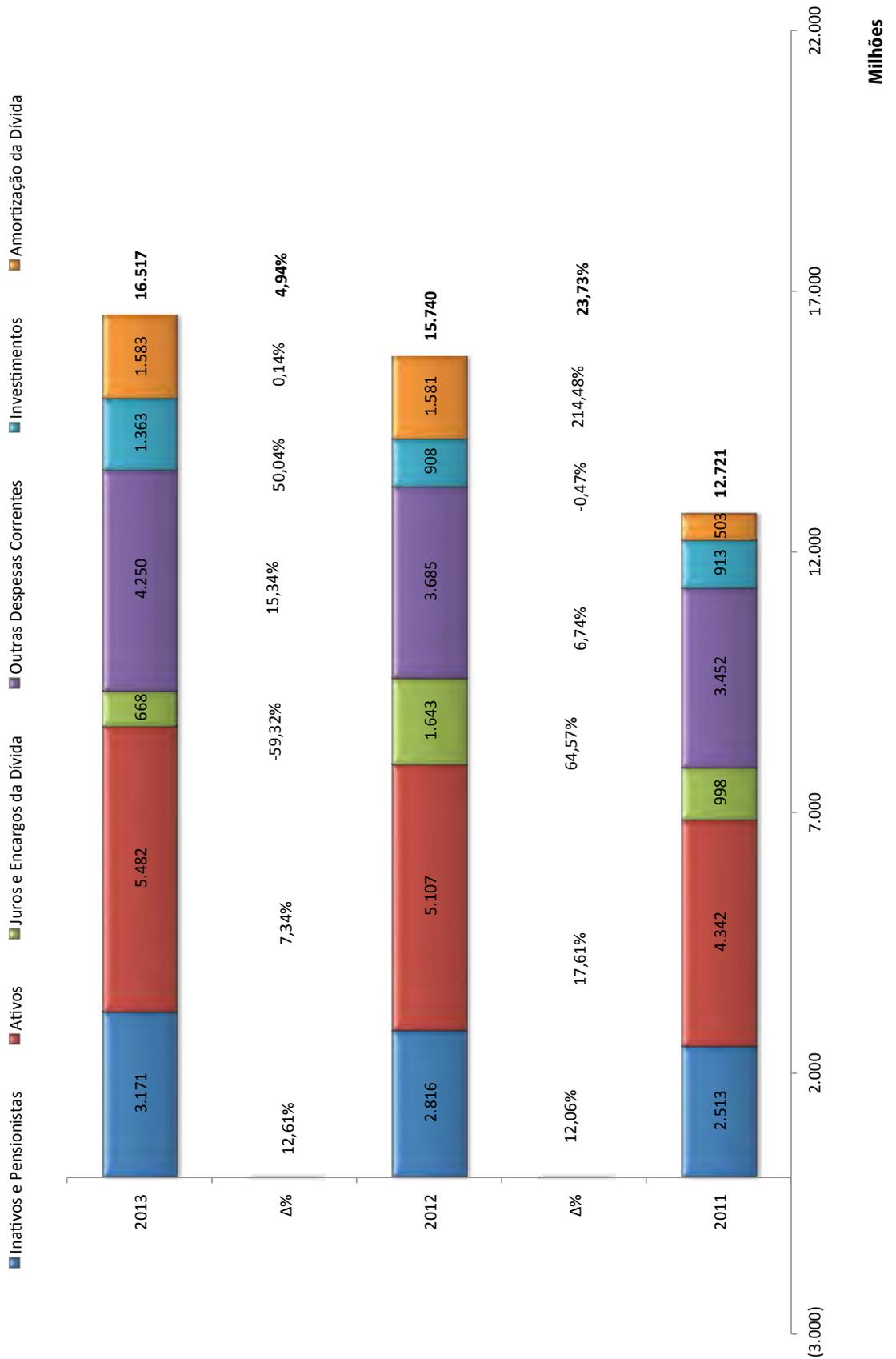
## 7. DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS



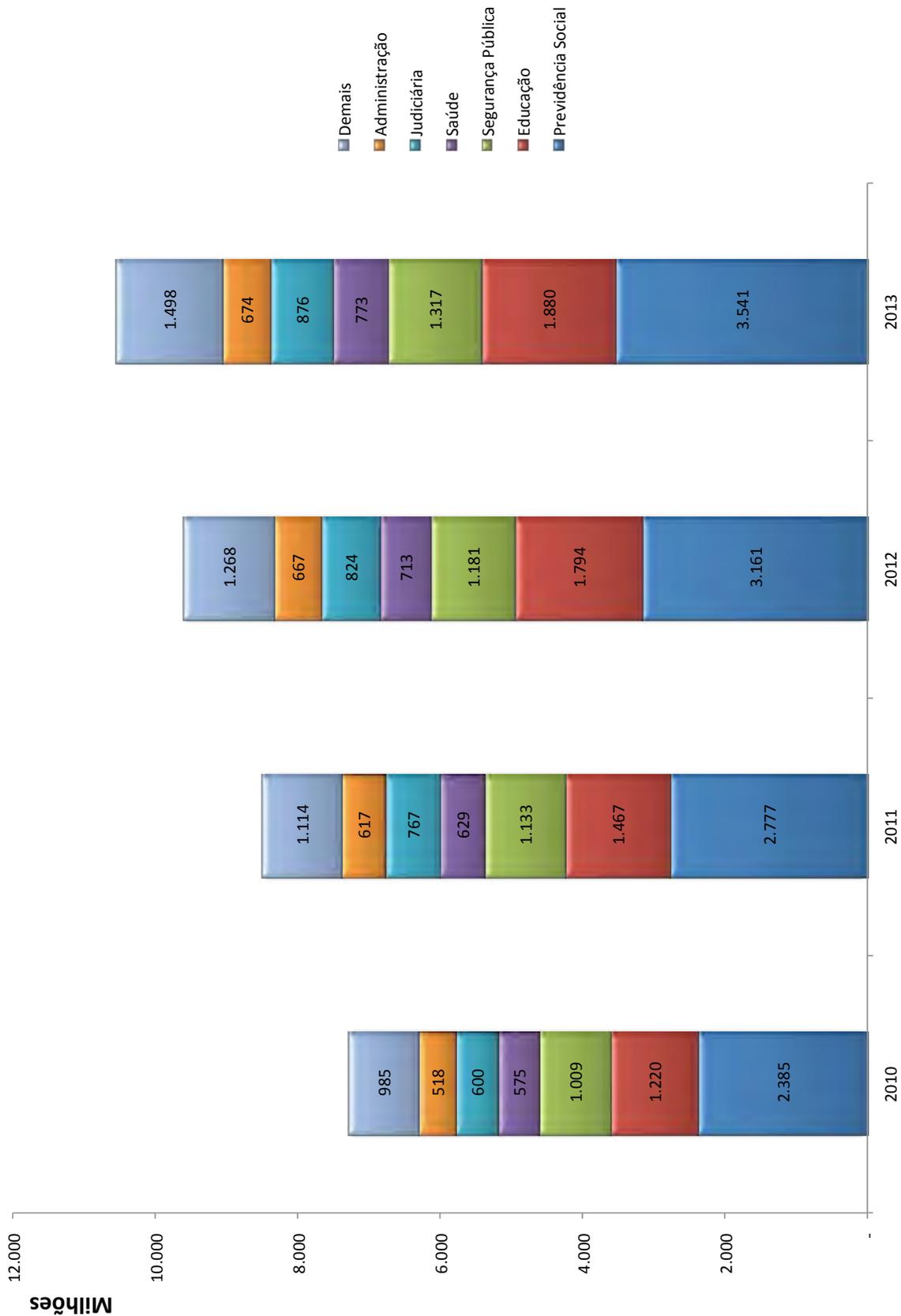
## 8. DESPESAS DO ESTADO POR GRUPO DE NATUREZA – CONSOLIDADO GERAL



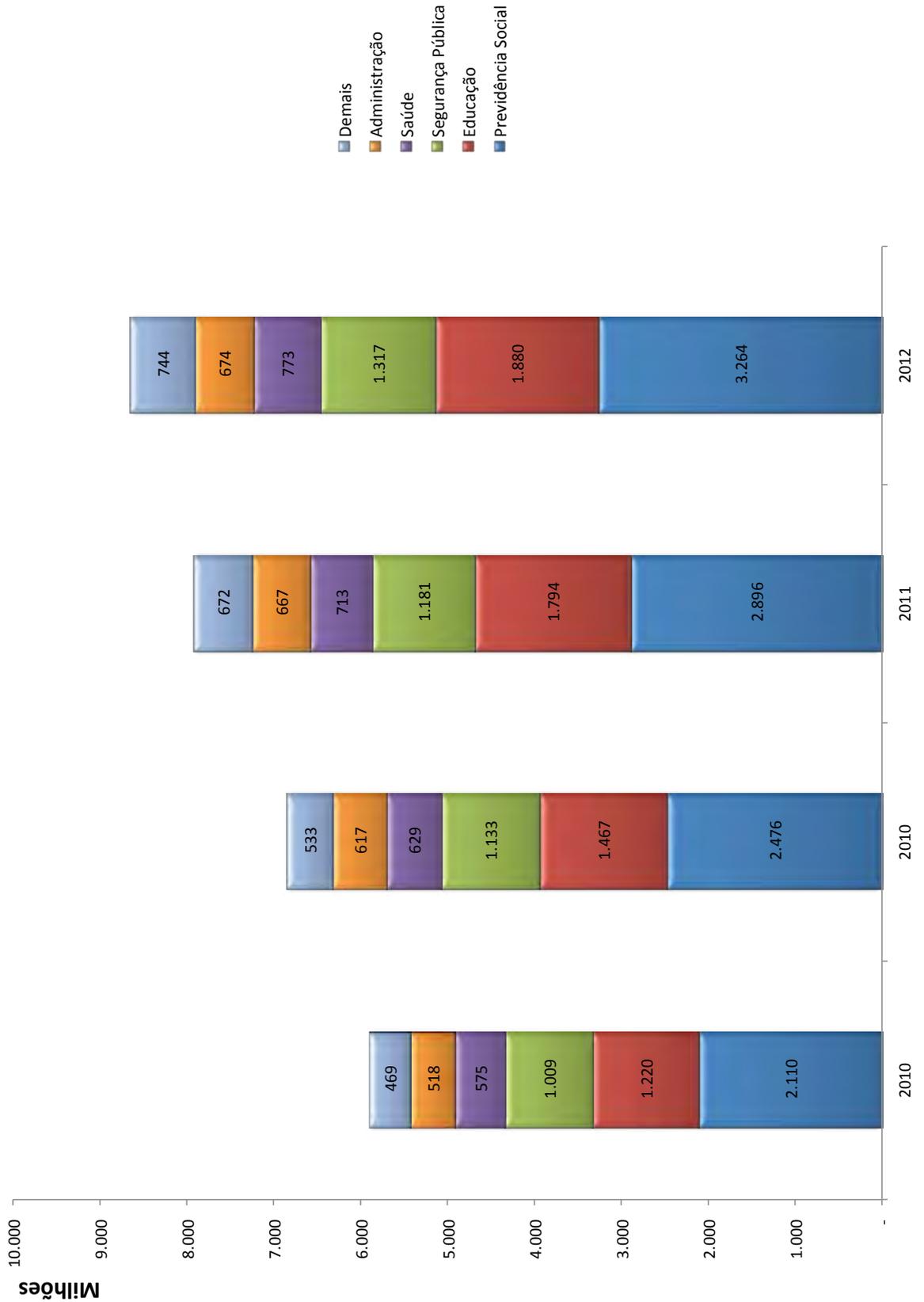
9. DESPESAS POR GRUPO DE NATUREZA – PODER EXECUTIVO



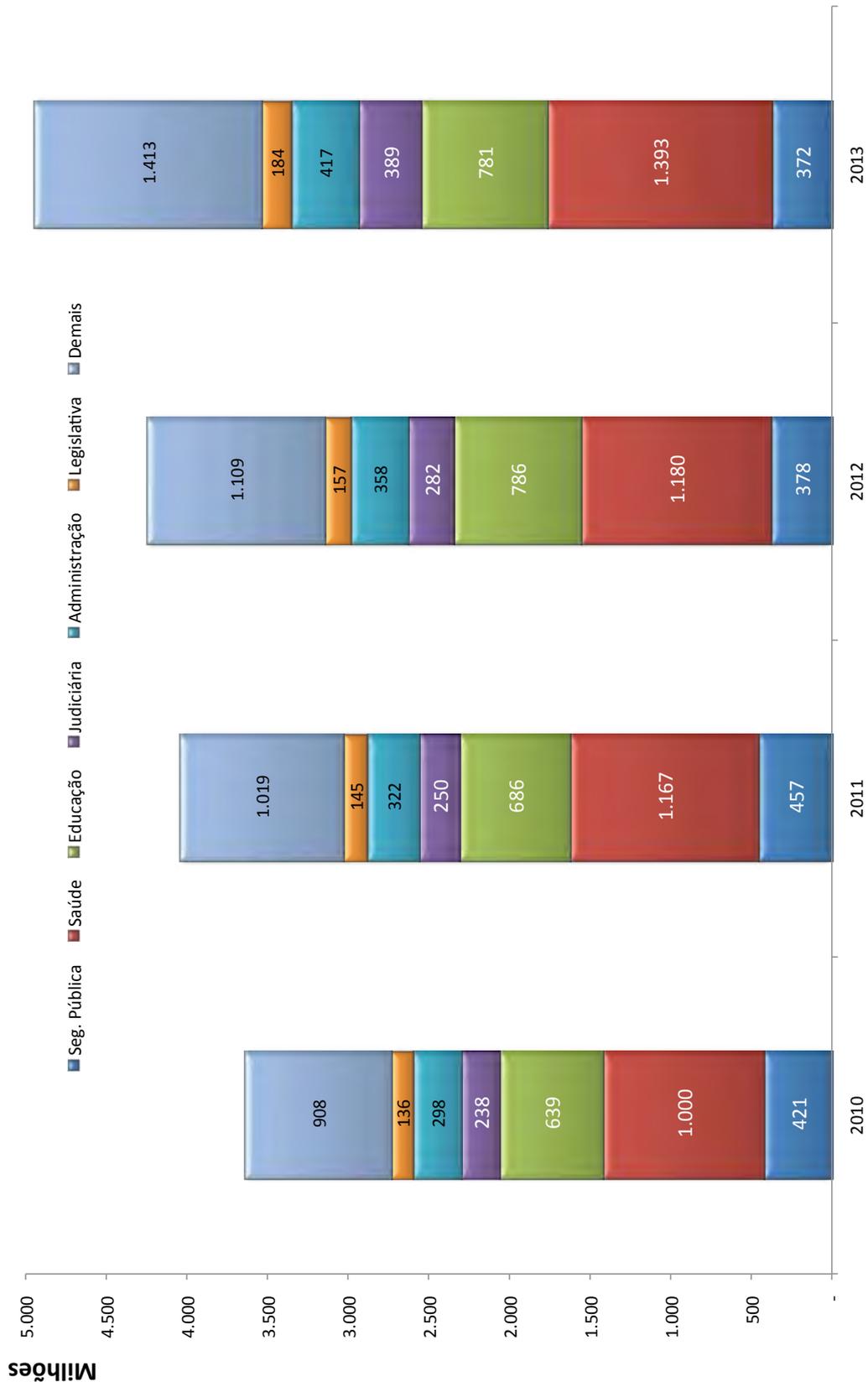
## 10. FOLHA DE PAGAMENTO POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO GERAL



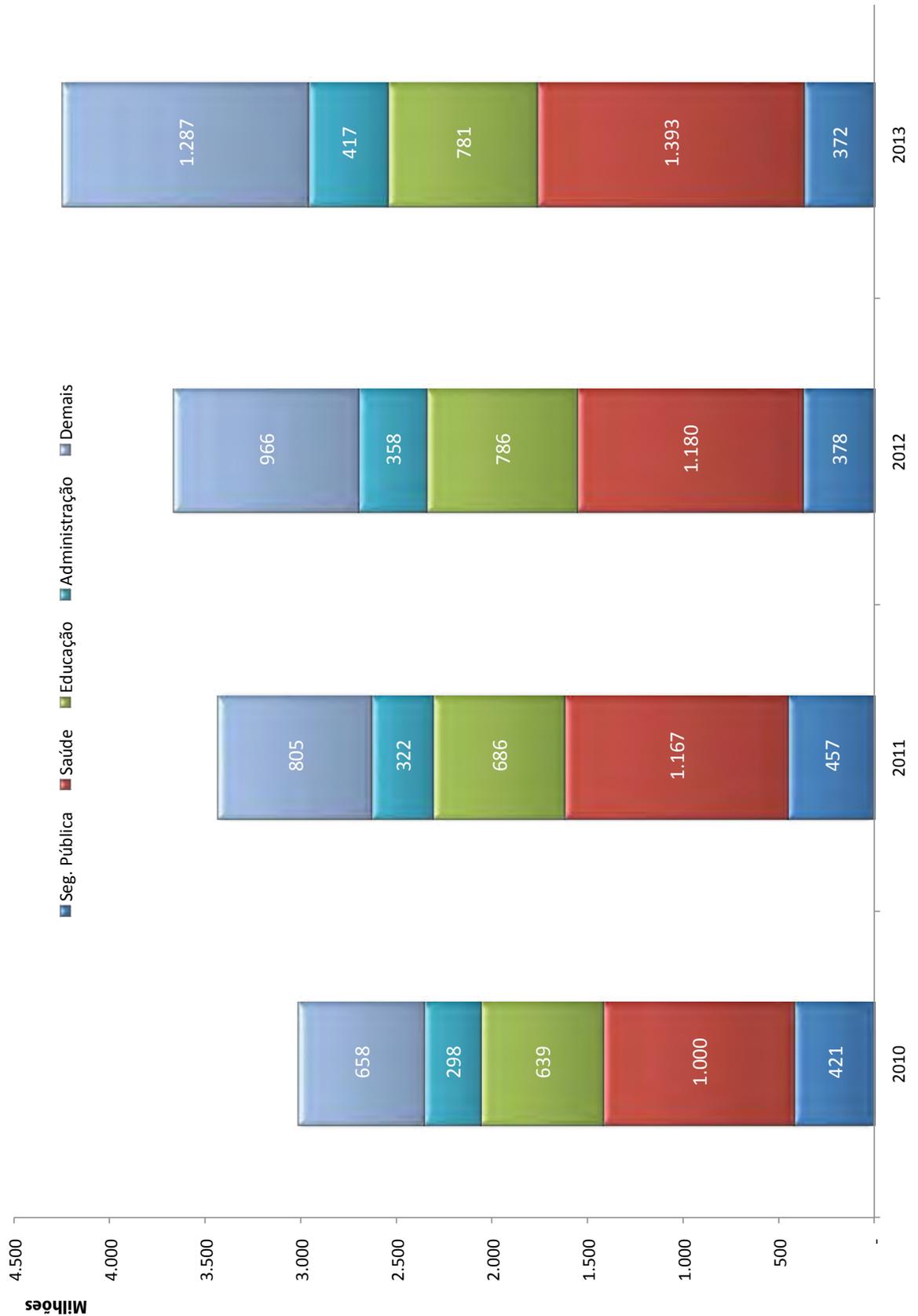
### 11. FOLHA DE PAGAMENTO POR FUNÇÃO DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO



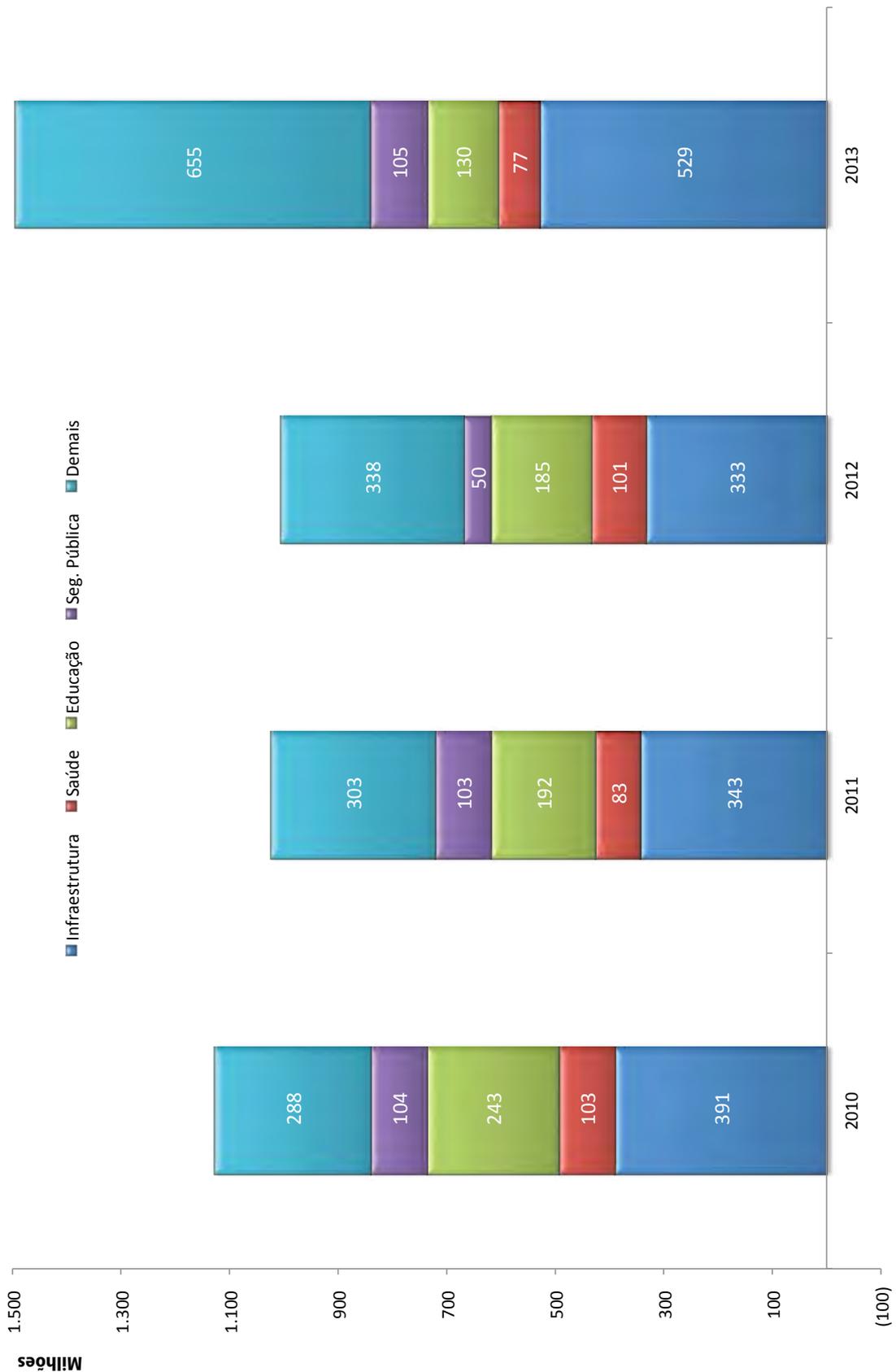
## 12. CUSTEIO POR FUNÇÃO – CONSOLIDADO GERAL



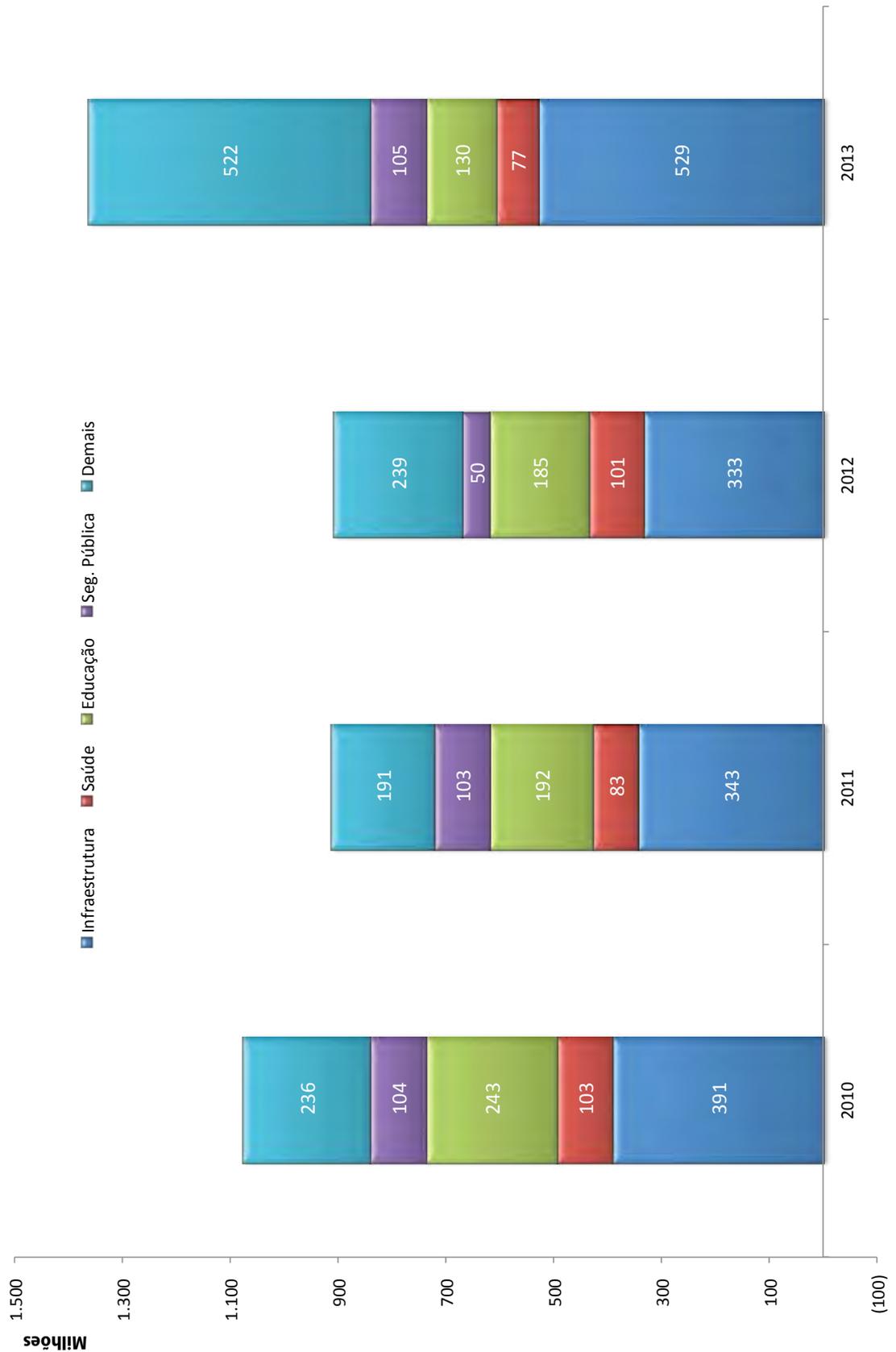
### 13. CUSTEIO POR FUNÇÃO – PODER EXECUTIVO



## 14. INVESTIMENTOS POR FUNÇÃO – CONSOLIDADO GERAL



### 15. INVESTIMENTOS POR FUNÇÃO – PODER EXECUTIVO





Secretaria  
de Estado da  
Fazenda

Diretoria de  
Contabilidade  
Geral - DCOG



**GOVERNO  
DE SANTA  
CATARINA**